

1 **Ministério da Justiça**

2 **Segurança Pública**



Conselho Nacional de Segurança Pública - Conasp

3
4
5
6
7
8 **19ª REUNIÃO ORDINÁRIA**
9 **CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**
10 **CONASP**

11
12
13
14
15
16
17 **18 e 19 de outubro de 2012**

18
19
20
21
22
23
24 **Local:**
25 **Ministério da Justiça**
26 **Sala de Treinamento “Ana Paula Galdino”**
27 **Shopping ID**
28 **Torre A, 2º andar**

29
30
31
32
33
34 **Brasília, DF**

35
36
37 **Transcrição feita por meio da**
38 **Estenotipia Computadorizada Presencial**
39 *ipsis verbis*

40
41
42
43
44
45
46

47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96

INDICE

18/10/2012 – manhã.....Pag. 3

18/10/2012 – tarde.....Pag. 32

19/10/2012 – manhã.....Pag. 37

19/10/2012 – tarde.....Pag. 74

97		
98	NOMES	PÁGINAS
99		
100	Abelardo Camilo Bride –	3
101	Benedito Domingos Mariano –	16, 24, 26, 30, 35, 60, 79, 89
102	Célia Dantas Gentile Rique –	23, 41, 42, 48, 69, 80
103	Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo –	89, 94
104	Elder Costa Santos –	12, 31, 77, 90, 99, 106
105	Eliana Sousa Silva -	7,22, 25, 26, 27, 28, 29, 35, 36, 39,
106		40, 42, 47, 48, 74
107	Everardo de Aguiar Lopes –	72, 70, 96
108	Geraldo Soares Wanderley –	12, 29, 32, 43, 91, 92, 104
109	Humberto Jorge de Araújo Pontes –	27, 38, 35, 37, 104
110	Jânio Bosco Gandra –	4, 11, 22, 25, 26, 32, 76, 84, 91, 97,
111		103
112	Jânio Cândido Simões Neri -	73
113	João Francisco da Mata Junior –	5, 38, 40, 82
114	Joel Malta de Sá –	29
115	José de Ribamar de Araújo e Silva –	16, 32, 66, 83, 96, 106
116	José Lopes Rott –	13, 29, 36
117	José Roberto Neves -	3, 10
118	Kleber Luiz da Silva Ribeiro –	6, 7
119	Luiz Gonzaga –	14, 23, 34, 62, 75, 76, 93, 103
120	Márcio Correa Godoy –	77, 78
121	Marcos Antônio da Silva Costa –	15, 18, 19, 24, 25, 27, 30, 31, 50, 73,
122		74, 78, 79, 81
123	Marcos Dias dos Santos –	5, 6, 9, 10, 12, 18, 20, 23, 31, 33, 36,
124		45, 65,74, 75, 77, 92, 103
125	Marcos Rezende -	16, 32, 45, 47, 63, 88, 97, 105
126	Maria Vitória –	23, 30
127	Nazareno Marcineiro	48, 50, 52, 72
128	Nilton Edemar Pfeifer –	20, 106
129	Pedro Paulo Bicalho –	4, 14
130	Raquel Willadino Braga –	39, 44, 48, 50, 51, 86

131	Rildo Marques de Oliveira –	5, 7, 13, 21, 26, 63, 95
132	Sebastião Correia dos Santos –	4, 6, 11, 17, 22, 25, 28, 29, 30, 33,
133		34, 39, 43, 46, 69, 78, 82, 87, 90

134

135

CONVIDADOS

136

137	Felipe (UFRJ) –	69
138	Fernanda Papa –	86, 88
139	Gisele (UFRJ) –	57
140	Lucas Rangoni (UFRJ) –	59
141	Lucas Rangoni (UFRJ) –	61, 62, 68
142	Miriam Guindani (UFRJ) –	53, 57, 59, 62, 64, 65, 68, 69, 71, 75
143	Severine Macedo –	85, 86, 87, 102

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174 **19ª Reunião Ordinária do CONASP**

175
176 **18/10/2012**

177 **Manhã**

178
179 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
180 **Brasil)** – Vamos começar a reunião. Quem não se apresentou, eu gostaria que se
181 apresentasse porque nós temos novos conselheiros.

182
183 **Apresentações:**

184
185 **O Sr. Kléber Luiz (Associação dos Delegados de Polícia do Brasil – ADEPOL –**
186 **Brasil)** - Bom-dia a todos, nossas boas-vindas aos novos conselheiros, sou Kleber Luiz,
187 representante da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil - ADEPOL Brasil.
188 Bom-dia a todos, nossas boas vindas aos novos conselheiros, que tenham sucesso nesta
189 nova empreitada.

190
191 **O Sr. José Roberto Neves (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais)** – Bom-
192 dia a todos. Meu nome é José Roberto das Neves, represento os agentes penitenciários
193 do Brasil, numa vaga ocupada pelo Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais.

194
195 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos)** –
196 Bom-dia, meu nome é de Rildo Marques de Oliveira e eu estou representando o
197 Movimento Nacional de Direitos Humanos.

198
199 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais**
200 **Civis – COBRAPOL)** – Bom-dia a todos, meu nome é Jânio Gandra, estou aqui na
201 qualidade de representante da Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais
202 Civis, ocasião em que nós desejamos aos novos conselheiros uma boa, apesar de ser
203 curta, gestão.

204
205 **O Sr. Marcos Resende (Coletivo de Entidades Negras)** - Bom-dia a todos e todas, eu
206 sou Marcos Resende, represento aqui o coletivo de entidades negras, entidade do
207 movimento negro que tem um trabalho em torno do combate à intolerância religiosa e o
208 respeito às questões étnico-raciais.

209
210 **O Sr. Abelardo Camilo Bride (Ten-Cel da Polícia Militar de Santa Catarina)** -
211 Bom-dia a todos, desculpe o atraso, mas o avião chegou um pouco tarde. Eu sou
212 Abelardo Camilo Bride, tenente-coronel da Polícia Militar de Santa Catarina,
213 compartilho uma cadeira da Ame Brasil com o cel Cesar Brás. O cel. Cesar Brás está
214 substituindo o cel. Sá Ribas na Presidência da Ame Brasil. É um decano nosso das
215 polícias e também um estudioso, um historiador. E eu tenho o prazer de que o meu
216 comandante-geral, cel Nazareno, presidente do Conselho Nacional dos Comandantes
217 Gerais, assume a cadeira no Conasp, além de ser o nosso comandante-geral como
218 policial militar de carreira, é um estudioso, um escritor, eu já trouxe alguns livros do
219 coronel em tempos idos para conhecerem, então, certamente, vai enriquecer e muito o
220 debate do Conasp a presença do cel Nazareno e do cel. Cesar Brás, um bom-dia.

221
222 **O Sr. Éder Costa Santos (Fórum Nacional de Juventude Negra)** - Bom-dia a todos e
223 todas, sou Éder Costa do Fórum Nacional de Juventude Negra, uma organização

224 formada por jovens negros que tem atuação em todas as regiões do país. Dentre várias
225 questões que tratamos, a segurança pública é a nossa prioridade tendo em vista a
226 situação dos jovens negros no país, sejam bem-vindos.

227

228 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
229 **Brasil)** - Bom, nós vamos colocar a pauta. Como primeiro item da pauta, a aprovação
230 da ata da 18ª Reunião Ordinária. Alguém tem alguma questão com relação à ata da 18ª
231 Reunião? Se houver consenso, aprovamos.

232

233 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** - Questão de ordem: peço que a pauta
234 fosse lida na sua totalidade e fosse perguntado se há consenso com a pauta apresentada
235 ou se há proposta de mudança de pauta.

236

237 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
238 **Brasil)** - Há consenso? Tem alguma divergência?

239

240 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais**
241 **Civis – COBRAPOL)** - A ata já consta da pauta de hoje ou foi alterado algum item?
242 Nem acrescido? A pauta que nós vamos tratar nestes dois dias, ela consta na ata? Está
243 bom. É a anterior.

244

245 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
246 **Brasil)** - Se há consenso, vamos aprovar? **ESTÁ APROVADA, POR CONSENSO, A**
247 **PAUTA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONASP.** Agora vamos para a
248 aprovação da pauta da 19ª Reunião Ordinária. Com relação à pauta, estão franqueadas
249 aos conselheiros sugestões, ou a aprovação.

250

251 **O Sr. Pedro Paulo Bicalho (Conselho Federal de Psicologia)** – Bom-dia, a sociedade
252 civil na verdade está solicitando que os informes do processo eleitoral e da 2ª Conseg
253 sejam transformados em ponto de pauta e que sejam acoplados à devolutiva de decreto
254 agora de manhã.

255

256 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
257 **Brasil)** - Mais alguma posição?

258

259 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** - Eu não vou falar não, eu só queria
260 pedir para o companheiro fazer uma justificativa para a mudança da pauta para as
261 pessoas entenderem.

262

263 **O Sr. Pedro Paulo Bicalho (Conselho Federal de Psicologia)** – Bom, a justificativa é
264 porque em relação ao processo eleitoral nós temos algumas questões a tratar que não são
265 simplesmente informes, em especial no que diz respeito ao funcionamento da própria
266 plenária e a autonomia das instituições as quais nós representamos, principalmente, no
267 ponto que diz respeito à recondução de conselheiros. E em relação à 2ª CONSEG é por
268 conta de um processo de mobilização que entendemos ser fundamental para a realização
269 da 2ª CONSEG, que precisamos discutir de fato em relação a isso. Então, são esses dois
270 pontos que, no meu entender, tornam esses informes pontos de pauta, em função de uma
271 discussão que acredito seja necessária.

272

273 **O Sr. João Francisco da Mata Junior (Secretaria-Geral da Presidência da**
274 **República)** – Defendendo aqui não só a questão da Secretaria-Geral, mas também a
275 nossa Câmara Técnica, a minha e a do Élder, é a questão que, caso este pleno venha
276 deliberar alguma questão de mudança de pauta, a questão da sexta-feira que é a
277 apresentação do Programa Juventude Viva, é um programa que, inclusive, partiu
278 também de uma recomendação deste pleno a questão da letalidade da violência da
279 juventude negra, nós já estamos programados para isso, possivelmente a secretária
280 Nacional de Juventude, a Severine, ela vai estar aqui, e também pessoas da Secretaria de
281 Igualdade Racial vão aqui apresentar para os senhores o Programa Juventude Viva.
282 Nesse particular, eu já pediria a defesa, pelo menos nesse ponto, Pedro, da manutenção
283 da pauta.

284
285 **A Sra. Eliana Sousa Silva (Redes de Desenvolvimento da Maré)** - Mas ninguém está
286 pedindo para tirar esse ponto não, pelo contrário, pode vir até para hoje à tarde, se fosse
287 o caso. Nós só estamos pedindo para tirar de amanhã um ponto à tarde e trazer para hoje
288 de manhã, o restante permanecerá.

289
290 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos)** - Eu
291 queria concordar com a proposta feita pelo Pedro, porque nós estamos num momento
292 circunstancial em que nós estamos quase que em meio ou no meio de um processo
293 eleitoral pelo menos no início, em que nós vamos ter que findar esse processo eleitoral
294 ainda no ano de 2012. Então, a questão do decreto é fundamental que haja aqui uma
295 deliberação ou a devolução do que a Secretaria Nacional ficou de estudar em relação à
296 proposta aprovada na Reunião do Conselho passada que diz respeito à recondução ou
297 não dos conselheiros. Isso nós teremos que tratar de resolver isso nessa Décima Nona
298 Reunião deste Conselho. Também a questão da Conseg, em que pese a possibilidade de
299 ela ocorrer no ano de 2013, é fundamental que linkado com esse processo eleitoral, nós
300 tenhamos que tentar resolver algumas questões também nessa Décima Nona Reunião.
301 Então, eu concordo com o Pedro de que nós façamos nesta parte da manhã um debate
302 sobre esses dois pontos. Agora, isso não quer dizer que toda pauta precisa ser
303 modificada, eu acho que como há um pleito aqui em razão da apresentação do Programa
304 Juventude Viva, eu acho que isso pode ser mantido no horário e na forma como foi
305 combinado. O que está sendo solicitado é que hoje, nesta parte da manhã, trabalhemos a
306 questão do decreto e traga para esta manhã a questão dos informes da Conseg.

307
308 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
309 **Brasil)** - Este momento agora é para nós aprovarmos o tema, porque nós já estamos
310 entrando na própria discussão. Eu pediria a compreensão dos conselheiros para poder
311 dar sequência ao trabalho senão nós vamos perder, inclusive na manhã, o tempo para
312 discussão disso. Por uma questão de ordem, vamos colocar em aprovação, porque a
313 questão do tema, nós entramos e abrimos para todos os conselheiros. Eu pediria ao
314 Marcos, dá para colocarmos em aprovação? Quer incluir mais alguma coisa?

315
316 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
317 **Federais – Fenaprf)** - Nós decidimos numa reunião, aliás, ficou assim consensuado,
318 naquela Reunião Extraordinária que fizemos para discutir o plano, o Programa Brasil
319 Mais Seguro, que nós dedicaríamos cada reunião do conselho, pelo menos uma hora
320 sobre esse programa, e eu não vi incluído na pauta. Acho que é importante porque esse
321 Programa foi estendido agora para o entorno do Distrito Federal. Esse programa já tem
322 mais de três meses lá em Alagoas, e nós, como Conasp, não temos informação do que

323 vem acontecendo, se as metas estão sendo atingidas, se estão em curso os programas
324 reestruturantes da segurança pública em Alagoas, eu acho que não leva muito tempo,
325 embora o tema principal deste nosso encontro realmente é a devolutiva do decreto, mas
326 eu acho que nós poderíamos dedicar alguns minutos nessa questão.

327

328 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
329 **Brasil)** - A sugestão da conselheira Eliana é que ele fosse incluído no informe amanhã
330 de manhã.

331

332 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
333 **Federais – Fenaprf)** - Eu queria que fosse incluído, mas como pauta deliberativa, não
334 só informe.

335

336 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** - Só para consensuar, como amanhã à
337 tarde vamos ter a apresentação do Programa Juventude Viva, que tem a ver com a
338 questão do Brasil Mais Seguro, que após a apresentação do Juventude Viva, que nós
339 possamos discutir também o Brasil mais Seguro como ponto de pauta, tem a ver um
340 tema com o outro.

341

342 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
343 **Brasil)** - Ao invés de ser informe, ponto de pauta. Há consenso nisso, conselheiro?

344

345 **O Sr. Kleber Luiz da Silva Ribeiro (Associação dos Delegados de Polícia do Brasil**
346 **– ADEPOL)** - Senhores Conselheiros, não foi proposto esse tema como item para a
347 pauta, mas uma situação que pode causar graves prejuízos para a sociedade e que me
348 tem causado certa preocupação, e eu acho que, de alguma forma, nós deveríamos pelo
349 menos suscitar o tema para eventual discussão no Conasp porque é iminente a
350 aprovação disso pelo Congresso Nacional . É de conhecimento de todos que o senador
351 José Sarney apresentou um projeto de Reforma do Código Penal, PLS 236, de 2012, e
352 paralelamente está sendo trabalhado também na Câmara dos Deputados a Reforma do
353 Código Penal, salvo engano o Deputado Alessandro Molon do PP do Rio de Janeiro e
354 em ambas as proposições existe um dispositivo que, na prática, vai caracterizar a
355 descriminalização do denominado pequeno tráfico de drogas, isso vai causar um
356 prejuízo, a nosso ver, que é de dimensão de difícil verificação. Então, eu acho que se
357 houver a concordância de todos, porque o prazo de emendamento do projeto no Senado
358 termina no dia cinco de novembro e na Câmara na quarta-feira que vem, eu acho que o
359 tema deveria, ou poderia ser no mínimo discutido aqui no conselho, ainda que não se
360 aprove nenhuma resolução ou recomendação nesse sentido.

361

362 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
363 **Brasil)** - Essa ideia de discutir a questão do Código Penal estava programada para a
364 próxima Reunião desse Conselho, em dezembro, isso contempla?

365

366 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** - Olha, esse ponto do Código Penal foi
367 debatido, foi levantado na reunião anterior, e nós aprovamos uma audiência pública
368 inclusive, que infelizmente em função das agendas das pessoas convidadas não pôde
369 acontecer, que seria ontem. E nós aprovamos uma audiência pública e isso viraria ponto
370 de pauta para a próxima reunião, para a última reunião do CONASP, isso porque,
371 concordo plenamente, o tema é fundamental para o país, mas também tenho clareza de
372 que não vamos discutir um tema tão complexo como esse apenas em uma reunião ou em

373 parte dela, e também não acho justo pegar um ponto que nós achamos, e cada um aqui
374 deve ter o seu ponto mais importante para colocar como pauta, a questão das drogas, ou
375 a questão das prisões, enfim, é muito complexo, então sugiro como nós tínhamos
376 desenhado anteriormente, tenhamos uma audiência pública anterior à próxima reunião e
377 isso vire ponto de pauta para a próxima reunião, porque senão nós podemos achar que
378 vamos discutir e não discutimos nada e tenho certeza também que esse Código Penal,
379 pelo tempo que tem de discussão não vai ser resolvido daqui a um mês, então acho que
380 é conveniente discutir com certa calma, com certo tempo e virar ponto de pauta aqui no
381 Conselho.

382

383 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
384 **Brasil)** - Bom, o Conselheiro Kleber continua com a proposta ou se sente satisfeito com
385 as ponderações?

386

387 **O Sr. Kleber Luiz da Silva Ribeiro (Associação dos Delegados de Polícia do Brasil**
388 **- ADEPOL)** - Conselheiro Tião, eu não discordo do conteúdo da sua fala, mas o que
389 estou suscitando é o seguinte, não é simplesmente uma questão pontual, é uma questão
390 da qual derivam todas as mazelas relacionadas à criminalidade violenta no país, que
391 tanto nos assola, eu acho que é o ponto mais importante, eu poderia trazer aqui uma
392 discussão corporativista, e tem como extrair isso do texto, mas nós temos que o tráfico
393 de drogas é um ponto que merece um tratamento diferenciado, porque ele toca a toda
394 sociedade diretamente, todos nós hoje estamos pagando um preço altíssimo pela
395 escalada da violência derivada do tráfico e do uso de drogas no Brasil. Então por isso
396 que eu suscitei essa discussão, porque o prejuízo é inestimável, assim como foi em 2006
397 com o advento da Lei 11.343, que foi muito ruim para o país, e nós não precisamos aqui
398 nos socorrer em números para observar o que aconteceu depois disso.

399

400 **A Sra. Eliana Sousa Silva (Redes de Desenvolvimento da Maré)** - Kleber, a questão
401 aqui não é que é mais importante ou não. A questão é que isso deveria ter vindo um
402 pouco antes para nós colocarmos na pauta, quem organizou a pauta. Agora estamos num
403 impasse, porque nós temos uma agenda muito importante que temos que cumprir.

404

405 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
406 **Brasil)** - Existe uma sugestão corrente no país, solicitando que o Senado protele ou pare
407 para que a discussão não seja só em seis estados, dada a importância do Código Penal, o
408 tempo que levou para ser reformado, que o Brasil tenha essa possibilidade para pensar
409 um pouco mais a respeito disso. Eu acho que nós poderíamos tirar uma decisão
410 colegiada aqui pedindo ao presidente do Senado que protele, que pare, que prorogue
411 para que nós possamos ter o espaço de discussão garantido. É Consenso? Está na pauta
412 para discussão, é por isso que nós precisamos dessa pauta. Vamos para a aprovação
413 agora, porque esse tema já foi contemplado. Kleber, por gentileza, se puder fazer só um
414 esboço disso, nós aprovaremos porque já houve consenso na discussão. Então, vamos
415 lá, com a inclusão da Conseg no primeiro momento aqui agora.

416

417 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos)** –
418 Só pegando esse link que foi colocado aqui para nós também pensarmos na próxima
419 Reunião como ponto de pauta, esse debate muito importante que o Conselho Nacional
420 de Direitos Humanos tem feito e também a Câmara tem feito sobre a questão da
421 extinção dos autos de resistência. Então, nós precisamos também tratar disso como algo
422 muito importante para nós, muito vital, que talvez de um lado ter uma visão de que as

423 drogas causam uma série de mazelas, do outro lado ou do também do mesmo lado, ter
424 uma visão de que os autos de resistência causam uma série de outras mazelas a milhares
425 de famílias brasileiras e de forma muitas vezes inexplicável, então eu acho também que
426 devemos tratar isso no próximo ponto de pauta.

427

428 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
429 **Brasil)** – Ok. Então vamos à aprovação da pauta com a inclusão do tema da CONSEG e
430 do Brasil mais Seguro, junto com a apresentação do Plano Juventude Viva, mas como
431 ponto de pauta, é isso? Com essas sugestões, dá para nós aprovarmos por consenso?
432 **ESTÁ APROVADA A PAUTA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA.** Vamos abrir já
433 com a devolutiva do decreto. A Suelen vai preparar agora essa devolutiva que está aqui
434 no papel, enquanto ela está preparando o papel, que leva muito tempo, eu queria fazer a
435 apresentação deste livro que eu acho da maior importância de um trabalho de conclusão
436 de doutorado da nossa Conselheira Eliana Souza que fala sobre a ação da polícia nas
437 favelas no Rio de Janeiro, um trabalho ilustradíssimo, cheio de informações e que está
438 aqui para ser vendido por trinta reais, é a nossa ajuda para cobrir esse custo, e nós
439 vamos cobrir se Deus quiser, mas não é cobrir o custo, o bom é ficar com este trabalho,
440 que eu já estou lendo, tem muitas informações, eu que não estive na favela por muito
441 tempo lá no Rio de Janeiro, já estou quase me sentindo incluído dentro do processo, está
442 aqui o livro da Eliana, ela vai autografar. Passamos a palavra a Suelen para a devolutiva
443 do decreto.

444

445 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
446 **Segurança Pública)** - Olá, Bom-dia! Pessoal, conforme foi solicitado pela decisão
447 colegiada número quatro do CONASP, ela foi encaminhada ao Gabinete do Ministro,
448 que encaminhou para a Consultoria Jurídica para nós termos certeza da interpretação do
449 artigo sexto do decreto, que foi um dos pontos mais discutidos aqui. A resposta veio, eu
450 vou ler a conclusão da Consultoria Jurídica e ela está à disposição também, para quem
451 quiser dar uma olhada no parecer completo. “Artigo 6º: o período de permanência dos
452 conselheiros no CONASP será de dois anos no máximo”, esta é a redação. A conclusão
453 do relatório da Consultoria Jurídica é: “Diante de todo o exposto em observância à
454 norma de regência concluiu-se pela impossibilidade de permanência dos conselheiros do
455 CONASP por prazo maior de dois anos, ou seja, não é permitida a recondução nos
456 termos do artigo sexto do decreto 7.413 de 2010. Dispositivo que não se aplica às
457 entidades representativas de trabalhadores da área, segurança pública, nem mesmo as
458 entidades e organizações da sociedade civil, cuja finalidade seja relacionada com a
459 política de segurança pública”, então a interpretação dada pela Consultoria Jurídica do
460 Ministério é que as entidades permanecem, tendo que alterar os conselheiros, a pessoa,
461 o conselheiro que aqui representa quando da finalização do mandato, essa foi a
462 conclusão. Depois dessa conclusão, nós fizemos um trabalho dentro do Ministério
463 tentando buscar um texto. e a ideia é que nós apresentemos esse texto assim que ele for
464 finalizado, estamos analisando todos os outros conselhos existentes dentro do
465 Ministério, pra tentarmos fazer uma coisa mais ou menos parecida assim, porque temos
466 vários conselhos, estamos tentando organizar todas essas partes dentro do Ministério. Já
467 tivemos algumas reuniões com a Secretaria de Assuntos Legislativos e acredito que
468 assim que terminar esse decreto, que nós discutimos lá, eles vão vir apresentar aqui no
469 CONASP para que nós mandemos para a Casa Civil. A ideia é assim, vai ser alterado,
470 mas nós não queremos alterar apenas um artigo, a ideia é que seja o decreto inteiro,
471 então, o Ministério está fazendo a análise.

472

473 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
474 **Brasil)** – Já para essa eleição fica valendo essa conclusão?

475

476 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
477 **Segurança Pública)** – Sim, se nós conseguirmos finalizar antes, publicar antes, altera.

478

479 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
480 **Brasil)** – Bom, houve a devolutiva, está aberta agora para os conselheiros que queiram
481 se posicionar.

482

483 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
484 **Federais – Fenaprf)** - Eu, sinceramente, me sinto bastante frustrado com essa
485 devolutiva, Suelen, porque nós discutimos muito mais do que isso, foi um ano de
486 discussão sobre o decreto, houve uma proposta elaborada por esse Conselho, uma
487 proposta de decreto que não se resumia ao artigo sexto do Decreto 7.413, o artigo sexto
488 está mais em evidência agora porque nós estamos num processo eletivo, mas nós
489 discutimos todo o decreto, foi uma discussão recorrente em todo o ano de 2011. E eu
490 imaginava, eu vim para essa reunião esperando que fosse a devolutiva do decreto, que
491 viesse do governo uma devolutiva do decreto, não uma devolutiva apenas de um artigo
492 do decreto.

493

494 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
495 **Segurança Pública)** – Um instante, foi o que eu expliquei, nós não estamos discutindo
496 só o artigo sexto, é o decreto inteiro, tanto que eu até expliquei, nós estamos olhando
497 todos os outros decretos que nós temos sobre todos os outros conselhos do Ministério,
498 tentando buscar uma simetria e tudo, está sendo analisado artigo por artigo, não é um
499 artigo só não, até porque nós não vamos mandar um artigo só para a Casa Civil mesmo
500 porque eles não alteram se for coisa pontual, entendeu?

501

502 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
503 **Federais – Fenaprf)** - É, não compreendi ainda, desculpa a minha capacidade, porque
504 para mim você está fazendo apenas um relato do que está acontecendo, isso para mim
505 não é devolutiva, devolutiva seria trazer já o trabalho que está sendo realizado e
506 apresentar para o Conselho, para nós não correremos o risco de sermos surpreendidos
507 novamente como nós fomos surpreendidos pelo Decreto 7.413, que foi publicado,
508 inclusive, sem o nosso prévio conhecimento, então nós gostaríamos de ter acesso ao
509 texto, ao que está sendo elaborado, está sendo discutido, não apenas a esse informe de
510 que está sendo feito alguma coisa.

511

512 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
513 **Segurança Pública)** – Conselheiro, então deixe-me esclarecer, eu achei que tinha
514 deixado isso claro aqui, o Ministério está preparando um texto em cima do que foi
515 enviado pelo CONASP e será apresentado ao CONASP, assim que ele for finalizado ele
516 será apresentado ao CONASP.

517

518 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
519 **Federais – Fenaprf)** - Quando? Ele tem prazo?

520

521 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
522 **Segurança Pública)** – Quando ele for finalizado. Vocês sabem como isso funciona.

523

524 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
525 **Brasil)** - Isso compromete a eleição?

526

527 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
528 **Segurança Pública)** – Têm vários pontos, por exemplo, a própria equipe técnica ali,
529 nós não podemos definir porque são coisas maiores do que a gente.

530

531 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
532 **Brasil)** - Parece-me que na última reunião, licença, Marcos, na última reunião, nós
533 pedimos urgência a respeito do artigo sexto, no texto tem dizendo que não abrimos mão
534 da discussão do decreto como um todo, mas no que tange ao artigo sexto, tendo em
535 vista as eleições, nós queremos logo uma resposta, me parece que é isso que está
536 acontecendo agora.

537

538 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
539 **Federais – Fenaprf)** - Só para concluir, eu compreendo que todo trabalho que nós
540 fazemos, eu sou funcionário público, então nós entendemos, existe um calendário,
541 existe prazo sim, o próprio CONASP, nós temos o nosso calendário aí do processo
542 eleitoral, esse é um processo, tem que existir um calendário lá, é impossível que esteja
543 trabalhando um texto de um decreto, nós não conhecemos qual é a tramitação que se dá
544 a um decreto, de uma lei, de um projeto de lei, nós sabemos, mas deve haver esse
545 calendário. É essa devolutiva que nós queremos, Suelen, não é só informar que está
546 sendo feito alguma coisa.

547

548 **O Sr. José Roberto Neves (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais –**
549 **Sindapef)** - Nós já entramos na discussão da pauta e debates e não estou vendo
550 marcação de tempo, etc.

551

552 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
553 **Brasil)** - Vamos fazer a marcação de tempo, é muito importante, vamos consensuar três
554 minutos, é consensuado? Está bom? Então, três minutos aprovado.

555

556 **O Sr. José Roberto Neves (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais –**
557 **Sindapef)** - Eu queria só antes de fazer esse comentário aqui, aproveitar os três minutos
558 para registrar a presença dos colegas agentes penitenciários que vieram de vários
559 estados, alguns deles representam os estados, que estão em Brasília desde 2ª -feira
560 acompanhando a votação do PLC 87, que altera o Estatuto de Desarmamento e
561 regulamenta o porte de arma dos agentes penitenciários. Fico grato pela presença. Essa
562 devolutiva está criando um alvoroço nas entidades, sobretudo, nas entidades que vão
563 concorrer a esse processo eleitoral porque gera uma dúvida muito interessante: o decreto
564 é falho quando ele coloca uma impossibilidade de permanência dos conselheiros por
565 mais de dois anos. A dúvida nossa que vamos concorrer a uma vaga é se os suplentes
566 entram nessa contagem, e se as pessoas que compartilham vaga e que tiveram
567 oportunidade de ficar aqui apenas por um ano também entram nessa contagem. Nós
568 mandamos sugestões, me lembro de que mandamos sugestões por email para o grupo de
569 trabalho para poder apresentar essas questões, não sei se foi discutido, se foi
570 apresentado algum parecer nesse sentido, se esses dois anos valem para todos ou tem os
571 seus casos específicos. É uma questão que eu gostaria de verificar como ficou lá no
572 Ministério.

573

574 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais**
575 **Civis – COBRAPOL)** - Eu faço coro aos meus companheiros que me antecederam
576 somente para acrescentar o nosso repúdio a essa tentativa que fere a democracia do
577 artigo sexto desse decreto, no sentido de que se as entidades irão concorrer num
578 processo de eleição, eu não sei por que o Poder Público vai tentar com isso ferir o
579 direito das entidades de elas escolherem o processo que acharem melhor para indicar a
580 este Conselho. Eu acho que isso é uma ingerência, e no ano de 2012 onde nós vivemos
581 falando que o Brasil está passando por um processo democrático e que o nosso país tem
582 no seu mandatário maior a possibilidade de reeleição, eu não entendo em que está
583 amparada esta ideia e de quem foi esta ideia. Porque me parece ser uma ideia retrógrada
584 de tentar punir as entidades ou então punir os que já estão aqui, por que isso? Isso deixa
585 um pouco no ar algumas questões em aberto. Por que querem cassar o direito dos que já
586 estão aqui? Por quê? É preciso que se diga isso, é preciso que quem vai assinar o
587 decreto, o governo, ou o Ministério, ou o ministro da Justiça digam, amparado em quê?
588 Quais os argumentos que possam até me convencer de que essa seria a melhor
589 metodologia para que possamos estar aqui neste Conselho. Essa é a minha preocupação
590 que quero, de antemão, já deixar consignada em ata, e que se nós formos eleitos,
591 certamente o nosso jurídico irá buscar através do Poder Judiciário, que eu acho que o
592 Poder Judiciário deve interferir, se assim permanecermos, que eu creio que se o ministro
593 nos receber, ou receber os insatisfeitos para que nós possamos argumentar com ele, eu
594 acho que até nós podemos quem sabe, evitar essas demandas judiciais. Muito obrigado.

595

596 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** – Eu ceio que na linha do
597 companheiro Gandra, primeiro, acho que há uma total incoerência jurídica, porque em
598 todo o decreto, em toda a norma que regulamenta as eleições do CONASP não se fala
599 em conselheiro, fala-se na entidade, quem se inscreve, quem é eleito e é votado, são as
600 entidades, nós não elegemos o conselheiro, nós elegemos as entidades. Então, não sei
601 por que, da onde e como, vem uma norma de um decreto que foi feito, me perdoe a
602 força da palavra, na calada da noite, na mudança de governo, depois da posse desse
603 Conselho, sem esse Conselho tomar nenhum conhecimento da mudança, ao tomar
604 conhecimento, houve toda uma movimentação do Conselho para que fosse revisto,
605 houve resistência tácita de que não poderia fazer uma mudança de decreto, que isso não
606 era muito fácil, e foi vetado o tempo inteiro até que nós conseguimos da boca do próprio
607 ministro o compromisso de que: “Não, decreto se muda” . Quer dizer, numa posição
608 totalmente contrária àquilo que vinha sendo colocado aqui no Conselho, que não
609 poderia mudar o decreto, então, há o compromisso do Ministro, há quase um ano atrás,
610 do início do ano, de que esse decreto seria mudado. O Conselho se reuniu, fez uma
611 proposta de decreto, que eu também não sei por que agora o jurídico está analisando e
612 propondo outras mudanças, quando esse Conselho já se reuniu e já propôs um decreto
613 novo, não se considera o que o Conselho fez? Pergunto. Então, eu acho que são muitas
614 questões que não dá para o Conselho ficar calado. Não é uma questão pessoal, não é de
615 quem vai vir ou de quem não vai vir, é uma questão de direito, a sociedade brasileira, e
616 em especial alguns setores da sociedade, deram a vida por essa democracia que nós
617 temos aqui nesse país, não é possível que agora um órgão do próprio Ministério da
618 Justiça interfira desse modo dizendo: “Não, o fulano não pode estar aqui mais, porque a
619 entidade que foi eleita legitimamente não tem esse direito”, ora, isso é inconcebível,
620 gente! Não estamos falando aqui de um ato de um Conselho não, estamos falando aqui
621 de um processo que fere essa democracia que nós construímos com muito sangue, com
622 muita vida, com muito sofrimento. Então, nós não vamos, nós, o Conselho Nacional de

623 Segurança Pública não pode se calar diante disso, e nós não vamos ficar calados, em
624 nome da democracia.

625

626 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
627 **Federais – Fenaprf)** - Só uma parte: esse parecer jurídico, para mim, ele simplesmente
628 interpretou o texto. Isso é até, sinceramente, é subestimar a nossa capacidade, ele
629 examinou o texto, ele não examinou a legalidade desse ato, desse decreto, desse artigo,
630 ele não tece nenhum comentário com relação ao ordenamento jurídico, a questão dessa
631 ingerência do governo nas entidades sociais, não tece, não fala nada, então, essa
632 interpretação daí, sinceramente, qualquer um aqui poderia fazer, dispenso esse trabalho,
633 mais uma vez, nós não podemos aceitar isso como devolutiva de decreto.

634

635 **O Sr. Geraldo Soares Wanderley (Pastoral Carcerária Nacional – ASAAC)** - Bem,
636 eu quero fazer minhas as palavras dos companheiros que me antecederam e dizer, na
637 verdade, que nós sentimos um pouco uma ameaça à autonomia, à democracia do
638 colegiado, até se formos comparar com outros colegiados de grande importância nas
639 políticas públicas nacionais consideradas mais relevantes, não tem esse formato. Isso foi
640 pensado para esvaziar, para, vamos dizer assim, fazer com que o colegiado se torne
641 mais forte, porque na verdade, esse tema da segurança pública é um tema muito
642 complexo, pouco discutido na sociedade, nós levamos um tempo para ir se apropriando
643 de como funciona isso e depois muda tudo, e chega tudo novo. Com certeza, se isso
644 acontecer, vamos inviabilizar a 2ª CONSEG. Acho que dá para ter essa preocupação no
645 jeito que vai sendo conduzida, se vier aqui um colegiado completamente novo, ela
646 ficará completamente inviabilizada, então, aqui nós temos que manifestar a nossa
647 indignação com relação a isso. Não podemos ficar calados e temos de tomar uma
648 decisão, se não for resolvido, de maneira mais rigorosa.

649

650 **Sr. Elder Costa Santos (Fórum Nacional de Juventude Negra – FONAJUNE)** –
651 Bem, eu queria concordar com o que foi colocado, o Marcos Dias está totalmente
652 correto, me parece que essa questão do artigo seis, é apenas uma situação que torna
653 emblemática, ela emblematiza os erros, os equívocos do decreto em si. Mas em se
654 tratando do artigo sexto, nós gostaríamos de não só de repudiar, Gandra, mas também
655 lamentar o que está acontecendo, porque essa tentativa de ingerência nas organizações,
656 sobretudo, da sociedade civil, não condiz com a ambiência democrática que vivemos no
657 país hoje. E nós já gostaríamos, de antemão, de colocar, que, nós, enquanto Fórum
658 Nacional de Juventude Negra, caso esse artigo sexto permaneça como está, nós nos
659 recusaremos a participar do processo eleitoral, nos recusaremos, porque isso abrirá um
660 precedente muito negativo para que o Poder Público possa interferir na autonomia das
661 organizações de sociedade civil, então está aqui o nosso repúdio, a nossa lamentação e
662 conclamamos os companheiros e companheiras a tomar uma medida condizente, uma
663 medida, digamos assim, contundente, para que isso não aconteça porque o que nós
664 queremos é que o Conselho Nacional de Segurança Pública seja um dos conselhos mais
665 fortes do país, mas com uma medida como essa, será um conselho, teremos um segundo
666 mandato e um conselho novamente não respeitado, novamente que não acumulou e que
667 não vai conseguir interferir na segurança pública nacional. Então, essa é a nossa
668 colocação.

669

670 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos)** -
671 Bom, eu acho que o debate da questão jurídico, pelo que estou entendendo, eu acho que
672 na fala da Suelen, parece-me que o próprio ministério já está convencido de que esse

673 decreto não deve vigor mais. Tanto é que parece que existe uma equipe que está
674 escrevendo algum documento que se justifique a alteração inteira do decreto. E eu tenho
675 certeza que por tudo aquilo que foi falado aqui por todos os companheiros, eu acho que
676 o próprio governo já compreendeu que esse decreto não pode seguir adiante sob risco e
677 pena de ocorrerem aí uma série de tempestades desnecessárias, sobretudo, na conjuntura
678 atual. Então, eu acho que segundo a informação da Suelen, está sendo feito um
679 documento para que esse decreto seja alterado, não é isso Suelen? Então, eu acho que o
680 ministério, enfim, a Secretaria Nacional de Segurança já está convencida de que esse
681 decreto tem que ser alterado. Eu acho que a nossa questão aqui é o tempo disso, porque
682 aí eu quero acompanhar a fala do Élder, e o tempo tem que ser urgente, e essa alteração
683 não pode se dar depois do processo eleitoral que já está em curso, mas ele tem que se
684 dar de uma maneira rápida, de uma maneira urgente, sob pena de comprometer sim todo
685 o processo eleitoral. Então, nesse sentido, eu acho que esse Conselho deve buscar,
686 enquanto estamos aqui reunidos hoje e amanhã, acho que nesse sentido devemos buscar
687 uma reunião urgente com o ministro, para hoje à tarde ou amanhã, para tratar com ele de
688 como ele vai conduzir a alteração desse decreto em caráter de urgência, porque só assim
689 eu entendo, e eu acho que é unânime, eu creio que seja unânime nesse Conselho pelas
690 falas, nós estaremos salvaguardando esse processo eleitoral e estaremos salvaguardando
691 o futuro da CONSEG. Porque esse assunto tem tudo a ver com esses dois outros
692 assuntos, então eu queria fazer essa sugestão e queria fazer essa proposta.

693

694 **O Sr. José Lopes Rott (Polícia Rodoviária Federal)** – Mais uma vez bom-dia a todos.
695 Nós ouvimos atentamente as colocações das entidades que concorrem a vagas aqui pelo
696 processo eletivo, e eu sempre tive claro que esse processo eletivo traz para a escolha as
697 entidades, e sempre tive claro também que as entidades que cada um de nós representa
698 aqui, assim como o órgão que eu represento é maior do que cada um de nós
699 individualmente. E que as nossas entidades, as nossas instituições, certamente, têm
700 excelentes quadros. De outro lado, eu tenho a convicção de que a perda da memória, do
701 conhecimento acumulado do trabalho realizado durante todo um mandato, dois anos,
702 alguns dos senhores desde o CONASP provisório, também é de grande importância para
703 este Conselho. Então, como nós não temos ainda um posicionamento formal, como o
704 Marcos Dias colocou, quanto a nova proposta de decreto, qual é o texto que será
705 proposto, o que nós temos é a proposta que foi construída dentro do Conselho, mas
706 ainda sem a análise definitiva do Ministério da Justiça, e o que nós tivemos hoje é uma
707 resposta da interpretação do decreto que ora está vigente, eu acho que talvez os nossos
708 debates deveriam centrar em cima do ordenamento jurídico que está posto, visto que o
709 que está por vir ainda não sabemos qual será, e avaliar mais claramente, eu não tenho
710 claro ainda qual o impacto do decreto vigente no processo eleitoral, porque o processo
711 eleitoral selecionará entidades, não conselheiros, salvo que eu esteja equivocado, eu não
712 domino claramente esse ponto. Então, eu não consegui visualizar, e talvez os senhores
713 possam esclarecer, qual o impacto que nós teríamos nesse processo eleitoral sendo que
714 escolheremos entidades, para que possamos entender exatamente essa questão do
715 tempo, não creio que posições do tipo tem que sair o novo decreto antes das eleições,
716 vai nos trazer sucesso porque o prazo é exíguo, e ao que sabemos o decreto ainda está
717 tramitando no Ministério da Justiça e a partir daí vai para a Casa Civil e lá tem todo um
718 trâmite, então, não creio numa publicação antes do processo eleitoral. Buscando aí algo
719 mais prático seria a sugestão de que nos centrássemos nesse debate, se temos algum
720 impacto para o processo eleitoral, a princípio não consegui avaliar se teremos.

721

722 **O Sr. Pedro Paulo Bicalho (Conselho Federal de Psicologia)** – Em função das falas
723 dos conselheiros que me antecederam e do receio de uma possível estratégia de
724 desqualificação desta nossa discussão por conta do lugar que nós ocupamos, pode
725 parecer que nós estamos tentando legislar por causa própria, eu sugiro que a condução
726 desta discussão seja a partir de uma ingerência no modo de funcionamento das nossas
727 instituições e não exatamente no ponto de recondução dos conselheiros, porque nesse
728 momento a ingerência no modo de funcionamento das instituições está sendo definida
729 operacionalmente pela recondução dos conselheiros, mas o nosso receio é que essa seja
730 apenas uma primeira de outras formas de ingerência das instituições. Então, a minha
731 fala é essa, para que essa não seja uma discussão de recondução de conselheiros, que
732 essa seja uma discussão sobre o modo de ingerência do funcionamento das instituições,
733 para que nós não tenhamos a nossa fala desqualificada porque por um outro lado, se não
734 somos nós que trazemos essa discussão, quem mais traz, já que somos nós os atuais
735 conselheiros do CONASP?

736

737 **O Sr. Luiz Gonzaga (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
738 **Estaduais – ANASPRA)** - Bom, eu queria concordar com as falas anteriores, com
739 exceção do Conselheiro Rott, com a dele eu não concordo não, concordo com as
740 demais. Veja bem, essa postura do Ministério da Justiça em fazer esse encaminhamento
741 no final do governo Lula, ela foi feita por alguém, alguém tinha intenção clara de fazer,
742 porque é uma mudança muito pontual que foi feita em relação à presença dos
743 conselheiros. No conselho provisório, nós ficamos praticamente um ano construindo
744 esse modelo, que era um exercício muito mais difícil, porque tinha uma composição
745 diferente dessa e nós fizemos uma discussão exaustiva desse modelo que foi
746 consolidado, então, mais do que a ingerência, o que fica é a pergunta do que governo
747 quer realmente com esse Conselho. Se uma discussão é colocada como foi inicialmente
748 é desrespeitada por ato individual de alguém, porque alguém levou isso para o
749 presidente Lula, porque naturalmente, no último dia de governo ele não estava
750 preocupado com o funcionamento do CONASP, nem com quem estaria aqui no
751 CONASP, alguém levou e esse alguém é do Ministério da Justiça, é a minha conclusão,
752 não pode ser de outro lugar. Então, assim, a pergunta para além da ingerência nas
753 entidades de classe e no segmento da sociedade civil, nas organizações da sociedade
754 civil, que é no nosso ponto de vista ilegal, imoral, fica também a pergunta o que é que o
755 governo quer de fato com esse Conselho, se não se respeita isso, vai respeitar que tipo
756 de encaminhamento, que tipo de orientação, que tipo de conclusão encaminhada por
757 esse Conselho? Então, acho que a posição do Ministério da Justiça tem que ser urgente
758 sim, ela mesmo não interferindo formalmente no processo eleitoral, mas ela orienta o
759 funcionamento do Conselho e orienta a posição das nossas entidades, nossas
760 representações, e aí eu quero concordar aqui com o Rildo no sentido de se buscar essa
761 reunião no caráter de urgência para que o ministro tenha uma posição clara de que
762 orientação ele está encaminhando sobre esse ponto específico do artigo sexto do
763 decreto, porque isso vai interferir, não no processo eleitoral, mas, sim, no
764 funcionamento do Conselho e nas posições das nossas representações, das nossas
765 associações Brasil afora.

766

767 **O Sr. José de Ribamar de Araújo e Silva (Fórum Nacional de Ouvidores de**
768 **Polícia – FNOP)** - Bom-dia a todas e a todos, eu gostaria de reiterar aqui um alerta
769 geral que já foi feito por outros, de que nós estamos diante de uma consultoria jurídica e
770 esse é o termo, e que analisou no meu ponto de vista, pelo o que foi relatado aqui, o
771 varejo, e não o atacado daquilo que nós queremos discutir. E aí nós não podemos cair na

772 armadilha de superlativizar aquilo que é uma consultoria jurídica, sobre a qual depende
773 uma decisão política, e é nessa decisão política que nós queremos atuar, porque esse
774 Conselho, aliás, não por acaso setenta por cento dele de militantes ou de profissionais
775 da área jurídica não pode se render a qualquer consultoria jurídica, e assim quero crer
776 que também a parcela sensata do Governo Federal reunida do Ministério da Justiça não
777 há de aquiescer a esse tipo de interpretação talvez tão equidistante da nossa realidade do
778 Conselho, até porque esse Conselho guarda uma singularidade, eu venho de outro
779 Conselho em que a determinação é justamente o contrário, não esvaziar, é garantir uma
780 memória viva na transição, e não esvaziar substancialmente aquilo que foi
781 historicamente acumulado pelo Conselho, para dar um exemplo mais próximo, o
782 Conselho Nacional de Segurança Alimentar Nutricional lá o princípio é outro, é
783 preservar sempre uma parcela considerável, nem tanto ao céu, nem tanto a terra, é
784 preciso mudar, mas considerando sempre a permanência de bons quadros que garantem
785 essa memória viva. Em se tratando deste Conselho que tem uma singularidade, de
786 primeira gestão, de primeiros anos de maturação, esse princípio tem que ser muito mais
787 considerado ainda, portanto, paralelo não pode ser só os conselhos do âmbito do
788 Ministério da Justiça porque nós estamos falando de uma política de governo que quer
789 ser sistêmica e ainda intersetorial, então precisa dialogar de plano imediato com todas as
790 outras políticas de todos os outros ministérios, não há aqui dois pesos e dois governos,
791 estamos falando de um único governo e de uma política que se quer sistêmica. Então, é
792 também, de certa forma, um alerta e a tranquilidade dos meus pares que assim como nós
793 não vamos nos render aqui, eu quero crer também que a parcela sensata do governo não
794 há de se render a qualquer nível de consultoria.

795

796 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público) –**
797 Bom-dia! Dois anos e nada mudou. Agora, este plenário merece o tratamento que
798 recebe do Poder Executivo. Este plenário se calou muitas vezes. Suelen, é uma técnica,
799 mas ela não responde pelo Poder Executivo. Quem está aqui dando a devolutiva do
800 decreto é Suelen. Politicamente Suelen não tem responsabilidade, isso vai continuar se
801 este plenário não reagir. Eu tenho duas propostas de decisões colegiadas: a primeira –
802 Conasp resolve: a) Determinar que a presidência do Conasp encaminhe até amanhã ao
803 Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça a proposta do novo decreto regulamentar do
804 colegiado, já aprovado pelo plenário - porque, salvo engano, não houve esse
805 encaminhamento até agora, formalizado, porque o Conasp aprova alguma coisa aqui e
806 vai ser revisado pela Consultoria Jurídica, não existe isso. Depois de aprovado por um
807 colegiado aquilo vira norma, não se passa isso por um colegiado, o que pode ocorrer é o
808 ministro da Justiça não homologar a decisão do Conasp, isso é outra circunstância. Mas,
809 aqui tem uma mania: “Não, vai lá, a Consultoria vai ver se está tudo bonitinho”, não
810 existe isso, está na hora de acabar com esse procedimento. No ofício do
811 encaminhamento do item anterior, solicitar ao Excelentíssimo Senhor Ministro da
812 Justiça que a proposta do Conasp seja encaminhada à Presidência da República até o
813 próximo dia 20/11/2012, ao lado da análise e proposta do próprio Ministério da Justiça.
814 O ministro da Justiça não está obrigado a concordar com o que o Conasp aprovou, mas
815 ele tem que encaminhar a proposta do Conasp à Presidência da República com os seus
816 posicionamentos. “Não concordo com esse item que o Conasp aprovou e assim por
817 diante”. Isso é precisa chegar à Presidência da República porque é a Presidência da
818 República que João Francisco representa que tem essa atribuição. Bom, essa é a
819 primeira decisão colegiada. Segunda decisão colegiada – em relação ao dispositivo que
820 estamos discutindo do decreto, o plenário do Conasp considera-o inconstitucional por
821 ofender a autonomia das entidades associativas e do terceiro setor em definir seus

822 representantes nos foros em que seja garantida a participação delas. São essas duas
823 posições.

824

825 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
826 **Brasil)** – Marcos, mande por escrito para a mesa para facilitar, obrigado.

827

828 **O Sr. Marcos Rezende (Coletivo de Entidades Negras)** - Como eu estou faltoso,
829 estou me sentindo até um pouco constrangido porque fica parecendo que voltei para
830 fazer confusão de novo. Mas, na verdade, não é bem isso. Nós estamos aqui, e há algum
831 tempo que tenho falado nisso com alguns companheiros, falando das mesmas coisas
832 que, no geral, acaba sendo o desrespeito do ministério com este conselho. Estamos
833 discutindo aqui um tópico, mas isso é um pequeno pedaço da realidade porque se
834 pegarmos uma série de pautas e de pedidos que fizemos, absolutamente nada foi
835 colocado como vital dentro da pauta do ministério ou foi tratado com a dimensão
836 devida. Inclusive, até mesmo resoluções que aprovamos aqui. É uma série de ações que
837 pensávamos que poderia ser implementada. Quando olho para este conselho e vejo o
838 nível do que está colocado aqui dentro e é isso que me assusta mais ainda porque
839 quando estou dentro de uma comunidade periférica lá em Salvador que eu vejo uma
840 viatura da Rondesp chegar de noite eu já me tremo todo. Não precisa ter um oficial da
841 Polícia Militar, basta ter um praça porque as pessoas resolvem, utilizam aquele poder ali
842 e acabam resolvendo as coisas, às vezes não dá tempo para chegar à delegacia. Às vezes
843 não dá tempo para fazer nada. E eu chego num espaço deste, eu vejo todos os níveis de
844 poder estabelecidos, mas parece que todos eles se assustam frente ao grande poder do
845 ministro. É como se o praça, o oficial, a sociedade civil, o delegado da Polícia Federal,
846 o Ministério Público, a Defensoria Pública, todo mundo dizendo: “Vamos ver como é
847 que a gente conversa ou negocia”. E como percebemos, nós estamos sendo levados aqui
848 há uns dois anos em banho-maria. Não tem negócio. A conversa é justamente fazer isso
849 o tempo todo. Então, se não tomarmos uma postura de autonomia, de utilizar o poder
850 que um conselho deve ter que é de dialogar para fora do ministério. Se não estamos
851 conseguindo falar aqui dentro do ministério, não tem meios de comunicação? Não tem
852 meios em que a sociedade civil, que os conselhos, podem utilizar para serem ouvidos?
853 Nós precisamos começar a debater sobre isso de forma mais concreta, sob pena de
854 termos que pagar o preço da nossa omissão porque é vergonhoso para as pessoas com o
855 nível das que estão aqui, e eu digo inclusive do governo mesmo, passar dois anos e não
856 adiantar nada. Do mesmo jeito que o governo não tem inclusive, muitas vezes, a
857 estrutura da passagem aérea ou das condições das diárias para fazer determinadas
858 reuniões, eu acho que se for para fazer reme-reme, fechem as portas. Porque é em prol
859 da sociedade brasileira, em prol dos outros. Considero que nos cabe começar a pensar
860 sobre isso que seja na hora do almoço, seja mais tarde porque está difícil. E vai se
861 realizar uma eleição, se vacilar, de verdade, desse olhar que está colocado aí, eu não
862 duvido absolutamente nada. Mesmo porque boa parte das entidades não está muito
863 motivada. Eu não sei como está o processo de inscrição, mas se percebe uma
864 desmotivação, uma despolitização e desinteresse com relação à pauta. Precisamos fazer
865 uma análise mais profunda sobre o que está acontecendo conosco. É isso.

866

867 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
868 **Municipais de Segurança Pública)** – Bom-dia a todos e a todas. Eu queria pedir
869 desculpa pelo atraso. Eu concordo em grande parte do que já foi dito aqui pelos
870 conselheiros sobre esse tema. Eu queria só reforçar que nós definimos aqui no plenário
871 quem vai ser responsável pela coordenação política da 2ª Conferência Nacional é o

872 Conasp, desde a sua preparação até o conteúdo, aprovamos aqui as diretrizes, os temas
873 centrais da 2ª Conferência e considero que essa decisão de não alterar o decreto
874 prejudica fundamentalmente a 2ª Conferência porque os conselheiros novos que já
875 chegam em dezembro ou janeiro com a responsabilidade de preparar uma segunda
876 conferência, mesmo sendo da mesma entidade de outros conselheiros a questão da
877 experiência pesa. Sem contar que divirjo e muito de algumas posições do conselheiro
878 Marcos Costa, mas ele apontou um ponto fundamental, a mudança do art. 6º é
879 inconstitucional. Esse é o ponto. Primeiro porque o plenário já tinha feito uma decisão
880 colegiada e a questão não é jurídica, é política. Na última reunião, eu sugerir que
881 encaminhássemos ao Ministério da Justiça que os conselheiros tivessem a possibilidade
882 de, no máximo, uma única recondução. As entidades podem ser eleitas quantas vezes se
883 inscreverem e forem votadas, mas, os conselheiros das entidades não ficassem mais do
884 que quatro anos para que nós também não transformarmos o conselho em carreira de
885 conselheiro, ficar aqui 6, 8, 10, 20 anos como conselheiro. É fundamental
886 estabelecermos limite para participação do conselheiro, não da entidade. O Movimento
887 Nacional de Direitos Humanos se ganhar a eleição pode ficar aqui 10, 20 anos, agora o
888 Rildo não pode ficar mais de 4, é a minha sugestão, porque senão vira uma carreira ser
889 conselheiro do Conasp. Então, vou a lembrar isso, junto a todas as colocações que
890 foram feitas aqui, eu queria sugerir ao plenário, não me lembro se chegamos a votar
891 isso, senhor presidente? Votamos? A maioria aprovou? Então, já votamos isso, a
892 maioria aprovou uma proposta bem objetiva. Além dos debates gerais sobre as
893 mudanças do decreto, essa é específica. Nós fizemos uma sugestão, foi aprovada em
894 plenário e estamos no meio de um processo eleitoral para saber como vai se posicionar
895 as entidades, o Éder já disse aqui que nessa posição a entidade dele vai ter dificuldade
896 de participar, então, José Lopes influi diretamente na votação que está se realizando
897 agora. Eu sugiro que entre todas as propostas que forem encaminhadas ao ministro,
898 lembrar que na 18ª Reunião Plenária, última, nós aprovamos isso, já está na ata, esse é o
899 ponto e isso não é uma avaliação de mandar para a Assessoria Jurídica avaliar, isso não
900 tem a nada a ver com a Assessoria Jurídica uma decisão do plenário dizendo que os
901 conselheiros podem ser reconduzidos uma única vez, isso é claro e objetivo. E se
902 eventualmente tiver dificuldade de aceitar essa propositura que mande para a Casa Civil
903 como foi sugerido aqui. Mas, eu queria lembrar que nós não estamos, como foi dito na
904 última reunião, fazendo defesa em causa própria. Aqui não está sendo debatido o tempo
905 que vai ficar cada um de nós aqui, está se debatendo qual a melhor para o conselho
906 funcionar com representação dos conselheiros eleitos se podem voltar sem
907 estabelecimento de prazo ou, como eu sugeri, que tivesse uma única recondução,
908 independente das entidades. Essa questão já deveria ter vindo uma resposta hoje, eu
909 pensei que iríamos iniciar com essa resposta. É isso.

910

911 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** – Bom, a ata está aqui na última
912 reunião onde isso foi discutido e se não me falha a memória, Mariano, não houve
913 consenso se haveria mais um mandato. O que ficou acordado é que nós teríamos
914 recondução, agora, como seria o modelo da recondução iríamos discutir na mudança do
915 decreto, mas nesse ponto específico foi aprovado que a recondução seria possível, ou
916 seja, que o art. 6º deveria cair, isso que foi acordado. As atas estão aqui e poderá
917 esclarecer melhor isso. Agora, com certeza, de fato é a ponta de um iceberg. Quando a
918 houve a mudança do decreto da maneira que foi mudada já se tinha alguma intenção.
919 Ninguém aqui é menino para não perceber isso e o reflexo disso não foi apenas no
920 Conselho ou na Secretaria-Executiva do Conselho ou na estrutura do Conselho, o
921 reflexo está sendo na sociedade brasileira, e não sou eu que digo, várias entidades

922 especialistas que lidam com segurança pública estão dizendo textualmente todo dia em
923 jornais. Há um afastamento, um descompromisso, uma distância entre o que a sociedade
924 brasileira quer e sonha com a segurança pública daquilo que está sendo feito hoje, por
925 mais esforço que tenha sido feito e está sendo feito. Agora, é outra pauta. É outra
926 agenda. Não é a agenda que nós com muita vontade elegeram quando a presidenta Dilma
927 disputou as eleições. É outra agenda de segurança pública porque o que vínhamos
928 construindo tinha outra cara, tinha outro compromisso. Então, isso está muito claro para
929 todos nós. Não é apenas a questão do conselho, da entidade, não é isso, está muito claro.
930 E eu pergunto: quais são os conselhos nacionais que essa posição está posta, de não ter
931 nenhuma recondução? Alguém sabe disso? Segundo: devemos resolver isso antes das
932 eleições em respeito a tudo aquilo que foi feito, porque vejam, há pessoas que estão
933 chegando aqui hoje e se for ao pé da letra está no mandato atual. O que o ministério, ou
934 alguém, sei lá quem está dizendo a todos nós é: está dizendo à Ame Brasil que não
935 poderá voltar mais, que a sua entidade vai ter que colocar outro coronel aqui. Está
936 dizendo à CNCG a mesma coisa, aproveite, coronel, porque poderá ser o último dia que
937 o senhor está se sentando nesta cadeira. Porque pode estar dizendo a todos nós, o senhor
938 inclusive que chegou hoje que não temos o direito de voltar aqui. Olha, que absurdo!
939 Olha a que ponto chegamos! Então, acho que tem que ser resolvido antes das eleições.

940

941 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
942 **Brasil)** – Bom, nós já ouvimos todos. Eu faço uma pergunta: poderíamos ter um
943 tempinho para conversar novamente? Ou já temos condições de decidir? Já temos
944 condições de decidir. Ok.

945

946 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
947 **Federais – Fenaprf)** – Só queria trazer aqui à lembrança de que não é só o art. 6º do
948 Decreto 7.413 não, nós discutimos todo esse decreto. Tivemos duas reuniões
949 extraordinárias para tratar desse assunto o ano passado, uma inclusive com a
950 participação do senhor ministro da Justiça. Então, por isso, Suelen, é claro que você
951 veio trazer um recado, é por isso que nós nos indignamos e não aceitamos essa
952 devolutiva porque discutimos muito mais do que o art. 6º. E na 18ª Reunião tivemos
953 aqui a Decisão Colegiada nº 4 na qual nós deliberamos o seguinte: “Preocupados com as
954 implicações que essa vedação...” em respeito ao art. 6º “...pode ensejar, inclusive para a
955 realização eficiente da 2ª Conferência Nacional de Segurança Pública, o pleno aprovou
956 por maioria de votos no sentido que o referido artigo do decreto seja alterado de modo a
957 afastar a possibilidade desse tipo de interpretação e dessa eventual vedação. É nesse
958 sentido que este Conselho solicita, muito respeitosamente, a gestão de Vossa
959 Excelência...” no caso foi dirigida ao ministro da Justiça “...junto à presidente da
960 República para que essa alteração seja processada antes do início do processo eleitoral,
961 ou seja, 28 de setembro de 2012”. Mas, a discussão vai além disso.

962

963 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
964 **Brasil)** – Aparte do conselheiro Marcos Costa.

965

966 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público)** –
967 Marcos, você sabe se essa decisão foi encaminhada oficialmente ao ministro?
968 *(intervenções fora do microfone).*

969

970 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
971 **Federais – Fenaprf)** – E com relação aos atos deste Conselho, conselheiro Marcos

972 Rezende, o que nós ressentimos é que nos parece que nossas decisões colegiadas, nossas
973 recomendações não chegam ao destinatário, mas só não chegam, parece-me, quando não
974 é do interesse do governo porque temos aqui um informativo da Senasp do mês de julho
975 no qual consta: “Conasp apoia o projeto-piloto do Brasil Seguro em Alagoas. O Conasp,
976 em sua 5ª Reunião Extraordinária realizada em 9 de julho de 2012, decidiu apoiar a
977 iniciativa da implantação do piloto do programa Brasil mais Seguro em Alagoas. Após
978 ampla discussão sobre o assunto, o colegiado entendeu que a taxa elevada de
979 homicídios naquele estado é motivo urgente para implantação das ações do Governo
980 Federal para redução da criminalidade e violenta”. Mas, nós decidimos tantas coisas
981 aqui sobre aposentadoria dos policiais, decidimos sobre essa questão mesmo do decreto,
982 mais de um ano recorrendo sobre isso, a pauta racial e não saiu, parece, destas quatro
983 paredes. Então, infelizmente, nos ressentimos também essa questão, se interessa ao
984 governo parece que dá publicidade ao que é decidido aqui, se não interessa não dá essa
985 publicidade. Ou seja, temos sido utilizados para referendar ações do governo, mesmo
986 porque os projetos e programas já chegam aqui prontos, só são apresentados, nós
987 discutimos alguma coisa, apoiamos, encaminhamos, mas não vemos resultado dessas
988 questões. Eu considero que chegou o momento de tomarmos atitude com relação a isso
989 e romper essa relação com o governo, não é esse tipo de relacionamento que queremos
990 enquanto Conselho Nacional de Segurança Pública.

991

992 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
993 **Brasil)** – Vamos agora, então, para a análise das propostas. Vamos item por item?
994 **Primeira proposta: reunião urgente com o ministro para pautar com ele a**
995 **mudança do decreto. Segunda proposta: enviar ofício solicitando homologação do**
996 **decreto. Terceira proposta: decisão colegiada – proposta aprovada pelo Conselho.**

997

998 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público)** –
999 O que pode ocorrer é o Ministério da Justiça encaminhar a proposta à Casa Civil da
1000 Presidência da República. Tião, você está querendo que isso chegue à Presidência da
1001 República ou não? (*interferência fora do microfone*). Então, seria quase a mesma
1002 situação. Porque também é o seguinte, nessa situação, o ministro da Justiça não precisa
1003 homologar, assim, existe o Conasp que é distinto do ministro da Justiça. Nós já
1004 manifestamos nossa opinião de como o decreto deve ser modificado e isso deve seguir
1005 sempre, o ministro não pode barrar isso. O que o ministro pode fazer é o seguinte: em
1006 relação a essa proposta o ministro apoia tais e tais e não apoia tais e tais coisas, por isso
1007 e isso. Seguem as duas coisas juntas até porque a sociedade civil, os trabalhadores
1008 poderão pleitear perante a Presidência da República para tentar valer a sua posição em
1009 relação à própria decisão do ministro, faz parte do contexto de movimentação. Porque o
1010 que ocorreu, salvo engano, nisso a Suelen pode explicar, é o seguinte, eu vi também a
1011 decisão anterior que gerou o parecer, aparentemente, parece que a presidência e o
1012 plenário não estão tendo, digamos assim, uma pequena formalidade que é encaminhar
1013 formalmente ao ministro a decisão. Eu não sei se tem ofício encaminhando para o
1014 ministro, o que eu vi foi um encaminhamento do assessor do ministro porque é diferente
1015 você encaminhar uma coisa para o ministro e ele determinar que outro faça alguma
1016 coisa. Como eu não vi aí...

1017

1018 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
1019 **Segurança Pública)** – É assim: o documento, não está aqui o dia que foi encaminhado.
1020 Este aqui foi, como eu falei, foi encaminhado porque se o assessor do ministro mandou,

1021 chegou até ele. Então, foi encaminhado oficialmente pela presidente do Conasp um
1022 ofício ao Gabinete do Ministro...

1023

1024 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público) –**
1025 **Mas, ao ministro ou ao Gabinete do Ministro?**

1026

1027 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
1028 **Segurança Pública) –** Ao ministro. A presidente do Conselho manda diretamente ao
1029 ministro.

1030

1031 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público) –**
1032 **Só uma dúvida, Suelen: salvo engano, parece que não saiu ainda formalizado um ofício**
1033 **nosso encaminhando a nossa proposta aprovada para o ministro?**

1034

1035 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
1036 **Segurança Pública) –** Já estamos discutindo, inclusive, com a Secretaria de Assuntos
1037 Legislativos...

1038

1039 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público) –**
1040 **Veja bem, Suelen, o ofício nosso, porque sempre ficou aquela coisa, a Consultoria**
1041 **Jurídica vai devolver ao plenário os ajustes que ela entende que devem ser feitos ao**
1042 **texto para que possamos reanalisar alguma coisa. O que pergunto é o seguinte: foi**
1043 **aprovado, já existe uma decisão deste colegiado antiga, muita antiga, sobre qual é o**
1044 **texto que deveria ser o próximo decreto. Salvo engano, não há um documento da**
1045 **Presidência do Conasp encaminhando ao ministro, dizendo assim: “Sr. Ministro, esta é a**
1046 **proposta do Conasp que nós gostaríamos que fosse enviada à Presidência da**
1047 **República”.**

1048

1049 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
1050 **Segurança Pública) –** Não tenho certeza absoluta porque já tem um tempinho, não
1051 **consigo me lembrar, é do ano passado. Eu vou dar uma olhada, se tiver eu**
1052 **encaminho para todo mundo.**

1053

1054 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
1055 **Federais – Fenaprf) –** Com relação a essa Decisão Colegiada nº 4, a Fenaprf teve uma
1056 reunião com o ministro um dia após a aprovação da decisão aqui. Nós entregamos
1057 pessoalmente uma cópia dessa decisão colegiada ao ministro.

1058

1059 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
1060 **Brasil) –** Eu queria só um esclarecimento enquanto Rede Desarma Brasil porque se
1061 aprovarmos qualquer uma das propostas elencadas aqui vai influir ou não na realização
1062 da eleição? Não muda nada? Ok. Então, vamos para votação, vamos lá. A primeira
1063 proposta: **REUNIÃO COM O MINISTRO PARA PAUTAR MUDANÇA DO**
1064 **DECRETO, COM URGÊNCIA.** Com o plenário ou uma comissão, não faz diferença.

1065

1066 **O Sr. Nilton Edemar Pfeifer (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e**
1067 **Identificação – FENAPPI) –** Temos dúvida aqui se foi encaminhado esse ofício ao
1068 ministro ou se não foi. E se essa proposta chegou efetivamente às mãos do ministro para
1069 ser analisada, se ele tem conhecimento e mesmo assim optou pela edição desse decreto.
1070 Eu acho que poderíamos fazer um encaminhamento ou reencaminhamento de um ofício

1071 colocando a proposta de alteração para que seja analisada inclusive antes das eleições
1072 porque poderemos perder esse foco e as coisas vão acontecendo, os prazos vão sendo
1073 expirados. Então, essa urgência, urgentíssima que colocaram aqui é interessante, mas
1074 fazer um encaminhamento ou um reencaminhamento desse ofício com a proposta a ser
1075 analisada antes das eleições.

1076

1077 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos) –**
1078 Bom, o conselheiro que me antecedeu estava defendendo na verdade a proposta número
1079 2. Eu queria insistir na proposta nº 1 porque eu considero que, como alguém já disse
1080 aqui, não sei se foi o cons. Mariano, a questão não é jurídica, a questão é toda política,
1081 no sentido de que se sentando pessoalmente com o ministro para limpar todas as
1082 questões em relação a esse decreto. Ofício é importante, mas é letra fria. E eu acho que
1083 a questão é política. Este Conselho precisa ter uma resposta política porque
1084 esperávamos que tivéssemos aqui hoje uma resposta política da questão do decreto, e
1085 não tivemos. Tivemos um parecer jurídico e uma ideia de que está sendo preparado um
1086 documento a ser encaminhado. Então, eu estou muito preocupado com a questão
1087 colocada pelo Movimento da Juventude Negra, do Élder, que corre o risco de não
1088 participar do processo, o que seria muito ruim para a democracia deste Conselho, em
1089 razão de se manter essa posição política do ministério através desse decreto, por tudo
1090 que já foi falado. Se o ministro não puder vir ao plenário, pode-se tentar as duas formas,
1091 ou ele vem ao plenário, hoje ainda ou amanhã, e se na impossibilidade, que se tire aqui
1092 uma comissão e que vá até ao ministro para que se resolva isso de uma vez por todas
1093 porque este Conselho precisa de um posicionamento pelo menos até o dia da eleição.

1094

1095 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
1096 **Brasil) –** Com relação ao que o Rildo colocou já foi uma defesa da proposta 1. Será que
1097 teria alguém para defender uma proposta oposta? Éder, parece que a proposta primeira
1098 vai aproveitar que as propostas 2 e 3 sejam entregues ao ministro. Mas, precisamos
1099 decidir se vai pautar com o ministro.

1100

1101 **A Sra. Maria Vitória (Chefe de Gabinete do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral**
1102 **da Presidência da República) –** Bom-dia a todos e todas. Eu sou Maria Vitória, chefe
1103 de gabinete do ministro Gilberto Carvalho, representando a Secretaria-Geral. Estou, na
1104 verdade, retornando de licença maternidade. Eu queria primeiro saudar a todos e
1105 entendo que essa discussão é riquíssima do ponto de vista da participação social e do
1106 fortalecimento deste Conselho que é um conselho novo, mas, já bem pungente, então é
1107 com bastante alegria que eu consigo ver e vou levar ao ministro Gilberto as discussões
1108 que estão sendo feitas aqui. Com relação à proposta em si, eu queria só fazer uma defesa
1109 do seguinte: eu como chefe de gabinete, eu sei como são as agendas dos ministros. E a
1110 do ministro da Justiça eu tenho certeza de que ela é enlouquecedora. Então, eu queria
1111 propor, caso a proposta 1 seja de consenso, que essa comissão vá até ao chefe de
1112 gabinete do ministro que, certamente, terá toda condição de levar a discussão e as
1113 propostas deste Conselho diretamente ao ministro com a maior urgência possível. Ele,
1114 sim, tem esse acesso direto ao ministro. Nós, como conselheiros, talvez não tenhamos
1115 essa possibilidade de conseguir uma agenda hoje ou amanhã, no período em que os
1116 conselheiros estão aqui reunidos. Então, eu queria só fazer esse destaque sabendo como
1117 é a agenda ministerial.

1118

1119 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
1120 **Brasil) –** Ok. Vamos ler as propostas. A 2ª proposta é enviar ofício solicitando

1121 homologação da proposta do decreto. (*intervenções fora do microfone*). Pois foi isso
1122 que eu sugeri, fazer a votação do que vamos levar a ele. Há consenso com relação à
1123 reunião urgente com o ministro para pautar o que estamos considerando?

1124

1125 **A Sra. Eliana Sousa Silva (Redes de Desenvolvimento da Maré)** – Mas, vai ser
1126 considerado o que a Vitória colocou agora?

1127 (*intervenção fora do microfone*)

1128

1129 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
1130 **Brasil)** – Vamos colocar as duas? Comissão ou plenária?

1131

1132 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais**
1133 **Civis – COBRAPOL)** – Eu estou levantando uma questão de ordem. Eu acho que
1134 deveríamos aprovar primeiro o primeiro encaminhamento porque se não for aprovado
1135 ficam prejudicadas as demais. E que se tiver alguma outra proposta que também é o
1136 momento oportuno de alguém encaminhar, que no meu entender, só tem uma. Tem uma
1137 possibilidade de ser com o ministro e outra possibilidade de ser com o chefe de
1138 gabinete. Então, são duas, é verdade. São três, qual é a terceira, não estou entendendo?
1139 Marcos, essa não seria acessória. Ok, entendi.

1140

1141 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** – Embora os três pontos que
1142 colocamos para a parte da manhã, a questão do decreto, as eleições do Conasp e a
1143 Conseg sejam complementares, elas têm decisões diferentes, umas mais urgentes, outras
1144 menos urgentes. Pelo que estou entendendo, o que é mais urgente aqui é que resolvamos
1145 a questão do art. 6º, esse é o ponto mais urgente. Como vamos resolver isso, se é com a
1146 reunião com o ministro, se é mudando o decreto todo, mudando em parte, vamos ver
1147 com vamos fazer. A primeira questão é esta: como é que vamos mudar o art. 6º, essa é a
1148 primeira questão. As outras questões vêm de acordo com os outros pontos, eleições, que
1149 têm outras questões da lei se participa ou não, se vai voltar para cá ou não, que é outra
1150 coisa, e a 2ª Conseg. Então, eu queria primeiro resolver este ponto: como é que
1151 mudamos o art. 6º. Depois as outras coisas são consequências disso. Eu considero a
1152 primeira proposta, se não for possível a reunião com o ministro, tem que ser possível
1153 uma reunião extraordinária para arrancarmos dele o compromisso formal. “Ah, está
1154 bom, não vai dar para mudar no processo eleitoral”, não podemos medir o tempo da
1155 Casa Civil, pode ser, eu creio que não, quando há um pouco mais de vontade política
1156 conseguimos fazer isso até num tempo mais razoável do que o tempo que se tem. Mas,
1157 tudo bem, vamos considerar que não haja tempo hábil até as eleições, mas vai haver o
1158 compromisso formal escrito, assinado, colocado em ata, do ministro da mudança do art.
1159 6º. E ganhamos tempo para discutir o resto do decreto. Inclusive com a devolutiva
1160 formal da Conjur para analisarmos se o que mudou pela Conjur tem a ver com o que
1161 propusemos ou não. Então, eu queria concentrar a nossa votação agora nesse ponto
1162 específico, na mudança do art. 6º. Depois vamos ver o resto.

1163

1164 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
1165 **Segurança Pública)** – Só uma observação, é a Secretaria de Assuntos Legislativos, a
1166 Consultoria Jurídica não tem nada a ver. Quem está cuidando é a Secretaria de Assuntos
1167 Legislativos que é a que cuida de todas as propostas de decretos que sai no Conasp etc.

1168

1169 **O Sr. Luiz Gonzaga (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
1170 **Estaduais – ANASPRA)** - Divergindo do Tião com relação ao encaminhamento, acho

1171 que a primeira questão tem que decidida agora porque o ministro tem que saber se nós
1172 queremos ou não essa reunião em caráter de emergência para ele acertar até às 5 horas
1173 de amanhã a agenda. E essa questão de ser o chefe de gabinete ou não, não é uma
1174 decisão nossa. A decisão é do ministro, a decisão política é do ministro. E ele está a par
1175 desse assunto, não é um assunto novo, é um assunto já foi colocado com mais de uma
1176 forma, em que ele tem uma posição nossa e que conhecemos a posição dele até agora
1177 que é manter o decreto. Nós precisamos resolver com ele, por isso que a reunião tem
1178 que ser com ele em caráter de urgência para que superemos esta fase e vamos tratar de
1179 outras questões. Então, eu quero só insistir para que votemos o item 1 para que a
1180 Secretaria-Executiva possa encaminhar mais rapidamente.

1181
1182 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
1183 **Federais – Fenaprf)** – Eu quero saudar a presença da conselheira Maria Vitória e dizer
1184 que você é bem-vinda aqui. É sempre bom ter esse olhar e também ouvir da Secretaria-
1185 Geral da Presidência no nosso conselho. Nós temos uma crise de falta de confiança
1186 porque esse decreto foi preparado sem o nosso conhecimento para ser mais delicado.
1187 Então, por isso nossa insistência em conversar diretamente com o ministro. E a
1188 Federação já teve oportunidade de discutir noutra pauta, tocar nesse assunto e nós não
1189 sentimos que o ministro está sensível a essa questão. Pareceu-me que existe a ideia de
1190 que nós, conselheiros, queremos nos perpetuar aqui no Conasp. É claro que não disse
1191 isso, é uma leitura que eu fiz num momento que pincelamos esse assunto, não tratamos
1192 dele. A nossa pauta era com relação à aposentadoria dos policiais. Por isso, que
1193 queríamos tratar direto com o ministro, mesmo porque já houve uma reunião
1194 extraordinária em que ele esteve presente. Eu acho, Tião, que não podemos perder a
1195 ocasião para tratar de todo o decreto porque este momento com o ministro, como foi
1196 dito, é um momento raro, é difícil, a agenda dele são mais de cem requisições diárias,
1197 então devemos tratar de todo o decreto, não podemos desperdiçar este momento apenas
1198 com uma questão pontual.

1199
1200 **A Sra. Célia Dantas Gentile Rique (Gabinete de Assessoria Jurídica às**
1201 **Organizações Populares – GAJOP):** Eu acho que a questão fundamental em afirmar a
1202 possibilidade do nosso encontro com o ministro, estamos afirmando o nosso lugar de
1203 atores políticos. Nós não estamos passando recado através de intermediário nenhum.
1204 Porque se não afirmarmos posições como atores políticos não teremos mais condições
1205 de requerer, de discutir, de justificar nenhuma outra proposta de caráter político.

1206
1207 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
1208 **Brasil)** – Deixe-me colocar a minha visão como Rede Desarma Brasil é de que este
1209 Conselho é um conselho do Gabinete do Ministro ainda. Ele é nascido no Gabinete do
1210 Ministro, é do Ministério da Justiça e está caminhando para se consolidar para ser um
1211 conselho com lei efetiva, ele é por decreto, e já discutimos aqui que o decreto, como
1212 está proposto para ser mudado, pode ser mudado inclusive para sua extinção, a
1213 probabilidade existe. Bom, então, o que eu percebo e o que podemos evitar aqui,
1214 enquanto um conselho que está numa dimensão ainda de consolidação, mas fazendo
1215 parte da ponte ministério/sociedade, que um dia, certamente, ele será da sociedade,
1216 trabalhadores e gestores e tal, é que estamos tentando com tudo isso evitar que o
1217 governo se exponha sem nenhuma necessidade porque existe já sinalização para a
1218 imprensa saber disso, essas discussões não vão ficar simplesmente aqui. Então, estamos
1219 tentando fazer com a maturidade e a sensatez que nos cabem aqui, é de que, pelo menos,
1220 esse encontro possa ser efetivado para evitar e depois dizer: “Precisou disso? Não

1221 poderíamos ter conversado?”. A ideia caminha por aí. Eu estou aqui na vice-presidência
1222 e estou sentindo a falta de Regina porque de qualquer maneira estamos constrangendo
1223 uma decisão que a presidente não está aqui para poder dar sua posição. Poderíamos
1224 caminhar para esse encontro com o ministro que evitaria muitos desgastes se não
1225 conseguirmos essa reunião. Então, vamos caminhar para a proposta, se for consenso
1226 construiremos um modelo de ir à reunião, com a sugestão de Vitória, inclusive. Estamos
1227 preparados para a aprovação da primeira proposta? Vamos votar a primeira, depois
1228 vamos para as outras.

1229

1230 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público) –**
1231 Veja bem, o que eu falei é que pode existir uma reunião extraordinária do plenário com
1232 o ministro, é uma coisa. Há alguém que defende isso? A outra é uma reunião de uma
1233 comissão, definida pelo plenário com o ministro. E uma terceira seria uma reunião,
1234 convocarmos uma reunião extraordinária. Para receber o chefe de gabinete não existe,
1235 Vitória, o problema é o seguinte, o Conasp é o ápice do sistema de participação dentro
1236 da área de segurança pública, o Conasp tem que ser o que o Conselho Nacional de
1237 Saúde, o Conselho Nacional de Meio Ambiente são e nós economizamos muito tempo
1238 do ministro, só tivemos um encontro com ele. Eu sei que a sua proposta foi no ponto de
1239 vista pragmático, mas do ponto de vista político, de que esse Conselho deve representar
1240 para o Ministério da Justiça é uma proposta complicada para nós, no meu ponto de
1241 vista. Então, são três propostas: plenária – terá uma reunião extraordinária com o
1242 ministro ou é uma comissão? Quem defende a plenária?

1243

1244 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
1245 **Brasil) –** Por ordem. Gente, se formos voltar a falar, não aprovaremos nem a reunião
1246 com o ministro. Os *modus operandi* poderemos definir em outro momento.

1247

1248 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
1249 **Municipais de Segurança Pública) –** O meu esclarecimento é o seguinte: nós devemos
1250 encaminhar a votação da reunião com o ministro. Se essa reunião será do pleno ou de
1251 uma comissão é outro debate porque, por exemplo, primeiro vota-se se terá a reunião
1252 com o ministro, eu quero defender que seja do pleno e não em comissão. Depois eu digo
1253 o porquê.

1254

1255 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
1256 **Brasil) –** Eu gostaria de pedir aos conselheiros porque eu fiz uma colocação que deveria
1257 votar primeiro a primeira proposta – reunião com o ministro. Aí as pessoas pedem a
1258 palavra para dizer isso. E estamos perdendo tempo para a votação. (*intervenções fora do*
1259 *microfone*) Então, desculpe, mas foi isso que entendi.

1260

1261 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
1262 **Municipais de Segurança Pública) –** Estava sendo discutido aqui que teria três
1263 propostas: uma reunião com o ministro, uma reunião extraordinária ou uma reunião de
1264 uma comissão. o que eu disse não é a mesma coisa, com todo respeito que a mesa disse
1265 é que primeiro vota só a reunião com o ministro e se será uma comissão ou
1266 extraordinária nós debateremos em seguida. É só isso.

1267

1268 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
1269 **Brasil) –** Mas, foi essa a minha proposta, Mariano. Você não ouviu a minha proposta. A
1270 proposta que eu fiz foi se vamos ter a reunião com o ministro. Ponto. Foi essa proposta.

1271
1272 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** – Bom, já há um consenso de que
1273 todos querem a reunião com o ministro...
1274
1275 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
1276 **Brasil)** – Não, vamos colocar em votação...
1277
1278 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** – Calma, o entendimento é esse.
1279 Segundo, eu acho que o que está se votando aqui é se é uma comissão ou se é o pleno.
1280 Eu acho que é o pleno. Terceiro, eu acho que é para essa reunião para amanhã. Em não
1281 sendo possível, aí é uma extraordinária.
1282
1283 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
1284 **Brasil)** – Acho que voltamos para a mesma coisa. Vamos fazer o seguinte: reunião com
1285 o ministro, estamos preparados para votar essa proposta? Aquele que for contra levante
1286 a mão. Como todos não levantaram, **APROVADO POR CONSENSO A REUNIÃO**
1287 **COM O MINISTRO – UNANIMIDADE.** Agora é: como vamos fazer essa reunião
1288 com o ministro. A dinâmica da reunião com o ministro, ofício datado de hoje para a
1289 reunião de amanhã – é uma proposta. (*intervenções fora do microfone*).
1290
1291 **A Sra. Eliana Sousa Silva (Redes de Desenvolvimento da Maré)** – Quem poderá
1292 fazer uma redação, bem rápido?
1293
1294 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
1295 **Brasil)** – Vamos pegar a deixa de Vitória e vamos pegar o chefe de gabinete para
1296 mobilizar isso. Vamos fazer isso agora. A segunda proposta como modelo para a
1297 reunião com o ministro...
1298
1299 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais**
1300 **Civis – COBRAPOL)** – A proposta é apenas da forma. Esta minha proposta não vai de
1301 encontro, não vai ser outra proposta, apenas um acessório. Se formos aprovar aqui se
1302 vai ser plenário ou comissão, que tiremos uma comissão e leve esses expedientes,
1303 imediatamente, vai lá no gabinete, aí se faz as tratativas lá com o chefe de gabinete. De
1304 repente o ministro pode abrir ainda hoje, vamos deixar aberto para ele, o momento que
1305 ele quiser. “À noite, pessoal, eu tenho 10 horas da noite”, todo mundo vem para cá. Isso
1306 é urgência. Obrigado.
1307
1308 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
1309 **Brasil)** – Bom, a proposta do Gandra se soma aos anseios de quase todos. Vamos
1310 colocar isso no papel para podermos aprovar. Vamos solicitar que ele venha ao plenário
1311 ou que se crie uma comissão para ir lá?
1312
1313 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público)** –
1314 Com o encaminhamento do Gandra, temos uma possibilidade: hoje o Conasp está
1315 instalado, hoje e amanhã. Se o ministro aceitar vir hoje ou amanhã, tudo bem. Mas, tem
1316 que ter essa tratativa com a chefia de gabinete para ver se consegue, é muito complicado
1317 conseguir isso. E, de certa forma, até você gastar porque nessa relação Conasp e
1318 ministro da Justiça tem que ter, a não ser, claro, as urgências, e é um caso de urgente. Se
1319 o ministro aceitar vir, nós não precisamos fazer nada, estamos todos aqui, o ministro
1320 chega e nós abrimos espaço, a qualquer hora. Essa é uma coisa. Se ele não puder, quais

1321 serão as nossas alternativas? Uma extraordinária do plenário ou damos uma comissão
1322 especial para negociar essa solução, porque o que se quer não é o ministro vir aqui e
1323 tudo mais, o que se quer é que resolva o decreto, art. 6º. Eu vejo que são essas as
1324 alternativas. A da comissão é muito mais operacional, ela consegue vir aqui, se
1325 movimentar na semana que vem do que fazemos uma extraordinária e demorar 15 dias,
1326 passagem para todos etc.

1327

1328 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
1329 **Municipais de Segurança Pública)** – Eu acho que antes de nós votarmos se vamos ter
1330 reunião com o ministro hoje ou amanhã e aprovar por unanimidade isso, precisa saber
1331 se vai ter a reunião. A minha sugestão é que o presidente faça o contato já com o chefe
1332 de gabinete do ministério para saber se tem condições de ter a reunião hoje ou amanhã.
1333 Porque se o chefe de gabinete, este é o meu encaminhamento, disser ao presidente
1334 interino do conselho que não há possibilidade nenhuma da reunião com o ministro hoje
1335 ou amanhã, aí eu quero defender uma extraordinária na semana que vem, onde puder,
1336 mas uma extraordinária. Eu acho que essa questão, presidente, depois de tudo que foi e
1337 voltou e ainda não resolveu, eu sou presidente da Comissão Eleitoral, nós estamos
1338 iniciando o processo eleitoral, isso vai prejudicar o debate eleitoral. Então, essa é a
1339 questão mais urgente. Eu concordo com o Tião, temos que discutir todo o decreto,
1340 temos, mas o que está mais urgente, urgentíssimo é o art. 6º porque ele pode influenciar,
1341 e teve já manifestações de conselheiros aqui no processo eleitoral que está começando
1342 agora. Então, se o presidente ligar ao chefe de gabinete e este informar que é impossível
1343 ter a reunião com o ministro hoje ou amanhã, eu sugiro aprovarmos aqui uma reunião
1344 extraordinária. É isso.

1345

1346 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
1347 **Brasil)** – Já estamos tentando fazer a consulta.

1348

1349 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais**
1350 **Civis – COBRAPOL)** – Aquela proposta que eu fiz, presidente, fica prejudicada se não
1351 formalizarmos isso e aprovar ou não. se vamos retirar daqui uma comissão e começar a
1352 tratativa, levar lá formalmente e dizer: “Olha, o pleno está dando entrada com essa
1353 reivindicação, senhor chefe de gabinete”. Essa é a questão de ordem. Obrigada.

1354

1355 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos)** –
1356 Tem uma informação aqui de que o ministro não está em Brasília, só na semana que
1357 vem. Então, qualquer tratativa teria que ser via chefe de gabinete nestes dois dias.

1358 *(intervenções fora do microfone)*

1359

1360 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
1361 **Segurança Pública)** – A reunião extraordinária foi cancelada realmente porque não
1362 teria recursos financeiros. Estamos com os recursos certinho para até a última reunião
1363 deste ano. Se fizermos alguma reunião extraordinária comprometeríamos a última
1364 reunião do ano que foram as planejadas.

1365

1366 **A Sra. Eliana Sousa Silva (Redes de Desenvolvimento da Maré)** – Estamos quase na
1367 última reunião, dois anos, e ficamos sempre patinando. A minha sugestão é que estamos
1368 em Brasília, houve um investimento para virmos para cá, estamos ansiosos com as
1369 questões que não se realizaram, então, se o ministro não está em Brasília e não sabemos
1370 se vamos ser recebidos por alguém, se vamos ter resposta ao que queremos e o que

1371 queremos consideramos que é urgente, então, eu acho que temos que, minimamente,
1372 criar um fato político que é ir para o Gabinete do Ministro, todo o pleno, e dizer: “Olha,
1373 queremos uma reunião com o ministro, o ministro não está aqui, se ele não está, quem
1374 vai poder nos atender?”. Pelo menos isso vai ter uma repercussão de que fizemos
1375 alguma coisa. Não dá mais, nosso mandato está acabando, a eleição, a questão da 2ª
1376 Conseg que é o segundo ponto, ninguém tem resposta de nada. Se não for isso,
1377 sinceramente, entrega o cargo. E não é questão de ir para lá com intolerância, com
1378 grosseria, temos de ir para lá e dizer que existimos.

1379

1380 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos**
1381 **Periciais do Brasil):** A minha proposta é: caso não conseguíssemos essa audiência, já
1382 fica aprovada a extraordinária...

1383

1384 **A Sra. Eliana Sousa Silva (Redes de Desenvolvimento da Maré)** – Mas, não tem
1385 dinheiro, a Suelen acabou de dizer.

1386

1387 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos**
1388 **Periciais do Brasil):** Mas não vamos dizer se tem dinheiro ou não, isso não é problema
1389 nosso. Temos que aprovar, quem vai dizer que não tem dinheiro é o ministério. Agora,
1390 deixar aprovada a proposta: ou somos recebidos hoje ou amanhã, ou uma extraordinária
1391 com a presença do ministro.

1392

1393 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
1394 **Brasil)** – Bom, temos a proposta da Eliana que é o plenária ir lá agora no Gabinete à
1395 tarde, depois do almoço...

1396

1397 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público)** –
1398 Indo ao Gabinete é um fato político de que realmente este plenário precisa fazer alguma
1399 coisa porque não saímos do lugar dadas as divergências aí. Vitória, eu faço um apelo,
1400 você tem que falar lá na Presidência da República que este Conasp tem problemas,
1401 sérios problemas. E a Presidência da República que tem uma política nacional de
1402 conselho participativo tem responsabilidades. Basta chegar isso aos ouvidos de quem
1403 deve chegar. Sobre esta questão, se for todo mundo é um fato político. Se não for todo
1404 mundo, para organizar essa relação com o ministro, é sempre importante conferir um
1405 mandato a uma comissão, o plenário conferindo um mandato a essa comissão, a parte
1406 operacional: negociar, conversar e tudo mais, porque é bom trazer o ministro para que
1407 ele já venha instruído com os problemas que ele vai enfrentar lá para poder já trazer as
1408 respostas. É o mesmo sistema que tentamos fazer quando ele veio, nós preparamos uma
1409 comissão, houve uma reunião preliminar para que o ministro não chegue ao plenário
1410 desguarnecido, porque ele também tem essa preocupação. Então, se temos que trazê-lo,
1411 temos que instruí-lo para que chegue já com as respostas. Daí estabelecer uma comissão
1412 para negociar se vai ter extraordinária, se não vai ter, como, o orçamento, isso é muito
1413 importante.

1414

1415 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos**
1416 **Periciais do Brasil)** - A sugestão que a Eliana falou é interessante. Agora, temos
1417 também que nos conscientizarmos que vamos ter que suspender a pauta da tarde. Tudo
1418 bem, não vamos perder a tarde, será um ganho político, mas a consciência de que a
1419 pauta será prejudicada. Antes de tomar essa decisão, sabermos o que vamos suspender e
1420 o que fica. Porque senão amanhã será a manhã inteira para decidir o que vai ficar.

1421

1422 **A Sra. Eliana Sousa Silva (Redes de Desenvolvimento da Maré)** – Eu queria dizer o
1423 seguinte: temos que pensar de uma maneira mais objetiva justamente para não
1424 perdermos tempo, se formos para lá, depois voltaremos para cá, e poderemos até
1425 mantermos algumas dessas pautas, não são pautas demoradas.

1426

1427 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos**
1428 **Periciais do Brasil)** – Se ficar aprovado isso o que será sacrificado e o que permanece
1429 porque senão amanhã de manhã – e todos nós sabemos – será a manhã inteira para
1430 debater o que vai ser discutido e aí termina a manhã.

1431

1432 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** – Nós queremos resolver o problema,
1433 então vamos tentar ser o mais prático possível e objetivo, é claro que podemos estar às
1434 3h lá no Gabinete, acho ótima a ideia. E lá colocaremos todas as questões, inclusive, da
1435 extraordinária para que o ministro, na linha do Marcos, possa nos dar a resposta de uma
1436 extraordinária. Ou trazermos aqui o secretário-executivo para que ele ouça todas as
1437 demandas que temos, encaminhe ao ministro e nos traga isso numa extraordinária. Aí é
1438 ver o que é melhor para o conselho. Se ele vier aqui ou hoje, no final da tarde ou
1439 amanhã de manhã, vir aqui nesse período ou vamos lá em peso agora às 3h, mas todos,
1440 a minha proposta é que todas as entidades estejam lá porque senão vai parecer que o
1441 conselho não está unido nessa proposta.

1442

1443 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
1444 **Brasil)** – O que devemos fazer agora, a questão de ordem, é colocar se todas as
1445 entidades querem ir ao ministro, como é a proposta da Eliana. Não podemos obrigá-las.

1446

1447 **A Sra. Maria Vitória (Chefe de Gabinete do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral**
1448 **da Presidência da República)** – Eu estou percebendo que a proposta da conselheira
1449 Eliana, o pleno todo ir ao Gabinete do Ministro, na verdade, surgiu a partir de uma real
1450 impossibilidade da agenda dele de receber hoje e amanhã, mas lembrando de que a
1451 proposta que aprovamos foi o pedido de uma reunião com o ministro. Então, a ida do
1452 pleno do conselho ao gabinete às 3h, eu imagino ser, como governo, um momento
1453 posterior caso não houvesse sucesso no diálogo de uma comissão com quem quer seja
1454 que esteja representando o ministro, seja o chefe de gabinete, seja a ministra interina,
1455 mas eu entendo que há ainda um passo anterior que é ir uma comissão do Conasp para
1456 fazer o diálogo com o Gabinete do Ministro sobre o ponto que está sendo discutido que
1457 é a alteração do decreto.

1458

1459 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
1460 **Segurança Pública)** – Eu só queria lembrar uma coisa: todas as vezes que este plenário
1461 pediu ao ministro ele veio. Solicitamos duas vezes a presença dele e nas duas vezes ele
1462 veio. Uma foi o ano passado, se não me engano no mês de junho, após a reunião do Rio
1463 de Janeiro, e ele abriu os trabalhos do Conasp este ano em fevereiro. Inclusive, nessa
1464 última reunião foi bem interessante, ele ficou uma manhã inteira, apresentou todos os
1465 projetos do ministério. Eu acho que caberia fazermos essa solicitação sim, a doutora
1466 Regina não está em Brasília hoje, acho que seria importante que ela participasse
1467 também desta reunião, a presença dela numa reunião com o ministro seria importante
1468 para acertar todas as questões que foram levantadas aqui hoje. Então, de repente,
1469 fazemos este documento que já foi aprovado e encaminha solicitando, como já fizemos
1470 das outras vezes, e aí acredito que podemos até ver soluções, reunião extraordinária ou

1471 coisa assim, tendo em vista a gravidade do que foi levantado. Vamos ter que fazer
1472 adequações, mesmo que se reúna a mesa diretora com alguns membros, ou a comissão,
1473 qualquer coisa assim que saia aqui do pleno, mas acho que é meio precipitado.

1474
1475 **A Sra. Eliana Sousa Silva (Redes de Desenvolvimento da Maré)** – Isso aí é acabou o
1476 mandato deste Conasp.

1477
1478 **O Sr. Joel Malta (Presidente do Conselho Nacional das Guardas Municipais)** –
1479 Concordo com a proposta da conselheira Maria Vitória na questão de que ou
1480 encaminhamos uma comissão para fazer essa tratativa ou faz o convite para que o
1481 representante venha até aqui. Em minha opinião, é precipitado deslocar logisticamente
1482 cerca de 30 conselheiros para ir bater na porta do ministro para tratar de um assunto
1483 sabendo que ele não está aqui e que a presidente do conselho também não está aqui, é
1484 precipitado. Eu vou nessa linha de encaminhar uma comissão ou o convite para que o
1485 representante venha e levemos as nossas reivindicações. Sem contar ainda prejudicar a
1486 nossa pauta de hoje à tarde, em que pese ficar aqui até de madrugada, não tem problema
1487 nenhum. Mas, eu acho precipitado.

1488
1489 **O Sr. José Lopes Rott (Polícia Rodoviária Federal)** – Bom, eu quero me somar às
1490 últimas propostas da secretaria da Presidência, acho que no máximo o colegiado, essa
1491 interlocução com o Gabinete do Ministro é atribuição da presidência, então, poderíamos
1492 indicar pelo menos um membro de cada segmento para somar à presidência e fazer o
1493 diálogo com o gabinete. Pelo que eu conheço do gabinete do ministro da Justiça vamos
1494 nos deslocar até lá e possivelmente não teremos agenda para sermos atendidos, talvez
1495 nem pelo chefe de gabinete, não sei se ele está aí ou está viajando com o ministro,
1496 então, acho que estamos atropelando os fatos. A presidência faria esses contatos lá, pode
1497 estar acompanhada de representantes de cada segmento e ir buscar essa agenda de forma
1498 menos atabalhoada, com o devido respeito às opiniões contrárias.

1499
1500 **O Sr. Geraldo Soares Wanderley (Pastoral Carcerária Nacional – ASAAC)** – Bem,
1501 essa questão do pleno ir todo para lá, pode ser até que não seja recebido, mas isso é uma
1502 coisa que fala por si mesmo que estamos levando a sério essa questão e que nós
1503 queremos dar urgência a essa resposta. Isso aí é por si mesmo uma coisa que já define
1504 muitos encaminhamentos. Então, nós temos dois dias e temos que definir isso. Se temos
1505 que dizer com clareza o tamanho da nossa preocupação ir lá é muito importante, mesmo
1506 que não fôssemos recebidos. Mas, com certeza, isso até facilita sermos recebidos.

1507
1508 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** – Companheiros, foi unânime aqui a
1509 votação de que nós queremos uma audiência com o ministro. Aí verificamos que ele não
1510 está aqui neste período. Estamos solicitando uma extraordinária, foi dito que não
1511 recursos. É uma decisão política, não é uma decisão financeira e econômica. Estamos na
1512 seguinte questão: seria menos ofensivo, vamos dizer assim no olhar de alguns, se fosse
1513 apenas uma comissão falar com o chefe de gabinete. Eu, em minha opinião, temos que
1514 ir todos, todo o Conasp tem que estar lá. Se essa for a opção, não sou a favor de que
1515 setores estejam e outros não estejam. Isso nos enfraquece, enquanto colegiado. Então, o
1516 meu apelo é que tomemos uma decisão que possa ser uma decisão do conjunto e
1517 respeitada pelo conjunto dos conselheiros. Então, se decidirmos que vamos todos ao
1518 gabinete será uma decisão de todos e todos iremos, uma decisão democrática; se não for
1519 assim damos a opção de que ele venha até aqui. Ele vai decidir se ele quer que todo

1520 conselho vá lá ou se ele quer vir aqui no horário de hoje à tarde ou amanhã pela manhã,
1521 de modo que não prejudiquemos tanto a pauta que temos.

1522

1523 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
1524 **Brasil)** – Você diz: quem vem aqui hoje ou amanhã?

1525

1526 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** – O representante do ministro, chefe
1527 de gabinete.

1528

1529 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público)** –
1530 Almir, quem sabe você na condição de presidente do Conasp ligar agora para o
1531 Gabinete do Ministro e apresentar essas duas opções.

1532

1533 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
1534 **Brasil)** – Estamos tentando ligar, a Suelen está tentando. Deixe-me dar uma sugestão.
1535 Nesse encaminhamento de Marcos, vamos almoçar e, após, eu iria ao gabinete com
1536 Suelen e na volta às 2h, eu traria a resposta do gabinete e decidimos.

1537

1538 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
1539 **Municipais de Segurança Pública)** – Eu quero dizer que a proposta do Tião colocando
1540 as duas alternativas é boa, complementada pelo presidente de ele ir lá e levar as duas
1541 propostas. Só queria lembrar, a Célia fez aqui uma lembrança, de que o processo
1542 eleitoral do novo Conasp não é daqui dois ou três meses, são dez dias. E no meu
1543 entendimento esse item seis diz respeito diretamente a esse processo. Então, eu só
1544 queria lembrar de que essa questão com o representante do ministro ou ele vindo aqui,
1545 temos que dizer da urgência disso em razão do processo eleitoral. Só para reforçar.

1546

1547 **O Sr. José de Ribamar de Araújo e Silva (Fórum Nacional de Ouvidores de**
1548 **Polícia – FNOP)** - Gente, se há um consenso possível neste momento do debate é que
1549 está instalada uma crise neste conselho. E essa crise tem que ser tratada como tal. Eu
1550 estou dizendo isso para dizer que é simbólico o passo que vamos dar. Eu acho que nem
1551 tanto aos céus, nem tanto a terra. Na linha do Tião, eu não sou favorável que todos
1552 vamos de imediato depois do almoço lá. Mas, também não seja só a presidência. Eu
1553 acho que a comissão eleitoral deve ir junto. E esse grupo que lá vai marcar essa
1554 audiência, ele já receba o nome de gabinete de crise porque estamos precisando não de
1555 uma comissão de trabalho, nem um grupo de trabalho, é um gabinete de crise que tem
1556 que lidar com essa situação dentro da celeridade que precisa.

1557

1558 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
1559 **Municipais de Segurança Pública)** – Eu, como presidente da comissão, não quero ir
1560 acompanhar o presidente. Eu acho que isso é uma decisão para levar uma proposta do
1561 plenário, o presidente tem autonomia de ir lá e representar. E não temos que caracterizar
1562 porque o óbvio já está claro aqui, não temos que ir lá o presidente junto com a comissão
1563 e dizer: “Estamos aqui uma comissão de crise”. Tem que ir lá e chamar uma reunião,
1564 então, a sugestão é que vá só o presidente, eu não acho que precisa ir o presidente da
1565 Comissão Eleitoral. O representante do ministro define se nós vamos lá ou ele vem aqui
1566 e aqui nós colocamos a pauta que decidimos pela manhã. Desculpa, companheiro, mas
1567 eu acho que tem que ir tranquilo, informar que é o presidente do Conasp, não é
1568 comissão de crise nenhuma, é o presidente do Conasp que está pedindo uma reunião
1569 com o representante do ministro, é isso.

1570

1571 **Sr. Elder Costa Santos (Fórum Nacional de Juventude Negra – FONAJUNE) –**
1572 Minha mãe me criou dizendo que proteção demais às vezes desprotege. Parece-me que
1573 aqui durante quase dois anos, nós sofremos um pouco disso. Nós protegemos demais o
1574 tempo todo o Conasp perante a sociedade, nós tentamos o tempo todo manter uma
1575 relação diplomática, sadia com o ministro e com o ministério como um todo e o pago
1576 que recebemos é este que todos já narraram aqui: um conselho que, infelizmente, não é
1577 respeitado, um conselho que sofreu um golpe, esse decreto vigente, a palavra não foi
1578 falada aqui, mas eu digo, foi um golpe. Esse decreto nasceu de um golpe que este
1579 conselho recebeu. Então, eu gostaria de conclamar aos companheiros e companheiras
1580 não fazermos uma relação de aparência. Sabemos que tem uma crise sim, tem falta de
1581 respeito sim, e temos que ter coragem para tomarmos as atitudes necessárias. Estamos
1582 aqui discutindo a política nacional de segurança pública, neste momento tem gente
1583 morrendo, gente sendo presa, e gente apanhando. Então, tudo que estamos fazendo aqui
1584 são coisas sérias. Então, peço que deixemos um pouco a timidez de lado, deixe um
1585 pouco o politicamente correto e possamos tomar atitudes que, realmente, possam
1586 resolver a situação porque me parece, na fala de algumas pessoas, a prioridade é manter
1587 a boa relação com o ministro da Justiça ou não anunciar à sociedade que o Conasp está
1588 trilhando com fracasso.

1589

1590 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
1591 **Federais – Fenaprf) –** Eu corroboro tanto com o Élder, com o Tião, com a Eliana
1592 Souza, nós precisamos ir lá. É claro que o Almir pode agora se deslocar na hora do
1593 almoço e só verificar com o Marcelo Veiga qual é o horário. Eu defendo que esse
1594 encontro tem que ser lá ou na Sala de Reuniões, na Sala de Retratos, porque é um ato
1595 político. Se necessário for, poderíamos ir a pé, caminhando daqui até lá porque nós
1596 sofremos dois anos com relação a uma coisa simples de ser resolvida. Esse decreto que
1597 nos foi empurrado, nós vínhamos pedindo alteração do decreto e foi negado e depois foi
1598 alterado sem a nossa participação. Então, eu acho que tem que ser lá, eu gostaria que
1599 todos se sentissem constrangidos a ir, a participar, independentemente, de qual
1600 segmento representa porque temos que marcar essa posição. Não é simplesmente dar
1601 essa questão se ele vem aqui ou se ele pode nos receber. Aquele espaço é a nossa casa.
1602 Aquilo não é do governo ou de quem está ocupando o poder hoje, é nosso. Eu duvido
1603 que o chefe de gabinete ou mesmo até o ministro se tivesse aqui se ele se recusaria a nos
1604 receber. Porque como Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais em
1605 momentos críticos e urgentes ele encaixou na pauta, e ficamos lá esperando e se reuniu
1606 conosco mesmo sem ter marcado previamente a reunião. Então, tem que ser lá mesmo,
1607 todos, eu corroboro e quero ajudar nessa ideia.

1608

1609 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
1610 **Brasil) –** Bom, todos os conselheiros tiveram a oportunidade, voltaram até a falar para
1611 reforçar seus conceitos. A ideia é que a presidência vá lá, veja a disponibilidade do
1612 nosso chefe de gabinete para ele vir aqui ou nós irmos lá. Eu acredito que é uma
1613 maneira sensata. Eu concordo com o Éder porque a força da pressão da sociedade civil
1614 deve se fazer presente, mas eu não acho que só a guerra resolva, a consertação pode
1615 construir também da mesma forma. Vamos encaminhar a votação: nós iremos lá e 2h
1616 nós traremos a resposta do gabinete. E aí tomaremos a decisão. Ok? **Há consenso para**
1617 **a presidência ir lá e trazer a resposta às 2h? Então, 2h, se Deus quiser, eu estarei**
1618 **com a resposta aqui.**

1619

18/10/2012

TARDE

1620
1621
1622

1623 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** - Boa-tarde a todos e a
1624 todas. Estou com o retorno. Estivemos tanto na Senasp, quanto no Gabinete do
1625 Ministro. Fomos recebidos, mas o ministro está com o chefe de gabinete em reunião, o
1626 ministro está aqui em Brasília. Bom, a informação que eu tive no gabinete é que eles
1627 estavam se preparando para uma reunião, o ministro deve viajar, mas ainda está em
1628 Brasília e por conta dessa pauta da viagem estão em reunião. Ficaram com os nossos
1629 telefones para, no momento certo, retornar. Essa é a posição que temos. Vamos lá, a
1630 palavra com o conselheiro Marcos Rezende.

1631

1632 **O Sr. Marcos Fábio Rezende Correia (Coletivo de Entidades Negras – CEN-Brasil)**
1633 – Eu gostaria de propor que nós suspendamos a reunião. Não tem porque ficarmos tendo
1634 reunião se não tem resolução de nada. Eu acho que chega num limite que temos de
1635 começar a pensar de uma forma maior e fazermos política de gente grande como nós
1636 somos. Eu considero que se não der para conversar, nada acontece, nada muda, e não
1637 podemos nos esquecer de que esse decreto é de 2010, essa celeuma começou em 2010!
1638 Nós estamos na penúltima reunião do biênio e estamos aqui ainda tratando dessa mesma
1639 questão. Acho que podemos suspender a reunião, até para entender que não está dando,
1640 sentar em outro espaço e debater o que vamos fazer. Vamos parar para pensar para além
1641 do que está colocando aqui porque senão nós vamos ficar mais dois dias como se
1642 alguma coisa fosse acontecer e sabemos que, no fundo, não vai e temos que dar
1643 satisfação às pessoas, todos nós que aqui estamos.

1644

1645 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** – Fomos recebidos pelas
1646 funcionárias do gabinete porque o ministro estava tratando de sua viagem, ele viajará
1647 para o Rio de Janeiro, foi essa a informação.

1648

1649 **O Sr. Geraldo Soares Wanderley (Pastoral Carcerária Nacional – ASAAC)** – “Nós
1650 queremos falar, mas não dá”, foi isso?

1651

1652 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** – Deixe-me dizer como
1653 foi: “Olha, eu estou aqui por causa de uma crise, é uma crise no Conasp e gostaria de ter
1654 uma audiência, um momento com o chefe de Gabinete”, porque eu fui com a ideia de
1655 que o ministro não estava ali, foi quando obtive o retorno de que o chefe de gabinete
1656 estava com o ministro na preparação da viagem dele. Não teve outra resposta além
1657 dessa. Bem, tem a proposta do nosso companheiro Marcos e se aprovamos ou não, dar
1658 continuidade aos trabalhos.

1659

1660 **O Sr. Élder:** A primeira proposta é o que estabelecemos antes do almoço: caso ele não
1661 viesse aqui, nós iremos lá – essa é a primeira.

1662

1663 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** – Bom, tem a segunda
1664 proposta que é paralisar os trabalhos, segundo o conselheiro Marcos. E a primeira
1665 proposta ir lá. Temos quórum para votação?

1666

1667 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais
1668 Cíveis – COBRAPOL)** - Meu amigo, aproveitando, já que parece que estamos sem
1669 quórum, só para fazermos uma reflexão: no Rio de Janeiro foi onde surgiu esse primeiro

1670 levante contra essa situação que está perdurando até hoje, infelizmente. Eu quero
1671 manifestar aqui a minha profunda tristeza porque tenho acompanhado esse processo da
1672 Conseg logo do início, antes mesmo do que a atual presidente Regina e nós vimos que
1673 poderíamos ter um Conselho Nacional de Segurança Pública fortalecido e parceiro do
1674 governo, parceiro do ministério, parceiro da Senasp. Infelizmente, parece-me que não
1675 foi esse o caminho que nós trilhamos, não por nossa culpa, mas, talvez por algum
1676 equívoco de alguém ou talvez até equívoco mesmo do governo de não reconhecer este
1677 conselho que, ao meu entender, sr. presidente, é de suma importância haja vista essas
1678 crises que vários estados estão enfrentando sobre segurança pública. E este conselho
1679 seria então o órgão para aconselhar e propor políticas e programas que foi exatamente o
1680 que nós não fizemos, nós não propomos nada durante todo esse tempo. A proposta foi
1681 feita por gestores do Ministério da Justiça e chegou aqui apenas para tomarmos
1682 conhecimento. Não nos foi possível ajudar este governo, ajudar o Ministério da Justiça
1683 na política de segurança pública, e isso me deixa um tanto frustrado por que já estamos
1684 aqui praticamente encerrando este mandato, e eu tenho que levar para a minha categoria
1685 essa crise que se abateu. E nós fomos também um dos que se insurgiram contra essa
1686 mudança do decreto, uma vez que já foi nos dito aqui que era impossível haver qualquer
1687 mudança no decreto e na calada da noite, no último dia do governo Lula, eu tenho
1688 certeza absoluta que esse político sindicalista não teria coragem para tomar essa medida,
1689 mas, infelizmente foi feito e assinaram esse decreto que até hoje nós voltamos, volta e
1690 meia, nos deparando com essa nossa insatisfação. Eu proponho, então, por conta disso,
1691 porque não adianta nós discutirmos mais nada, nem aposentadoria especial dos policiais
1692 que nos afeta e é tanto que estávamos esperando esse momento, mas eu creio que, não
1693 querendo desanimar meus pares, não isso, não me entendam assim, mas eu quero dizer
1694 que nós poderíamos fazer, sim, uma moção de atitude e não tratar mais de pauta
1695 nenhuma, isso foi a proposta no Rio de Janeiro e o ministro nos recebeu, até enquanto o
1696 ministro não nos receber para tratarmos exatamente dessa questão do art. 6º. Se não
1697 acontecer isso, não vai adiantar o erário gastar nos trazendo para cá, pagando diárias
1698 porque não iríamos produzir nada porque já se estabeleceu essa crise, a insatisfação é
1699 geral, e eu proponho então, pelo bom senso de todos nós, que nós façamos essa
1700 suspensão, não é greve, é claro que não é grave, uma forma de repúdio que nós não
1701 discutamos mais nada enquanto não nos for trazido para cá a devolutiva do decreto. É
1702 isso que eu queria dizer.

1703

1704 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** - Eu considero que em nome daquilo
1705 que vimos construindo, em nome de milhares de pessoas que depositaram a confiança
1706 neste conselho, em nome de milhares de pessoas, mais de 500 mil pessoas que
1707 depositaram confiança neste conselho num processo de democracia, num processo de
1708 combate à violência no país, em nome de milhares de jovens negros assassinados neste
1709 país, de mães espancadas, de mulheres espancadas, de pessoas que sofrem violência no
1710 seu cotidiano, eu acho que temos que dar uma resposta à altura daquelas pessoas que
1711 esperam de nós pelo menos uma atitude digna e a nossa atitude digna não é outra senão
1712 levantarmos agora e irmos até ao gabinete do ministro, como tínhamos proposto
1713 anteriormente. A minha proposta é que nos levantemos agora e vamos ao gabinete do
1714 ministro.

1715

1716 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
1717 **Federais – FENAPRF)** – Eu penso que nós apenas mostrando a nossa indignação por
1718 causa do art. 6º, poderá nos colocar como oportunistas, como já fomos taxados aqui
1719 inclusive, não é só isso, é a questão da devolutiva do decreto que, com todo respeito à

1720 Suelen, eu sei que ela está cumprindo o papel que foi incumbindo a ela, mas não é
1721 devolutiva de nada, então, isso é uma falta de respeito muito grande para os
1722 conselheiros, ouvir aqui um documento de uma assessoria jurídica que não nos diz
1723 absolutamente nada daquilo que nós já sabíamos, isso não é devolutiva. Outra coisa é
1724 que vemos como medidas protelatórias essa informação de que existe um grupo, ou
1725 alguém, uma secretaria, que está pensando, elaborando o novo decreto sem que seja
1726 dado o nome dessa comissão, quem está à frente, quem é o responsável, qual é o prazo,
1727 porque não apresentou antes, então, não foi feita uma devolutiva do decreto, mesmo que
1728 tenha tido uma discussão sobre o decreto que tenha sido duas reuniões extraordinárias.
1729 Então, é a questão da devolutiva. A outra questão é que nós queremos ter garantido, e
1730 até agora nós não vimos sinalização concreta disso da realização da 2ª Conferência
1731 Nacional de Segurança Pública, não existe, não temos essa garantia. Outra coisa é que
1732 nós vemos ausência nas nossas reuniões da presença de pessoas ligadas ao gabinete do
1733 ministro, da própria secretária Nacional de Segurança Pública, e nós fomos convidados
1734 aqui como conselheiros para ajudá-los na construção de políticas nacionais de segurança
1735 pública. Nós queremos dialogar diretamente com eles. Outro problema que temos é o
1736 esvaziamento da Secretaria-Executiva de conselho. Isso tem dificultado nosso trabalho
1737 como conselheiros. Eu tenho aqui diversas solicitações à Secretaria-Executiva que não
1738 são respondidas, coisas que são deliberadas aqui no pleno, pedidos de informação da
1739 Força Nacional de Segurança Pública, vários e-mails enviados à Secretaria-Executiva
1740 do Conasp e até hoje não foram respondidos nada. Outros conselheiros reclamam da
1741 mesma situação. Hoje temos duas ou três pessoas trabalhando na Secretaria-Executiva,
1742 quando já tivemos muito mais técnicos nesta secretaria, então, temos que reclamar
1743 também desse esvaziamento. E a outra coisa que eu disse da falta de atendimento
1744 daquilo que nós solicitamos de informação.

1745

1746 **O Sr. Luiz Gonzaga (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
1747 **Estaduais – ANASPRA)** - Primeiro, eu queria dizer da minha grande frustração porque
1748 há dois anos que eu me afastei do conselho e vejo que as questões são as mesmas 2 anos
1749 depois. Agora, houve a proposta de ir lá ao ministério, até de suspender todos os
1750 trabalhos, quer dizer, eu entendo que o conselho não poderá sair daqui sem uma posição
1751 formal, escrita a ser registrada porque em qualquer cenário este conselho tem um
1752 mandato que se finda, tem uma eleição, não é propósito nosso encerrar o conselho, nós
1753 queremos é a valorização dele, queremos a continuidade. Portanto, na minha avaliação,
1754 a questão eleitoral é uma questão de calendário a ser cumprido, entendo que não
1755 podemos abrir mão e prescindir desse processo, e aí faço um encaminhamento, uma
1756 sugestão de que possamos delegar a 1, 2, 3 ou 4 aqui hoje para preparar um documento
1757 bastante contundente que resuma exatamente esse sentimento que foi colocado aqui até
1758 agora na parte da manhã, que esse documento seja voltado para a própria secretária
1759 Regina Miki, para o ministro e para a própria presidente da posição do conselho e do
1760 que o conselho está buscando e quer fazer. Eu considero que, simplesmente também,
1761 suspender os trabalhos como protesto não é próprio da função do conselho. Precisamos
1762 deixar registrado, deixar com bastante ênfase e contundência essa posição que está
1763 colocada aqui e que isso seja, de fato, encaminhado para a Regina, enquanto presidente
1764 e secretária, para o ministro e à própria presidente.

1765

1766 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** – Questão de ordem: é que se cumpra
1767 aquilo que foi estabelecido anteriormente ao almoço, ou seja, a volta do companheiro
1768 Almir do gabinete do ministro, diante da resposta dada, nós iríamos ao ministério,
1769 então, eu queria que fosse colocado isso em prática. Nós já decidimos isso.

1770

1771 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** – Bom, nada impede de
1772 irmos até ao gabinete, mas existem alguns procedimentos a acertarmos. Isso não foi
1773 decidido que teremos que ir atabalhoadamente, temos que ver como vamos fazer; temos
1774 o trabalho de amanhã, têm as questões daqueles que já estão viajando para apresentar o
1775 trabalho amanhã. Temos que pactuar aqui algumas questões.

1776

1777 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos**
1778 **Periciais do Brasil)** – Eu também, como o Gonzaga, eu acho que a suspensão dos
1779 trabalhos não seria uma solução imediata. Eu considero que você foi recebido lá,
1780 ficaram de dar um retorno? A mesa deveria entrar em contato agora com o gabinete do
1781 ministro dizer o que está acontecendo, pedir o retorno porque se não tivermos uma
1782 resposta, iremos suspender...Mas, você não falou que eles iriam dar um retorno?

1783

1784 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** – Não, mas só a secretária,
1785 mas deu resposta...

1786

1787 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos**
1788 **Periciais do Brasil)** – Mas, você não chegou a falar com ninguém o que estava
1789 passando aqui? Você conversou com uma servidora lá. Eu acho que deveria fazer os
1790 contatos pelo telefone, dizer em que pé está, porque sair daqui agora, suspender os
1791 trabalhos, ir para lá todo mundo, sem ter nem uma pauta...

1792

1793 **A SR^a. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**
1794 - Mas tem a pauta.

1795

1796 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** – Vamos debater. É
1797 debatendo, dialogando que conseguiremos chegar a um consenso.

1798

1799 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
1800 **Municipais de Segurança Pública)** - Eu sou a favor de nós irmos, o pleno todo, ao
1801 gabinete do ministro agora e acho que nós devemos na ida, seja quem for que receba o
1802 pleno do Conasp, deixar algum documento assinado por todas as entidades de que tem
1803 que ter uma solução com relação ao decreto e, em especial, ao artigo 6º. Eu acho que
1804 essa é a posição, assinam todos e entregamos o documento a quem vier nos receber.
1805 Porque pode ser que não sejamos recebidos. Alguém digita agora, passa aqui, todos
1806 assinam e vamos com um documento mínimo para a reunião do gabinete. É só isso.

1807

1808 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** – Certo. Agora, com
1809 relação à ida levando o documento, vamos dar continuidade à pauta?

1810

1811 **A SR^a. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**
1812 - Com certeza, vai lá e volta.

1813

1814 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** – A pactuação é essa? Há
1815 consenso?

1816

1817 **O Sr. José Lopes Rott (Polícia Rodoviária Federal)** – Senhores, salvo algum
1818 momento de ausência total do meu intelecto, acho que não deliberamos de manhã e nem
1819 agora à tarde, estou sentido uma pressão, alguns conselheiros fizeram uso da palavra,

1820 mas vamos deliberar com base em quê? Ninguém votou, falta deliberação mesmo. O
1821 documento todo mundo assina, mas não deliberamos que documento é esse, qual o
1822 conteúdo, não foi colocado em votação de manhã, de manhã não teve votação em
1823 nenhum momento.

1824

1825 **A SR^a. ELIANA SOUSA SILVA (Associação Redes de Desenvolvimento da Maré)**
1826 - Houve um consenso.

1827

1828 **O Sr. José Lopes Rott (Polícia Rodoviária Federal)** – Não, aí eu vou pedir para
1829 levantar a ata, as notas da manhã porque não foi colocado em votação. O que foi
1830 deliberado por consenso foi que a presidência iria até ao gabinete e que quando
1831 retornasse deliberaria a partir da informação do gabinete do ministro. Então, acho que é
1832 o que estamos fazendo agora. Mas, peço que a mesa garanta a palavra dos conselheiros
1833 e que depois possamos deliberar o que foi entendido pela maioria.

1834

1835 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** – Ninguém mais quer se
1836 manifestar? Então, vamos para regime de votação para ir ao ministério com o
1837 documento. Só que ainda temos que aprovar o documento. *(falas sem microfone)*. A
1838 sugestão do conselheiro Marcos é que construamos uma decisão colegiada, que é esse
1839 documento que vamos levar. Em regime de votação para o plenário ir ao gabinete do
1840 ministro. Quem aprova faz o sinal: maioria. Quem não aprova: 5 votos. Abstenção? 1.
1841 **APROVADO POR MAIORIA ABSOLUTA A IDA.** Agora, a aprovação do
1842 documento.

1843

1844 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
1845 **Federais – Fenaprf)** - A minha proposta é que possamos entregar o texto da decisão
1846 colegiada nº 4, se me permite eu posso ler os considerandos. Eu vou ler toda a decisão:
1847 “O Conselho Nacional de Segurança Pública – Conasp, em sua 18^a Reunião Ordinária,
1848 identificou que o artigo sexto do Decreto Federal 7.413, de 30 de dezembro de 2010,
1849 que dispõe sobre a estrutura, posição, competências e funcionamento deste conselho
1850 está gerando dúvidas e inseguranças quanto a sua interpretação, uma vez que sugere que
1851 os atuais conselheiros em exercício neste conselho não poderão voltar a ser indicados
1852 para uma nova composição do pleno a ser nomeados a partir de janeiro de 2013.
1853 Considerando as discussões realizadas pelo pleno do Conasp, em especial na 2^a Reunião
1854 Extraordinária, e que não houve a manifestação do Ministério da Justiça pela
1855 modificação do Decreto 7.413, de 30 de dezembro de 2010, preocupados com as
1856 implicações que essa vedação poderá ensejar, inclusive para realização da 2^a
1857 Conferência Nacional de Segurança Pública, o pleno aprovou por maioria dos votos no
1858 sentido de que o referido artigo do decreto federal, seja alterado de modo a afastar
1859 possibilidade desse tipo de interpretação e dessa eventual vedação. É nesse sentido que
1860 esse conselho solicita, muito respeitosamente, a gestão de Vossa Excelência junto à
1861 Presidência a República para que essa alteração seja processada antes do início do
1862 processo eleitoral, ou seja, antes de 28 de dezembro de 2012. Por fim, solicitamos a
1863 imediata devolutiva de todas as alterações sugeridas pelo pleno no referido decreto,
1864 finalizadas na 14^a Reunião Ordinária.

1865

1866 **O Sr. Vicente Antonio Mariano Ferraz (Conselho Nacional de Comandantes**
1867 **Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares – CNCG-**
1868 **PM/CBM)** – Eu concordo que este seja o texto para nós levarmos ao gabinete do
1869 ministro. Eu só sugiro que tenha um acréscimo de “reiterando a resolução tal” porque

1870 isso já foi para o ministro “reiterando a decisão colegiada na 19ª Reunião Ordinária, de
1871 hoje, reiteramos” e aí vem o texto inteiro, assinamos, quem quiser ir ao ministério.
1872 Porque não dá para entregar um texto que já foi entregue. Tem que reiterar o texto e
1873 assinar com data de hoje porque senão estaremos entregando um documento que já foi
1874 entregue há 15 dias. “Reiterando a decisão colegiada” aí cita todas elas, “reafirmamos
1875 urgente e fundamental uma decisão do Ministério da Justiça” e assina quem sentir à
1876 vontade de assinar.

1877

1878 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos**
1879 **Periciais do Brasil)** – Nós temos que fazer um documento inclusive dizendo o que
1880 aconteceu aqui hoje, dizendo que foi suspenso, porque aí ficaria registrado.

1881

1882 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** – Como foi uma decisão
1883 do pleno, temos que fazê-lo com toda dignidade, da mesma forma que o nosso protesto
1884 e o repúdio têm que ter a mesma legitimidade. Pessoal, o documento para aprovação
1885 que o pleno vai levar para a reunião no gabinete do ministro, vamos lá: “ O pleno do
1886 Conasp, em decisão majoritária de seus membros, reitera a Decisão Colegiada nº 4, de
1887 agosto de 2012, e solicita do Ministério da Justiça que seja apresentada uma posição
1888 sobre o conteúdo pleiteado, como descrito a seguir...”. Pessoal, este é o documento,
1889 vamos passar a palavra ao conselheiro Pfeifer.

1890

1891 **O Sr. Nilson Edemar Pfeifer (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e**
1892 **Identificação – FENAPPI)** – Pessoal, boa-tarde, eu só queria dizer o seguinte: eu não
1893 me manifestei na hora da votação, eu concordo plenamente do encaminhamento,
1894 acredito que nós nos deslocamos lá, apesar de que eu acho, eu não tinha expressado
1895 isso anteriormente, considero que uma comissão poderia suprir isso, mas, politicamente,
1896 fica mais impactante se todo o conselho se deslocasse para lá, então, eu quero deixar
1897 bem claro o posicionamento com relação para se cumprir, que o ministro possa levar em
1898 consideração essa Decisão Colegiada nº 4. Então, apesar de não ter manifestado
1899 anteriormente pela forma porque acho que uma comissão poderia resolver, só que eu
1900 vejo que é mais impactante politicamente todo o conselho se deslocar. Então, eu estou
1901 pronto e vamos juntos lá.

1902

1903 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Rede Desarma Brasil)** – Vamos agora pactuar o
1904 seguinte: há condição de retornar ainda para esta plenária à tarde ou retornamos amanhã
1905 às 9 horas? Não daria para decidirmos lá e virmos para cá? Eu acredito que tenhamos
1906 que tomar uma atitude. Será que há tempo de ir para lá, mobilizar, conseguir entrar e
1907 voltar para cá? Melhor seria retornar os trabalhos amanhã às 9 horas? Há consenso
1908 nisso, amanhã às 9 horas? **Então, vamos com o documento.** Até amanhã, se Deus
1909 quiser. A pauta amanhã continua a que aprovamos hoje.

1910

1911 **19/10/2012**

1911

1912 **M a n h ã**

1912

1913

1914 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
1915 **Brasil)** – Então, vamos iniciar. Bom dia a todos e todas. A ideia é que nós
1916 reconstruamos a pauta, que possamos priorizar agora aquilo que é possível fazer hoje de
1917 modo real e prático até às 18h. Nós sabemos que alguns conselheiros têm viagem antes
1918 das 18h, então tudo que nós pudermos decidir pela manhã, nós decidiremos com o
1919 plenário e à tarde as apresentações. Só que hoje pela manhã deverá ter uma

1920 apresentação sobre os conselhos, já estava programada, a pessoa já está vindo para cá.
1921 Nós temos que encontrar um tempo para fazer isso. Então, vamos colocar a pauta e
1922 vamos priorizar dentre esses temas, aquilo que nós podemos fazer, senão não vamos
1923 conseguir dar conta. Bom, a devolutiva do decreto já resolvido ontem, mas se tiver
1924 alguma coisa podemos dar informes a respeito da Conseg. Em seguida, item **eleições**.

1925

1926 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
1927 **Segurança Pública)** - Na verdade, eu queria só dar alguns informes para que todos os
1928 conselheiros acompanhem o processo eleitoral, seu funcionamento. Nós abrimos no dia
1929 1º outubro, estará aberto até 1º de novembro, tivemos até agora três entidades inscritas
1930 só, uma da sociedade civil e duas entidades dos trabalhadores da área, e nós tínhamos
1931 programado até fazer uma reunião da Comissão Eleitoral agora e outra depois no
1932 término para tentarmos organizar, mas nós sabemos como é que é o brasileiro, deixa
1933 tudo para a última hora. Então, nós vamos fazer uma reunião da Comissão Eleitoral dia
1934 5 e 6 de novembro, e aí eu peço que todo mundo que tenha dúvida sobre qualquer coisa
1935 do edital, qualquer situação que mande para nós para que já consigamos compilar para
1936 que a Comissão Eleitoral consiga resolver esses problemas o quanto antes. (*intervenção*
1937 *fora do microfone*) Está em vigor, o edital nunca deixou, nem foi contestado, ele
1938 continua, ele não foi contestado. (*intervenções fora do microfone*) É assim, nós temos
1939 um problema, o mandato deste conselho termina em dezembro, nós precisamos dar
1940 posse para o outro conselho também em dezembro, então se nós dermos esse espaço
1941 mais, o calendário nós sabemos que ele está muito apertado, porque nós demos um mês
1942 de inscrição, a última vez foram oito dias de inscrições e esse a Comissão Eleitoral
1943 garantiu um mês. Se nós não cumprirmos esse prazo, se estendemos ou coisa assim, vai
1944 passar esse mandato e nós vamos ficar um tempo sem ter o conselho.

1945

1946 **O Sr. João Francisco da Mata Junior (Secretaria-Geral da Presidência da**
1947 **República)** – Vejam que o processo eleitoral nada tem a ver com a alteração do decreto,
1948 porque o processo eleitoral é um, e a discussão é a questão da recondução ou não, então
1949 isso não interfere no processo eleitoral. Só pediria antes, Suelen, até mesmo que o
1950 presidente nos informasse as pessoas que não puderam ir ontem, notas gerais sobre a
1951 reunião ontem.

1952

1953 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
1954 **Brasil)** - Bom, com relação à solicitação do conselheiro João Francisco, a reunião
1955 ontem foi muito amistosa, apesar de ser muito significativa, ela teve a acolhida do
1956 gabinete do Ministro que recebeu toda a comissão e foi uma comissão muito
1957 substantiva. E tudo que foi aqui proposto, pensado, foi lá falado, numa síntese
1958 quase perfeita de todos os anseios dos conselheiros que aprovaram a ida para lá
1959 foram atendidas. Ficou com um prazo de até no máximo de 10 dias a devolutiva de
1960 todas as demandas propostas. Então, dentro de 10 dias, estaremos com uma
1961 reunião, talvez com o ministro, com a secretária, para resolver a questão do artigo
1962 6º do decreto.

1963

1964 **O Sr. João Francisco da Mata Junior (Secretaria-Geral da Presidência da**
1965 **República)** – E aí eu peço agora aos conselheiros mais antigos que a minha
1966 preocupação, não sei se eu posso estar preocupado neste momento ainda ou não, é a
1967 questão do índice baixo, como ela disse, ainda das inscrições, se seria uma necessidade
1968 desse pleno fazer uma mobilização para que os trabalhadores da sociedade possam fazer

1969 as suas inscrições, ou se isso é regular nesse processo eleitoral, que é mais normal, e
1970 deixaria (?) para o final.
1971
1972 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
1973 **Brasil)** - Como são candidatos e eleitores, ficam fazendo jogo se vai, não vai, mas
1974 quando chegar o dia 28 até o dia 30 vai. Aí, vai todo mundo se inscrever, pode ter
1975 certeza que vai ter inscrição. Porque tem uns mais metódicos que são preparados e tal.
1976
1977 **A Sra. Raquel Willanido Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro):**
1978 Queria sugerir só que nós déssemos um reforço na divulgação, porque eu pelo menos no
1979 Rio tenho visto circular pouco o edital.
1980
1981 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
1982 **Brasil)** - A ideia é circular com todos que participaram da CONSEG, que é o que tem
1983 de informação aqui mais imediata. A Secretaria-Executiva já está fazendo essa
1984 divulgação, só que é dentro de um processo, todos nós aqui estamos podendo fazer,
1985 mas, certamente, segunda-feira em diante vai reforçar. (intervenções fora do microfone)
1986
1987 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** – Eu queria sugerir que fizesse uma
1988 chamadazinha pequena com um *link* para o edital e nós colocarmos os nossos *sites*, as
1989 nossas entidades porque aí faz uma divulgação mais ampla.
1990
1991 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
1992 **Brasil)** - Seria bom.
1993
1994 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
1995 **Segurança Pública)** - Essa foi a ideia, as primeiras vezes já que nós mandamos para
1996 que ajudem na divulgação. Nós estamos usando aquele *mailing* que temos da
1997 conferência, que são os 5000 *e-mails* e tal para conseguir mandar, nós estamos com
1998 certa dificuldade, porque o ministério não consegue mandar mais de 10 *e-mails* de uma
1999 vez e tal.
2000
2001 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
2002 **Brasil)** - Porque não tem instituições habilitadas, não são tantas, pode ter certeza que
2003 tem muita gente inscrita na CONSEG de associações, mas que são localizadas regionais
2004 e que não tem a habilitação. Mas nós não vamos deixar de fazer a divulgação por conta
2005 dessa percepção, nós vamos tentar alcançar o maior número possível. (*Intervenções fora*
2006 *do microfone*) Podemos ir para o item CONSEG? Então, vamos abrir o tema CONSEG
2007 para fecharmos o que tem de CONSEG, porque também já conseguimos trabalhar quase
2008 que 90% desse tema. A Eliana tem alguma coisa que gostaria de falar, e eu vou passar a
2009 palavra à conselheira Eliana para dar as considerações com relação a esses 20% que nós
2010 precisamos das informações. Tema CONSEG em aberto.
2011
2012 **A Sra. Eliana Sousa Silva (Redes de Desenvolvimento da Maré)** – O que eu queria
2013 chamar a atenção em relação à questão da CONSEG é que nós não temos, na verdade,
2014 uma definição ainda em relação à questão do orçamento, enfim, nós temos um
2015 planejamento, uma previsão da CONSEG se realizar no segundo semestre, mas isso
2016 também está dependendo dessa resposta que nós acreditamos que em 10 dias ela virá.
2017 Independentemente disso, uma coisa que nós precisávamos acordar aqui, acertar ou
2018 reorganizar é a questão das audiências públicas de mobilização em torno da questão da

2019 segunda CONSEG pelos estados. Eu acho como membro da Comissão de Mobilização
2020 que seria muito importante que nós pudéssemos não abrir mão de fazer dentro das
2021 condições de cada estado essa mobilização, porque o que vai acontecer é que nós
2022 podemos, certamente, vai ter uma resposta de que essa Conferência vai acontecer, e aí
2023 vai ser tudo em cima da hora. Então, mais uma vez, o processo mais importante que é a
2024 mobilização não se realizaria. Eu queria sugerir, por exemplo, eu sei que o Gajop já se
2025 mobilizou, está no *site* deles, está prevista acontecer a audiência lá em Recife, no Rio de
2026 Janeiro nós também vamos nos organizar para fazê-la em novembro, na realidade, nós
2027 tínhamos acordado de fazer esses encontros depois das eleições, agora em novembro,
2028 então, eu queria que tentássemos, pelo menos, que em cada estado nós nos
2029 mobilizássemos para fazermos dentro das condições que temos. E dentro destes 10 dias,
2030 essa resposta vindo, ela sendo positiva, nós vamos ter algum apoio ou recurso para, por
2031 exemplo, estar viajando, a Câmara de Mobilização para ajudar a fazer esses encontros.
2032 Então, o que eu queria ver agora era se podíamos reacordar as datas e a possibilidade de
2033 pessoas se mobilizarem, os conselheiros, para fazer isso, nós não desanimarmos, na
2034 verdade, de fazer isso, porque isso é algo importante, porque o Conasp que é o
2035 responsável, acontecendo ou não a Conferência, nós ou não é que vamos ter que nos
2036 posicionar em relação a isso. E eu acho que se nós nos mobilizamos, de alguma
2037 maneira, forçamos que o próprio ministério se coloque, porque se está todo mundo
2038 calado, então é muito fácil falar: “Não, não vai ter”. Eu acho que o fato de nós, de
2039 alguma maneira, nos mobilizar traz uma ideia diferente de que se não se efetivar isso,
2040 pode trazer problemas também para além do Conasp.

2041

2042 **O Sr. João Francisco da Mata Junior (Secretaria-Geral da Presidência da**
2043 **República)** – Uma sugestão, uma proposta.

2044

2045 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
2046 **Brasil)** - Nós vamos dar a palavra a todos, um minutinho só. Você me falou que já tinha
2047 me falado antes que teria uma audiência já programada no Rio de Janeiro já no dia 9.

2048

2049 **A Sra. Eliana Sousa Silva (Redes de Desenvolvimento da Maré)** – É. Nós estamos
2050 nos programando, na verdade, é uma data inicial.

2051

2052 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
2053 **Brasil)** - Só para nós sabermos isso. João Francisco e depois Célia.

2054

2055 **O Sr. João Francisco da Mata Junior (Secretaria-Geral da Presidência da**
2056 **República)** – É dia 9 agora de novembro? Daí, Eliana, em razão de a nossa pauta estar
2057 apertada, teria a possibilidade da comissão discutir isso por *e-mail* e aí uma forma que a
2058 sua comissão já traria as propostas.

2059

2060 **A Sra. Eliana Sousa Silva (Redes de Desenvolvimento da Maré)** – As propostas
2061 foram discutidas. O modelo do que aconteceria era um encontro que nós estaríamos
2062 mobilizando as instituições que teriam interesse, que trabalham com o tema da
2063 segurança pública, militantes, sociedade civil, governo, trabalhadores da área de
2064 segurança, a ideia é que o conselheiro pudesse, no seu estado trabalhar, de alguma
2065 maneira, em torno da ideia da segunda CONSEG. O projeto, e como isso iria acontecer,
2066 nós já apresentamos, foi aprovado aqui, falta nós agora ganharmos ânimo para colocá-lo
2067 em prática. E eu acho que fazendo isso, nós reforçamos ideia de que a CONSEG é algo
2068 importante e que o Ministério, nós podemos inclusive nos organizarmos para mandar

2069 para o ministério essas previsões de datas dos encontros nos estados. O que nós
2070 precisamos é que, por exemplo, o ministério, mande um documento, do ministério.
2071 informando que os conselheiros daquele estado estarão procurando as Secretarias de
2072 Segurança Pública para fazerem essa mobilização. Nós precisamos que saia daqui um
2073 documento, porque inclusive saindo um documento significa que está assumindo que
2074 vai ter a Segunda Conferência. Isso não foi feito, isso não tinha sido acordado também.
2075 Então, o que nós precisamos agora é, de alguma maneira, não deixar esse processo
2076 como se nada tivesse acontecendo, nós aprovamos aqui que ia fazer, nós somos da
2077 Comissão de Mobilização, fizemos um projeto, apresentamos, então eu queria lembrar
2078 que o CONASP, o pleno é responsável pela condução da Segunda CONSEG, se nós
2079 vamos deixando a coisa solta vai ter problema. O que eu estou propondo é que em
2080 novembro haja um esforço, dentro das possibilidades de cada estado, para que haja um
2081 encontro sobre a Segunda CONSEG naquele estado para discutir a importância de ela
2082 acontecer ano que vem no segundo semestre, de alguma maneira, aquele estado está se
2083 posicionando e também uma forma de o conselheiro, que está acabando o seu mandato,
2084 dar uma devolutiva do que está acontecendo em relação a isso porque vamos sair e
2085 ninguém vai falar desse assunto! Eu acho que seria muito importante se pudéssemos
2086 manter isso nas condições mínimas que tivéssemos, que aí é uma questão mesmo de nós
2087 entendermos politicamente esse processo.

2088

2089 **A Sra. Célia Dantas Gentile Rique (Gabinete de Assessoria Jurídica às**
2090 **Organizações Populares – GAJOP)** – Bom-dia a todos e todas. Eu acho que essa
2091 ocasião é um momento muito importante da vida deste conselho. Nós vamos retomar o
2092 projeto – Conseg - depois de quatro anos de hiato em relação à primeira. Bom, desde o
2093 primeiro momento quando nós estávamos discutindo o projeto, eu coloquei minhas
2094 preocupações, primeiro, naquele momento, estávamos defrontados com as eleições e
2095 com a diversidade das conjunturas de cada estado, eu acho que alguém se pronunciava a
2096 respeito de que era até favorável para que se desencadeasse esse movimento
2097 mobilizador durante as eleições, e para outros, como é o caso do meu estado, eu achava
2098 que tinham sérias dificuldades. Bom, de fato, para tentar realizar esse projeto junto com
2099 a sociedade civil, trabalhadores e gestores, nós nos defrontamos, como é o caso
2100 específico lá em Pernambuco com a enorme burocracia da secretaria, que é muito difícil
2101 garantir essa articulação necessária e, sobretudo, o compromisso em relação ao projeto.
2102 A outra coisa é que sabemos das dificuldades que é essa tentativa de mobilização dos
2103 movimentos de bairros, do movimento social em geral. Sobretudo, com esse
2104 distanciamento da 1ª e da 2ª Conseg, todo o processo de mobilização, o esforço imenso
2105 que foi feito, houve uma desmobilização em torno da discussão da segurança completa.
2106 Então, essas coisas não são fáceis. A tentativa que nós fizemos de nos aproximar da
2107 secretaria, eu acho que teve um tipo de impedimento que é eles não tinham qualquer
2108 comunicação oficial, nós dialogamos com um gestor que fez parte da Comissão de
2109 Coordenação Estadual da 1ª Conseg e nós nos conhecemos e nos relacionamos muito
2110 mais no plano pessoal do que institucional. Mas, nós não conseguimos avançar em nada
2111 no sentido positivo de poder implementar alguma coisa, de forma que como o tempo
2112 está passando, nós podemos encaminhar o projeto dentro das possibilidades que se
2113 apresentam, como nós somos sociedade civil, começamos a dialogar com as grandes
2114 articulações, como MNDH e a Abong, etc., para buscar um comprometimento e uma
2115 corresponsabilidade também nesse projeto. Fizemos uma primeira rodada com alguns
2116 representantes, e eu quero dizer o seguinte, que em Recife nós não fomos para o
2117 interior, em Recife a grande mobilização, as representações exigiram participar da
2118 construção desse processo de consulta. De forma que agora no dia 23 nós estamos

2119 fazendo uma rodada com vários representantes porque eles querem assumir o papel e
2120 também de multiplicadores dessa proposta em cada área, em cada espaço organizativo.
2121 Bom, eu estou trazendo em maiores detalhes, porque nós temos um compromisso com
2122 esse pleno, com esse coletivo, com que nós nos comprometemos, tem uma
2123 responsabilidade em mostrar o que é facilidade e dificuldade, quer dizer, a capacidade
2124 que nós vamos ter de atingimento dos diferentes grupos para essa consulta eu ainda não
2125 sei, é difícil, no dia 23, nós podemos perceber melhor. Mas uma das coisas é a tentativa
2126 de aproximação e de estabelecimento de diálogo com o estado. E era muito
2127 interessante, **nós pedimos à Suelen que fizesse esse comunicado, que passasse o**
2128 **modelo do projeto, porque eu dei conhecimento a eles de forma pessoal, como eu já**
2129 **lhe abordei, mas eu pedi à Suelen que fizesse essa comunicação oficial, mandasse o**
2130 **projeto** etc. Bom, nesse sentido, vocês estão tomando conhecimento do tipo de
2131 dificuldade de implantar o projeto. Também procurei Marcos Costa, porque apesar de
2132 ele ter a posição que tem no conselho, de direito à voz, mas ele é muito comprometido,
2133 uma figura interessante que poderia nos dar apoio, infelizmente ainda não conseguimos
2134 contatar no estado, vamos reforçar durante essa ocasião dessa reunião, mas para buscar
2135 todos os apoios possíveis para realizar esse projeto. A outra coisa que eu acho que é
2136 muito importante é exatamente as trocas que nós possamos fazer com todos os
2137 conselheiros, gente, qual é experiência vivenciada por cada um? Eu até já fiz essa
2138 provocação na *internet* para que nós trocássemos, soubéssemos, nós estamos superando
2139 determinadas dificuldades, outras ainda não encontramos a forma, enfim, eu tenho essa
2140 expectativa de ter uma comunicação.

2141

2142 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
2143 **Brasil)** - Obrigada Célia. Nós temos 3 minutos, porque nós precisamos dar uma
2144 seqüência, mas parece que Eliana teria mais informações a respeito disso.

2145

2146 **A Sra. Eliana Sousa Silva (Redes de Desenvolvimento da Maré)** - Eu queria só, antes
2147 do próximo conselheiro, dizer que vai correr uma lista para quem puder, escrever uma
2148 data, pelo menos uma previsão, porque queremos mandar para o ministério dizendo:
2149 “Olha, essas audiências vão acontecer nos estados, nós precisamos de uma posição”. A
2150 mesa combinou aqui de fazer isso, então eu queria que vocês olhassem, por exemplo, o
2151 pessoal da Bahia, nós aqui do Rio já vamos fazer uma previsão de até 28, 29 de
2152 novembro para essas audiências se realizarem. Quem puder já fazer isso.

2153

2154 **A Sra. Célia Dantas Gentile Rique (Gabinete de Assessoria Jurídica às**
2155 **Organizações Populares – GAJOP)** – Só um momento, por favor, seria interessante
2156 que Suelen nos respondesse a respeito do encaminhamento ou não do projeto para cada
2157 secretário.

2158

2159 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
2160 **Segurança Pública)** – Eu acho que isso está extremamente ligado à resposta que nós
2161 pedimos ontem da chefia de gabinete, que era do acontecimento ou não, ele pediu 10
2162 dias, o chefe de gabinete, assim que ele repassar a resposta aí encaminha, que eu acho
2163 que isso está diretamente ligado, não posso encaminhar e depois vir uma resposta
2164 contrária do ministério com relação a isso.

2165

2166 **Interlocutor não identificado** – A ideia, pelo que estamos percebendo, é de que
2167 dependendo dessa ideia não dá para fazer antes do dia 30 de outubro, a ideia é começar

2168 em novembro, a previsão. É tentar fazer essa data, vamos colocar a previsão, e
2169 colocando a previsão quando vocês tiverem aí vamos tentar viabilizar.

2170

2171 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** – Essa questão da nossa conferência,
2172 eu acho que ela tem duas possibilidades, a primeiro é a ideal que o ministério, de fato,
2173 assuma, que cumpra aquilo que foi já aprovado pelo conselho, que disponibilize
2174 recursos, que faça contato com os secretários, enfim, todo processo que nós já
2175 aprovamos aqui. Eu acho que isso só vai acontecer depois do dia 30 de outubro. Agora,
2176 eu acho que tem um processo que é nosso, que é do Conselho, se nós formos esperar só
2177 o ministério, da forma que nós estamos vendo que as coisas estão andando, talvez nós
2178 fiquemos muito apertado pelos prazos que vamos ter para realizar as coisas. Então, eu
2179 proponho que, pelo menos, neste momento nós não fiquemos parados esperando que o
2180 ministério nos dê uma resposta até o dia 30, que nós já começemos a mobilizar aquilo
2181 que já estava aprovado numa reunião anterior, ou seja, que os estados se comprometam,
2182 eu sei que é difícil neste momento, as entidades estão todas cheias de agendas, vai
2183 ficando o final do ano e começa a ficar naquela maluquice de seminário, de prestação de
2184 contas, de não sei o quê. *(intervenção fora do microfone)* Algumas. E aí fica aquela
2185 loucura de que você não tem disponibilidade de agenda. Mas, acho que tem que ser feito
2186 um esforço de todos nós de cada um assumir a sua entidade, eu vou fazer no meu
2187 estado. Aí se tem mais de uma entidade no estado, soma com aquela outra entidade. O
2188 ideal é que, pelo menos, nós tivéssemos uma audiência de um encontro desses em cada
2189 região do país, para nós, pelo menos, ter as cinco regiões cobertas com esse trabalho, se,
2190 claro, mais entidades puderem melhor ainda. Então, sugiro isso, que nós não esperemos
2191 o ministério para fazer isso, eu acho que é possível fazer algumas coisas, inclusive sem
2192 o recurso, por exemplo, se a Secretaria-Executiva já avisar aos secretários estaduais de
2193 que vai haver uma preparação para a conferência, isso independe da resposta do dia 30.
2194 Já mandar um ofício: “Olha, o conselheiro tal, a conselheira tal do estado está se
2195 mobilizando para fazer um encontro em preparação à conferência do ano que vem”, isso
2196 é possível, e nos dá uma resposta disso: “Olha, foi avisado, o secretário recebeu”, e
2197 intermediar, inclusive, um encontro do secretário ou com alguém da secretaria com esse
2198 conselheiro para organizar junto, porque se nós conseguirmos organizar junto com as
2199 secretarias estaduais, acho que é meio caminho andado, quer dizer, o recurso que nós
2200 estamos esperando que venha do Governo Federal para realizar aquele encontro pode se
2201 encontrar no próprio estado ou com a entidade, ou em parceria com o governo do
2202 estado, enfim. Fica mais fácil fazer assim, e isso não depende da resposta do dia 30 do
2203 Governo Federal. Essa é a minha sugestão.

2204

2205 **O Sr. Geraldo Soares Wanderley (Pastoral Carcerária Nacional – ASAAC)** – Bem,
2206 eu acho que nós também devíamos ver o que vamos discutir nessas audiências, tivesse
2207 um esboçozinho mais ou menos comum, porque isso orienta para cada um não fazer do
2208 seu jeito. *(intervenção fora do microfone)* Sim, apresentar, é o quê? É apresentar o
2209 projeto que foi elaborado, apresentar a devolutiva das conquistas da 1ª Conseg, não foi
2210 discutido isso? Nós vamos colher nestas audiências sugestões para serem acrescidas a
2211 esse plano, ou não, ou aquele projeto vai estar, porque tem que fazer inclusive escrever
2212 o conteúdo dos eixos temáticos que devem ser o quê? Dezembro, janeiro, fevereiro, não
2213 é isso? Então, acho que seria bom um esquemazinho que padronizasse um pouco para
2214 facilitar que não se fizesse num canto de um jeito, em outro de outro jeito, que nós
2215 sabemos que perderemos essa memória rápido. Bem, mas, lá no nosso estado, eu
2216 apresentei o projeto no Conselho Estadual de Direitos Humanos, que eu sou vice-
2217 presidente, nós tiramos uma Comissão, marcamos uma reunião com o secretário, e

2218 fizemos uma reunião com o secretário de Segurança, tiramos uma comissão, segunda-
2219 feira, nós vamos estar reunidos com essa comissão e com o secretário para definir o
2220 apoio aos próximos passos, no dia 31 deste mês, nós vamos nos reunir, uma reunião
2221 assim ampliada, já trazendo pessoas estratégicas, em instituições estrategicamente
2222 definidas dentro desta composição sociedade civil, trabalhadores, gestores para
2223 repassarmos e ver como é que cada um vai se organizar para mandar representantes do
2224 estado para audiência, e a nossa audiência, a princípio, segunda-feira, nós vamos fechar
2225 isso, está marcada para o dia 23 de novembro, vai ser lá mesmo no auditório da
2226 Secretaria de Segurança que tem um auditório muito grande e isso foi definido, acho
2227 que talvez não vá mais mudar, mas, segunda-feira, vamos dar o toque final a esse
2228 processo. Bem, então lá nosso estado está assim, e inclusive discutimos já, a questão da
2229 Comissão Estadual que nós vamos tirar já desse processo, e definimos também a
2230 questão de que o Conselho Estadual de Segurança Pública já vai sair desse processo, a
2231 Comissão Estadual já vai trabalhar na perspectiva de formatar o Conselho Estadual.
2232 Vamos várias se isso vai acontecer, porque isso aí é outra coisa, aquele governo está
2233 muito complicado. Então, para nós lá está desse jeito, nós achamos que deu uma
2234 avançada muito boa.

2235

2236 **A Sra. Raquel Willadino Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro) –**
2237 Bom-dia a todos e todas. Eu queria ir à linha do Tião de reiterar a relevância de não
2238 esperarmos o ministério, compartilhar um pouco do meu sentimento aqui em relação ao
2239 fim deste mandato, ontem, inclusive, eu não conseguia me manifestar porque o meu
2240 nível de frustração era tamanho que a minha reação acabou sendo de recuo. Eu me senti
2241 muito identificada com a fala do Gonzaga e aí eu acho que alguns de nós que estamos
2242 aqui desde o início da organização da ACOM (?), eu tinha perdido as duas últimas
2243 reuniões e chegar aqui e me deparar a uma rediscussão de decreto é extremamente
2244 frustrante quando as coisas estão acontecendo lá fora, tem gente morrendo. E enfim, eu
2245 acho que precisamos fazer uma reflexão aqui sobre o que este mandato conseguiu
2246 efetivamente construir. E olhando um pouco para este processo, acho que uma das
2247 coisas boas que esse mandato conseguiu construir foi o trabalho da Câmara Técnica de
2248 Mobilização, nós produzimos um projeto de conferência, nós fizemos um plano de
2249 trabalho e nós precisamos conseguir materializar o que foi aprovado por este pleno. E
2250 eu acho que ainda que, a posição do ministério seja de não haverá 2ª CONSEG, se no
2251 limite a resposta fosse essa, nós, como conselheiros eleitos, temos responsabilidade no
2252 nosso estado de dar satisfação sobre o que aconteceu aqui ao longo deste mandato.
2253 Então, eu acho que é imprescindível termos responsabilidades com as nossas bases,
2254 termos responsabilidade local e precisamos, no mínimo, chamar uma reunião para
2255 apresentar esse plano de trabalho e em que ponto conseguimos chegar. E o que
2256 entendemos que é fundamental para que se avance no que diz respeito ao próximo
2257 conselho eleito. E, nesse sentido, eu também queria lembrar a importância de nós
2258 aproveitarmos essa audiência pública para estimular o processo de instalação dos
2259 Conselhos Estaduais de Segurança, nós tínhamos articulado isso na construção do plano
2260 de trabalho da Câmara Técnica, nós tivemos a oportunidade de fazer o mapeamento via
2261 Câmara Técnica, convidar para uma reunião aqui os conselhos em funcionamento e
2262 vimos que esse cenário era bastante precário. Nós vamos ter agora, na sequência, uma
2263 apresentação de uma pesquisa com esse foco, e temos clareza de que ainda tem muito
2264 trabalho a ser feito nesse sentido. Então, o que eu queria trazer é a necessidade de que
2265 nós realizemos, eu acho que tem um formato de audiência que foi planejada,
2266 apresentada e aprovada, e aí seria o melhor cenário possível, se nós conseguirmos ter
2267 como retorno do ministério que a conferência acontece, sim, em agosto, ou enfim, em

2268 algum momento do ano que vem, mas ainda que a resposta seja negativa, que este pleno
2269 tenha a responsabilidade de realizar reuniões nos seus estados para dialogar com seus
2270 pares, porque eu acho que nós não temos como fechar um mandato sem fazer uma
2271 interlocução local.

2272

2273 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
2274 **Federais – Fenaprf)** – Bom-dia a todos. Eu fui contemplado aqui com várias falas, e
2275 também concordo com a Raquel, acho que nós temos que fazer essa consulta pública,
2276 até uma questão de prestação de contas, são dois anos aqui no conselho, precisamos
2277 informar os avanços e retrocessos durante todo esse período. E, pelo andar das coisas
2278 com relação à 2ª Conferência Nacional de Segurança Pública, eu acho que na ocasião da
2279 1ª já teríamos nesse momento toda uma movimentação, uma mobilização,
2280 principalmente, do governo, que nós não temos visto ainda. Nós nem sabemos se tem
2281 recursos alocados, se há previsão de orçamento para realizar a 2ª Conferência, e se não
2282 entrou no orçamento não tem nem como o governo arcar com os custos da Segunda
2283 Conferência como fez com a 1ª. Então, eu penso que diante de uma, temos que
2284 considerar uma resposta negativa do governo, mas temos também que pensar se nós
2285 podemos realizar essa 2ª Conferência, a partir de cada entidade, cada uma se
2286 mobilizando, buscado recursos locais, recursos públicos, recursos dentro das suas
2287 entidades para nós realizarmos esta Segunda Conferência que, na verdade, vai talvez
2288 além do interesse do governo neste momento. Nós precisamos até demonstrar essa
2289 capacidade nossa de mobilização. Então, eu acho, Almir, que nós temos, Eliana também
2290 da Câmara de Mobilização, que considerar essa segunda linha de ação.

2291

2292 **O Sr. Marcos Rezende (Coletivo de Entidades Negras)** – Bom-dia a todos e todas.
2293 Nós, hoje pela manhã, eu recebi o *e-mail* do Marcos Dias pela lista do Conasp
2294 lembrando que aquela pauta que nós ontem discutimos de forma tão tensa, tão
2295 aguerrida, foi uma pauta que nós tínhamos colocado em junho de 2011. Então, isso
2296 serve para fazermos uma reflexão. Nós estamos discutindo em outubro de 2012 uma
2297 pauta de junho de 2011. Por que eu estou começando por aqui. Porque eu acho que
2298 quando nós nos colocamos a fazer consultas públicas nas nossas cidades, por mais que
2299 sejam importantes, eu vou lembrar o que eu falei há três anos na época da COM (?),
2300 na Bahia as coisas não são tão fáceis, e eu falava aqui parecia naquela época que eu
2301 estava querendo cometer um terrorismo de Estado: “Poxa, esse cara gosta de fazer
2302 confusão”. Aí quando um coronel lá colocou a mão no revólver, botou o dedo na minha
2303 cara, colocou o dedo na cara de outro e disse que iria fazer o que acontecer, o pessoal do
2304 Governo Federal que estava lá, disse: “Eu vou ter que mudar as coisas, porque está
2305 difícil lá na Bahia...” (*intervenções fora do microfone*) Então, o que acontece? Isso em
2306 Salvador virou uma questão muito tensa, e nós tivemos inclusive para quem se lembra,
2307 uma discussão muito grande com a Regina Miki em Salvador e um super mal-estar com
2308 a Regina Miki em Salvador por conta da conferência, quem não se lembra, quem estava
2309 lá viu, e quem não estava deve ter ouvido os relatos aqui. Então, eu estou colocando
2310 isso, porque é difícil... (*intervenções fora do microfone*) Então, nós temos uma questão
2311 que é como fazer consulta pública no estado, eu quero até colocar isso para Élder e para
2312 o nosso defensor público que está aqui também, no estado onde o índice de violência
2313 letal contra os jovens negros é tão alto, tão absurdo, com duas entidades aqui que são
2314 nacionais, mas que têm representações dentro do Movimento Negro, e são da Bahia, e
2315 que nós não tivemos absolutamente nenhuma resposta para dar sobre nada de anos de
2316 Conasp. E como eu vou assumir uma responsabilidade dessa? Isso é responsabilidade,
2317 para mim, conosco, eu não topo fazer, se alguém quiser fazer consulta pública lá que o

2318 governo vá lá fazer, eu, Marcos, posso até topa fazer, Élder pode topa fazer, mas nós
2319 queremos o governo junto, porque na hora que apontarem para nós e falarem assim:
2320 “Olha, tem a Suelen aí, a Regina, Joãozinho, Carlinhos”, porque passamos anos
2321 tentando aqui falar que algo precisava ser feito. Nós passamos anos tentando dizer que
2322 alguma coisa tinha que acontecer, e a única coisa que aconteceu foi o pacto pela
2323 violência que nós sabemos que nas nossas comunidades só tem muita crítica, e nas
2324 nossas militâncias do movimento. Então, eu acho que nós deveremos também, eu queria
2325 deixar como proposta, que senão nesta reunião porque não vai dar tempo, mas que
2326 colocássemos isso nos *e-mails* do Conasp para que nós tirássemos uma comissão daqui
2327 para fazer uma análise desses dois anos de conselho, para que na nossa última reunião
2328 nós pudéssemos aprovar essa análise e que isso ficasse como registro para que
2329 pudéssemos passar para as nossas entidades, para a sociedade civil, para os locais onde
2330 nós formos fazer consulta pública, sob pena de ficar nas nossas costas de que nós
2331 criamos aqui um grande grupo de amigos que estavam tocando as coisas de uma forma
2332 muito harmônica e solidária e esquecemos do povo de lá, era a minha proposta.

2333

2334 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
2335 **Brasil)** - Nós já temos na pastinha azul todas as decisões colegiadas, resoluções, tem
2336 tudo aí que nós já fizemos no período, é um instrumento que já pode servir para isso que
2337 o conselheiro Marcos está dizendo. (*intervenções fora do microfone*) Ok, vou passar
2338 para o conselheiro Márcio Godoy e em seguida para o João Francisco.

2339

2340 **O Sr. João Francisco da Mata Junior (Secretaria-Geral da Presidência da**
2341 **República)** – Somente aqui como se fosse defesa da nossa própria Câmara, que é a do
2342 Élder também, veja que com base nessa resolução, Rezende, o pleno começou a
2343 participar do Fórum Interconselhos e dessas discussões que foram incluídas, uma das
2344 bases com a nossa resolução daqui discutindo a questão da violência e da letalidade da
2345 juventude negra, isso foi pautado e foi colocado lá, foi incluído lá no Fórum
2346 Interconselho e do Fórum Interconselho é que saiu, por exemplo, a questão do programa
2347 da Juventude Viva, que vai ser apresentado aqui hoje. Outra situação também de defesa
2348 também da nossa Câmara, por exemplo, veja que nós aprovamos aqui a questão da
2349 recomendação sobre os inquéritos policiais e a questão para colocar os grupos
2350 vulneráveis. No Sinesp, agora vai ter um campo que vai estar, pelo menos isso não foi
2351 passado pelo Ministério da Justiça, que vai ter um campo lá relacionado à questão dos
2352 nossos grupos vulneráveis no preenchimento desses boletins de ocorrência e inquéritos
2353 policiais. Vejo que, de certa forma, é um avanço que veio deste Conasp, ou pelo menos
2354 que foi fruto, direta ou indiretamente pelo menos particular da nossa Câmara.

2355

2356 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** - A questão de ordem é a seguinte: o
2357 companheiro apresentou uma proposta, não é para discutir agora o tema que ele está
2358 levantando, a importância de (*sem som - ininteligível*) que é fundamental (ininteligível),
2359 porque só vai ser dada quando foi apresentado o balanço (*sem som - ininteligível*),
2360 então, eu sugiro que a mesa vote a proposta do companheiro e demos continuidade à
2361 pauta.

2362

2363 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
2364 **Brasil)** – A plenária concorda que temos condições de votar a proposta do Marcos
2365 Rezende? Todo mundo entendeu? Então, o conselheiro Marcos vai esclarecer.

2366

2367 **O Sr. Marcos Rezende (Coletivo de Entidades Negras) - A proposta é que se tire**
2368 **uma comissão para fazer um balanço desses dois anos de Conasp, com os avanços,**
2369 **com aquilo que não aconteceu, com aquilo que foi implantado como resolução da**
2370 **1ª CONSEG, o que não foi implantado** para que com esse balanço nós possamos ir
2371 para as nossas categorias, nós possamos ir para a sociedade civil, nós possamos dizer:
2372 “Olha, nós tivemos isso aqui que avançou e tivemos isso que ficou parado, tivemos
2373 algumas coisas que funcionaram assim e outras não”. Eu acho que é um debate político
2374 de tudo que nós fizemos. É como é feito no final do ano como qualquer empresa, ela
2375 apresenta um balancete? É uma prestação de contas, eu estou sugerindo isso porque nós
2376 já estamos acabando a nossa permanência, o nosso biênio aqui, o nosso mandato, e nós
2377 precisamos dizer para a sociedade civil o que nós fizemos ou deixou de fazer, é uma
2378 proposta muito simples, eu acredito.

2379

2380 **A Sra. Eliana Sousa Silva (Redes de Desenvolvimento da Maré) –** Eu queria só
2381 complementar essa proposta que o Marcos fez, que eu acho uma proposta
2382 superinteressante porque é fazer um relatório final do nosso trabalho aqui nos dois anos,
2383 eu acho que nada mais é do que isso, pegar as atas, pegar todas as resoluções e ver,
2384 prestar contas do que se avançou e do que não avançou, não é nada demais isso. Eu
2385 acho que a gente, na verdade, é uma proposta que nós deveríamos fazer como
2386 conselheiros aqui. Eu acho que ninguém pode ser, acho que vai ser um documento
2387 importante para nós, eu defendo a proposta.

2388

2389 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
2390 **Brasil) - A plenária está preparada para votação? Há consenso com relação ao**
2391 **tema? Há consenso? Então, aprovado por consenso.** Vamos dar continuidade. A
2392 palavra com o conselheiro Márcio Godoy. *(intervenções fora do microfone)*

2393

2394 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
2395 **Brasil) -** *(intervenções fora do microfone)* Vamos dar a palavra ao conselheiro e nós
2396 escolhemos a comissão como proposto, não tem problema escolher um de cada
2397 segmento. Foi aprovada a proposta, sem problema nenhum. Vocês já querem montar a
2398 comissão, antes de o Godoy falar? Então, um de cada segmento: Então, Célia, Marcos,
2399 Marcos Resende que fez a proposta; dos trabalhadores Marcos Dias e gestores
2400 Francisco, a Suelen não pode, ela não é conselheira, Rott. O segmento cede vaga para
2401 outro, é assim? Tem que ter a consciência...

2402

2403 **A Sra. Eliana Sousa Silva (Redes de Desenvolvimento da Maré) -** Posso dar uma
2404 sugestão: fazer um relatório é trabalho, não é uma reunião antes da nossa reunião ou um
2405 encontro na nossa reunião, é reunir as atas, é ler as atas, é ler os documentos, é um
2406 trabalho técnico esse e montar uma estrutura de como vai ser essa questão, que o que
2407 nós conseguimos avançar? Quais são as nossas considerações? Esse trabalho tem que
2408 ser feito, é um trabalho técnico para vir para cá e nós aprovarmos ou não essas
2409 considerações. Não é um trabalho como os outros que nós nos reunimos ali, definimos e
2410 fazemos um parecer, é um trabalho técnico.

2411

2412 **A Sra. Suelen da Silva Sales (Secretária Executiva do Conselho Nacional de**
2413 **Segurança Pública) -** Pessoal, apesar do Héder não estar aqui, ele até pediu desculpas
2414 por não poder estar presente, o Gonzaga está aqui, e até tomar a liberdade Gonzaga,
2415 porque o Héder está apresentando a monografia dele, e o tema é CONASP, ele leu todas

2416 as atas dos últimos anos, de repente era uma pessoa muito interessante para participar,
2417 porque ele já está com acúmulo.

2418

2419 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
2420 **Brasil)** - Então a Mesa-Diretora junto com essa comissão. (*intervenções fora do*
2421 *microfone*)

2422

2423 **A Sra. Eliana Sousa Silva (Redes de Desenvolvimento da Maré)** - Só tem que dividir
2424 o trabalho.

2425

2426 **A Sra. Célia Dantas Gentile Rique (Gabinete de Assessoria Jurídica às**
2427 **Organizações Populares – GAJOP)** – Nada a contestar, eu acho que a sociedade civil
2428 está muito bem representada por Marcos Resende, os esclarecimentos já foram feitos
2429 por Eliana a respeito do que deve constar, apenas eu gostaria de propor para
2430 contemplarmos algo que nós passamos a fazer um investimento enorme de trabalho, que
2431 era exatamente o trabalho desenvolvido pelas Comissões Técnicas e que nós não demos
2432 consequência a coisa nenhuma daquele trabalho, de forma que eu acho que a comissão
2433 poderia fazer uma escuta junto aos membros ou cada membro da comissão das sete, seis
2434 ou sete comissões técnicas, porque eu acho que nós temos um material significativo em
2435 termos de produção e de produto daquilo.

2436

2437 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
2438 **Brasil)** - Ok Célia, muito bom. Existe uma sugestão que pode contemplar sociedade
2439 civil, trabalhadores e gestores é fazendo essa comissão porque não tem gestor aqui
2440 nominado, junto com a Mesa-Diretora que tem gestor na Mesa-Diretora. Então, essa
2441 comissão se encarrega de fazer esse trabalho. **Marcos Resende, Célia Rique, Marcos**
2442 **Dias, Raquel Villadino e a Mesa-Diretora, Héder Martins, Eliana Sousa, Evaldo**
2443 **Augusto e Almir Laureano.**

2444

2445 **O Sr. Nazareno Marcineiro (Cel.) (Presidente do Conselho Nacional dos**
2446 **Comandantes Gerais)** - Bom, eu estou estreando aqui, é assim que se pede a palavra?
2447 Está bom, então, como eu pedi três vezes eu posso usar o tempo de três? Eu queria dizer
2448 para todos o seguinte, primeiro porque eu estou muito feliz por estar participando deste
2449 momento aqui, que é um momento diferente para mim, é um momento muito diverso,
2450 eu sou, além de ser policial militar, a minha formação é em engenharia de produção,
2451 então, eu tenho uma lógica de raciocínio muito cartesiana, muito objetiva. Quer dizer,
2452 você estabelece o que você pretende, prioritariamente, e depois você monta estratégias
2453 para conseguir aquilo que pretende e daí, sim, permitindo que uma reunião com o tempo
2454 de paradigma orgânico como este aqui que eu tenho assistido desde ontem, possa fazer
2455 emergir as ideias apropriadas para a construção daquilo que se pretende. E aí se justifica
2456 a expressão construção, porque eu sem querer fazer juízo de valores de ninguém, porque
2457 não tenho mandato para isso, mas eu vi no dia de ontem uma coisa muito interessante,
2458 um caos de ideias aqui correndo e tal, e que, ao final, resultou com uma debandada geral
2459 em busca do Ministério da Justiça, e eu confesso que até agora não entendi bem o que
2460 aconteceu. Porque quanto mais eu analiso aqui o decreto que diz que nós somos uma
2461 plenária consultiva e deliberativa, mas o parágrafo único trata de deixar claro,
2462 deliberativa. E o entendimento que eu tenho é que o CONASP, e me corrijam, por
2463 favor, se eu estiver errado, porque eu preciso e estou aqui pedindo ajuda para entender
2464 um pouco melhor, o CONASP tem por objetivo montar estratégias de encaminhamento
2465 para a segurança pública montado por um conselho diverso e que vai apresentar

2466 sugestões que na medida da possibilidade será um ou não implementada, mas que
2467 precisa cada vez mais, e eu sou defensor da ideia do construtivismo e respeito muito a
2468 necessidade de que todos os segmentos sociais tenham que participar da construção de
2469 um novo momento da segurança pública do país, sou defensor intransigente disso, um
2470 dos meus livros é exatamente isso, trata de polícia comunitária que tem por escopo
2471 principal e básico esse elemento de convicção que tem que buscar onde a segurança
2472 pública gera impacto a busca de políticas que dê continuidade, que permita dar
2473 continuidade. E esse ambiente aqui é extremamente rico para isso, todos os segmentos
2474 estão aqui. De maneira que eu acredito que daqui tem que sair propostas, daí eu
2475 concordo plenamente com o Marcos Resende no sentido de que tem que ser dito que
2476 nesses dois anos o que foi feito em termos de proposta e operacionalizado? E daí entra o
2477 segundo momento da minha fala, que é o seguinte, olha, por ser um órgão consultivo do
2478 Ministério da Justiça que tem do Ministério da Justiça o interlocutor a própria
2479 Presidente, eu fico me perguntando assim: o que nós estamos fazendo aqui quando o
2480 interlocutor com o Ministério da Justiça, que é a pessoa de ligação, não está presente, as
2481 deliberações que são feitas servem para quê? Vão para onde? Para formar um relatório,
2482 ou é para assessorar o Ministério da Justiça na tomada de decisão, o acolhimento ou não
2483 das propostas que faz pela presidência. Ontem nós tivemos um momento, que
2484 exatamente pelo meu pragmatismo e pela posição que eu tenho ocupado nos últimos
2485 anos, que eu fiquei pensando: “Coitado do Almir, na situação que ele está ali, porque
2486 não é um ente do Ministério da Justiça”, porque se fosse eu que estivesse ali, o que eu
2487 faria? Parou tudo, dá licença: “Ministro, nós estamos num impasse aqui agora e eu
2488 preciso saber qual é a posição do ministério para eu me posicionar aqui junto ao
2489 CONASP”. Agora, não teve essa possibilidade e não tem razão de estarmos discutindo
2490 numa discussão orgânica como aquela que eu vi ontem, foi o dia todinho, nós ficamos,
2491 eu aprendi um monte de coisa aqui, por exemplo, que a parte não tem precedência sobre
2492 questão de ordem, não é? E que a fala comum pode ter três minutos de uso, mas se o
2493 assunto estiver interessando pode ir quanto tempo quiser, que é o meu caso agora, me
2494 parece isso. (risos) (*intervenção fora do microfone*) É, mas isso é eu aprendi ontem e
2495 hoje, mas eu queria dizer que é o meu caso agora. E é interessante, porque é um grande
2496 aprendizado, já que eu tive ontem e vi diversas pessoas falando que eu achei de um
2497 brilhantismo espetacular, do fundo do meu coração, as diversas manifestações, mas que
2498 serviram para nada, nós despendemos o dia de ontem em função de uma busca que se
2499 tornou como resposta a mesma coisa que nós tínhamos quando nós chegamos, que eles
2500 vão avaliar e vão dar a resposta depois, mas isso nós já sabíamos quando começamos, e
2501 não evoluiu para absolutamente nada. A questão aqui agora, objetivamente então sobre
2502 a proposta do Marcos Resende, existe uma Mesa Diretora, pelo o que eu entendo aqui
2503 da leitura novamente do decreto, para se responsabilizar pela condução dos trabalhos de
2504 relatar ao final acerca do que foi feito nas reuniões que foram feitas, a Mesa-Diretora é
2505 construída para isso. E é um momento apropriado para que a presidente da Mesa
2506 Diretora possa dizer assim: “Olha, eu participei ou não das reuniões, nas que eu
2507 participei foram deliberados sobre isso e sobre isso nada eu fiz encaminhar, ou sobre
2508 isso nós temos tais e tais projetos realizados”. É prestação de contas e daí volta para o
2509 cartesianismo, e aqui eu falo para todos, digo assim até de uma forma muito
2510 impressionado, que eu estou impressionado com tudo que eu estou vendo aqui, muito
2511 impressionado, é que a Mesa-Diretora, como é que eu vou dizer isso para ser bem
2512 gentil, tem conduzido todo o trabalho, mas me parece que é mais um ente aqui do
2513 debate que também as suas opiniões, também tem as suas divergências também. A
2514 Mesa-Diretora, sob o ponto de vista cartesiano, e agora se quer um resultado cartesiano,
2515 não é orgânico, sob o ponto de vista cartesiano a Mesa-Diretora diz o que vai ser

2516 debatido, colhe as opiniões, colhe aquilo que tem que ser votado, mas dá o que tem que
2517 ser votado. Agora, há poucos instantes, o que vamos votar agora, não fazia nem ideia do
2518 que era, porque me parece que não é carente de votação a prestação de contas, o
2519 relatório. E eu estou me sentindo assim, então só queria só para não chegar mudo e sair
2520 calado.

2521

2522 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
2523 **Brasil)** - Se quiser falar um pouquinho pode falar mais, faz quatro anos que falamos, e
2524 quando se escuta uma pessoa que nunca falou nós temos que ter ouvidos também.

2525

2526 **O Sr. Nazareno Marcineiro (Cel.) (Presidente do Conselho Nacional dos**
2527 **Comandantes Gerais)** - Pois é, eu agradeço aí a sua gentileza, porque me parece que
2528 eu estava entrando mudo e saindo calado, mas prestando atenção em tudo, anotei muita
2529 coisa, gravei outras, e estou levando aí para meu deleite, para meu consumo tudo que eu
2530 ouvi aqui e saio muito feliz com isso. E dizer que me parece acerca desse tema, a mesa
2531 tem que fazer o relatório, faz o relatório, depois submete à apreciação o relatório, se
2532 tiver divergência sobre alguma coisa que está no relatório essa divergência vai ser
2533 apresentada por escrito por quem divergir. Obrigado. Desculpa a minha empolgação, é o
2534 meu jeito de falar assim.

2535

2536 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
2537 **Brasil)** – Me permita só um minutinho. É dizer ao coronel Nazareno que a sua presença
2538 aqui, eu sou leitor dos seus livros, eu teria alguma coisa de cor para dizer dos seus
2539 livros, mas a construção desse espaço não é cartesiano, ele tem coisa do cartesianismo,
2540 mas tem também das probabilidades, porque o cartesianismo acha que é aquilo, é
2541 certeza, este espaço nunca vem com certeza. Ele é muito dialético, então nós vemos
2542 com a pauta pronta, cartesiana, e diz assim: tem que ser aquela pauta. Quando chegamos
2543 aqui nós construímos outra pauta, probabilidades. Então, esse é um espaço que não é
2544 fácil de convivência se nós temos ideias já prontas, e aqui nós aprendemos a construir
2545 novas ideias. Eu também tenho alguma coisa de cartesiano e aprendi a conviver com
2546 outras ideias que são das probabilidades, vamos dizer, ontem eu fui para lá, eu não fui
2547 com certeza nenhuma, que eu era vice-presidente e estava como presidente aqui e que
2548 alguém tinha que me receber lá como presidente, eu fui como uma pessoa, com toda a
2549 probabilidade de ser recebido ou não. E como eu não fui recebido dentro dessas
2550 probabilidades, aconteceu outras probabilidades que foi todo o grupo que foi recebido,
2551 essa é a construção deste espaço, e que é encantador por essas diversidades, isso na
2552 minha percepção. Por isso é que nós vamos encontrar aqui gente cartesiana e gente que
2553 não é cartesiana. Será que haveria deste plenário, porque nós já estamos com a pessoa
2554 que vai apresentar a pesquisa, será que nós podíamos dar um tempo no que nós estamos
2555 discutindo e passar para a apresentação? Raquel fala e nós abrimos o espaço...
2556 *(intervenções fora do microfone)*

2557

2558 **A Sra. Raquel Willadino Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro)** – O
2559 meu é do relatório ainda.

2560

2561 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público)** –
2562 É só uma questão de ordem rápida, tudo bem que suspender, mas essa questão da
2563 decisão sobre o mandato da comissão, nós temos que deixar isso por escrito qual é o
2564 mandato desta comissão. E aí então nós suspendemos isso e volta depois.

2565

2566 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
2567 **Brasil)** - Com a palavra a conselheira Raquel e interrompemos o nosso trabalho para
2568 acolher a pesquisa.

2569
2570 **A Sra. Raquel Willanido Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro)** – O
2571 que eu queria agregar aqui para a produção do relatório seria a sugestão de que cada
2572 Câmara Técnica encaminhasse para essa comissão um balanço do que foi o seu
2573 trabalho, porque eu acho que distribui um pouco da responsabilidade e é uma avaliação
2574 que nós precisaríamos fazer de uma forma mais conjunta também.

2575
2576 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
2577 **Brasil)** – Então, a comissão foi aquela, comissão mais a Mesa-Diretora, pronto, o que
2578 foi aprovado foi isso aí. Sim, sem dúvida, Marcos, fique tranquilo que nós temos até
2579 seis horas para votar. Gostaria de convidar a dra. Miriam Guindani, da UFRJ, sente-se
2580 aqui na nossa mesa. (intervenções fora do microfone)

2581
2582 **A Dra. Miriam Guindani (UFRJ)** – Bom-dia a todos. Eu sou a Miriam Guindani,
2583 professora da UFRJ e coordenadora desta equipe, Francisco Xavier, Lucas Rangoni,
2584 Francisco Colagge e Gisele Martins, e a Eliana Souza, que não está presente, nós
2585 participamos deste projeto. E enquanto a Gisele está colocando no Power Point, eu vou
2586 falando um pouco de como se chega a esta pesquisa. Esta pesquisa é resultado de um
2587 edital realizado pelo Ministério da Justiça com o Pnud, o edital previa a realização de
2588 várias pesquisas desenvolvidas por núcleos de pesquisas que se candidataram em
2589 diferentes linhas, essas linhas contemplavam diferentes aspectos no campo da segurança
2590 pública, o nome edital seria Pensando Segurança Pública. E dentre as linhas tinha essa,
2591 que era um diagnóstico situacional dos funcionamentos dura da composição dos
2592 Conselhos Estaduais de Segurança Pública e Direitos Humanos no país, seria um
2593 mapeamento geral desses conselhos e depois, num segundo momento da pesquisa, seria
2594 um estudo de campo de preferência conhecendo duas experiências nas cinco regiões. E
2595 esse estudo, segundo informações que nos trouxeram, a preocupação em mapear, em
2596 diagnosticar o funcionamento dos Conselhos Estaduais de Segurança Pública decorreu
2597 de uma demanda do próprio Conasp. E não sei se procede ou não, junto com interesses
2598 lá do próprio ministério. Associado a esse diagnóstico sobre os Conselhos Estaduais de
2599 Segurança Pública, colocaram os Conselhos Estaduais de Direitos Humanos, poderia ter
2600 entrado como objeto de pesquisas os Conselhos Penitenciários, os Conselhos Estaduais
2601 Penitenciários, mas foi direitos humanos. Isso gerou para nós um desafio porque são
2602 realidades diferentes e nós desenvolvemos então a mesma pesquisa, o mesmo caminho
2603 metodológico, mas nós encontramos realidades diferentes. Hoje, a apresentação aqui
2604 nós vamos nos direcionar para a questão da segurança pública, a pesquisa, o relatório
2605 geral versa sobre os dois campos, sobre os Conselhos de Direitos Humanos e Segurança
2606 Pública, mas nós não vamos nos deter na realidade dos Conselhos Estaduais de
2607 Segurança Pública, porque eu acho que não tem nenhum representante aqui da
2608 Secretaria de Direitos Humanos. Então, nós vamos só mostrar só um mapa, mostrando a
2609 diferença da quantidade de Conselhos Estaduais de Direitos Humanos e Segurança
2610 Pública só para como comparativo. Então, quando nós vamos se aproximar desse tema,
2611 há uma necessidade de formação da equipe e de uma base conceitual para definir o que
2612 é conselho, o que seriam os Conselhos Estaduais de Segurança Pública. Nós temos um
2613 marco teórico, um marco político que nos orienta e o marco legal, que é a própria
2614 Constituição. Esse marco legal vai definir lá que as políticas públicas em termos de
2615 Constituição, elas pressupõem mecanismos de controle e de participação oriundos da

2616 sociedade civil. Essa já é uma referência e que aí em que instâncias seriam construídas
2617 no sentido de envolver as políticas públicas com essa participação e com esses
2618 mecanismos de controle externo, de fiscalização e de envolvimento realmente da
2619 sociedade civil na construção das políticas públicas. Isso nós observamos na trajetória
2620 de algumas políticas que já têm um processo de democratização instaurados, que é no
2621 campo da saúde, educação, assistência social, que nós chamamos de Conselhos de
2622 Direitos. Esses conselhos têm algumas características que são comuns a todos eles, ou
2623 seja, existe a paridade, tem a representação da sociedade civil, tem a representação de
2624 profissionais daquele setor e tem o próprio estado ali presente na composição do
2625 conselho. Eles podem ter uma natureza deliberativa ou consultiva, depende da
2626 caminhada, mas os conselhos no campo da assistência, da saúde, da educação, dos
2627 direitos da criança, eles têm um caráter deliberativo, por quê? Porque tem um fundo e
2628 tem o recurso que vai definir onde essa verba tem que ser encaminhada, e aí os
2629 Conselhos de Direitos passam a ter um poder imenso na participação da definição da
2630 política que vai ser gestada, tanto em nível municipal, como estadual, como federal.
2631 Então, o Conanda, por exemplo, que é o Conselho Nacional de Direitos da Criança e
2632 Adolescente tem um fundo nacional, esse Conanda é composto de forma paritária e é
2633 um campo de disputas, onde a disputa no campo da política, no campo das prioridades e
2634 no campo da disputa pelo próprio orçamento, e aí ele tem um caráter deliberativo,
2635 porque a secretaria não pode desenvolver nenhuma política senão passar pela chancela
2636 do conselho. Como a segurança pública não ainda nós não acompanhamos o processo
2637 de democratização das políticas sociais, porque quando eu trago assistência social,
2638 educação, direitos da criança e adolescente, e saúde, eu estou falando do campo das
2639 políticas sociais, esses campos são premiados de lutas e movimentos de setores
2640 organizados, então tem um movimento da reforma sanitária, que vai ser um movimento
2641 muito forte que vai contribuir para a construção do SUS. O campo da educação, aí tem
2642 vários setores que têm uma organização, que não é a história desse campo da segurança
2643 pública, porque nós, recentemente, realizamos a 1ª Conferência Nacional de Segurança
2644 Pública, enquanto as outras políticas públicas já realizaram nesses 30 anos, mais de 15,
2645 20 conferências. Então, essa é uma questão que nos orientou, de que conselho nós
2646 estamos baseando, qual é o parâmetro de conselho para poder analisar a realidade dos
2647 Conselhos Estaduais de Segurança Pública. Então, nós tínhamos um marco legal, que é
2648 a própria Constituição, um marco doutrinário que nos dá uma concepção teórica de
2649 Conselhos de Direitos, e aí nesse marco teórico nós vamos encontrar diferentes
2650 concepções que têm o conselho que é mais, tem um perfil mais de Conselho Gestor, um
2651 Conselho Consultivo, que é o que caracteriza a segurança pública, que depois nós
2652 vamos falar, e tem esse Conselho de Direitos que tem esse papel mais da participação e
2653 do controle social. Os conselhos gestores são muitos constituídos no campo das nossas
2654 políticas públicas, e ele se constitui muito como um conjunto de profissionais quase
2655 sempre definidos como especialistas notáveis, o Conselho Penitenciário de Política
2656 Criminal é assim, é um conselho de notáveis, não existe processo democrático, até hoje
2657 não existe processo de escolha, e um vai indicando o outro e quase sempre são pessoas
2658 do campo do Judiciário, ou do campo da universidade e as aquelas cadeiras são
2659 substituídas e é um conselho de notáveis, que contribui ou não, aí temos que fazer uma
2660 pesquisa para ver a capacidade de influenciar a política penitenciária. Essa formação de
2661 conselhos gestores é muito comum, ela ainda é presente. Então, nós tínhamos essa
2662 referente dos conselhos gestores e dos conselhos de direitos. Como nós não tínhamos
2663 um propósito de fazer uma avaliação de efetividade de impacto, de avaliar se os
2664 conselhos são bem sucedidos, eficientes, apresentam resultados, não era o propósito e
2665 sim fazer um diagnóstico da situação dos conselhos, do funcionamento, nós trabalhamos

2666 com essas diferentes perspectivas sem pretensão de chegar numa avaliação e num juízo
2667 de valor, que não era o nosso propósito. Então, quando nós vamos colocar aqui: não há
2668 isso, há isso ou aquilo, nós estamos usando como parâmetro a referência de conselho de
2669 direitos, com essa ressalva, com essa nota de rodapé: o processo político histórico das
2670 outras políticas públicas não podem ser comparadas com a segurança pública, nós
2671 vivemos um descompasso imenso. Então, assim, é recente, é tudo muito novo, nós já
2672 estávamos escutando a discussão de vocês nessa primeira gestão de vocês, o que vocês
2673 conseguiram influenciar ou não na política? É tudo muito recente nesse campo da
2674 segurança, então vocês são os protagonistas, vocês são os que vão ficar na história
2675 daqueles que foram os primeiros a participarem de um conselho que tem uma dinâmica
2676 mais em consonância com as diretrizes de um estado democrático de direito, porque até
2677 então nós vivemos com essa dupla realidade, conselhos que não se democratizaram.
2678 Então, esse é só um comentário introdutório. Já falei então de onde é que surge essa
2679 pesquisa, UNIAC é um núcleo de pesquisa e extensão da Universidade Federal do Rio
2680 de Janeiro, que tem uma trajetória no campo da segurança pública, nós já organizamos
2681 lá dois cursos de especialização para profissionais da segurança pública, nós também
2682 realizamos a revisão do plano estadual de direitos humanos, nós temos diferentes
2683 projetos vinculados ao campo dos direitos humanos e ao campo da segurança pública.
2684 Bom, trabalhamos com o cronograma extremamente reduzido, foram seis meses que o
2685 edital previa, e claro que nós trabalhamos um pouco mais, tanto na preparação do
2686 projeto, como depois para finalização, nós terminamos o trabalho agora em agosto, e
2687 aqui estamos, então a pesquisa tem as suas consequências e esperamos vir outras vezes,
2688 ir em outros lugares, em outros fóruns para devolver, nós temos um compromisso de
2689 devolução para todos os estados que nos responderam deste trabalho. Trabalhamos
2690 então com diferentes fontes de pesquisa. Então, como eu falei, a formação da pesquisa
2691 exigiu no grupo uma discussão teórica, um marco teórico e referencial para podermos
2692 conhecer essa realidade. E também para poder definir as fontes da pesquisa, então a
2693 pesquisa teve duas fases, uma fase de mapeamento geral de todos os conselhos que
2694 estavam em funcionamento, e dos estados que tinham conselhos em funcionamento e
2695 dos estados que tinham legislações, que previa lá conselhos, mas que não estavam em
2696 funcionamento, e de estados que não tinham nem legislação e que nunca teve nada.
2697 Então, nós encontramos essa realidade, por exemplo, o Rio Grande do Sul, Rio de
2698 Janeiro, dois estados que têm uma legislação, nós vamos lá, consultamos, encontramos
2699 a legislação, mas não tem o conselho funcionando. Alguns têm a legislação, outros
2700 estavam em processo de revisão de mudança da legislação, nós encontramos então 15
2701 estados com decretos ou com leis que regulamentavam o funcionamento de conselhos
2702 estaduais. Mas, na realidade, o que nós identificamos realmente foram três em
2703 funcionamento. No campo dos direitos humanos, nós encontramos 19 conselhos
2704 efetivamente que foram visitados, eu não vou trazer direitos humanos, porque senão vai
2705 ficar uma confusão, e então esses três conselhos que nós identificamos, os três foram
2706 visitados pela equipe, especialmente pelo Francisco, Lucas e Gisele que foram a campo
2707 conhecer o funcionamento desses conselhos. E a pesquisa então teve essa fase do
2708 mapeamento geral e depois do conhecimento mais específico do funcionamento, que
2709 decorreu das visitas ao campo das entrevistas com os gestores. Não foi uma experiência
2710 muito fácil no sentido da aquisição da informação, especialmente daquelas secretarias,
2711 daqueles órgãos que não tinham o conselho funcionando, os motivos, então não sabiam
2712 da história, não havia informação, por que não tem conselho nesse estado? Esses
2713 elementos nós tivemos dificuldade de buscar os fatores políticos e históricos pela não
2714 efetivação dos conselhos. Qual era o nosso objetivo então com essa pesquisa? Nós
2715 tínhamos o propósito de fazer um diagnóstico, como já foi falado, dos conselhos

2716 estaduais de direitos humanos e segurança pública em funcionamento, então nós não
2717 tínhamos como aprofundar detalhadamente aqueles estados que já tiveram conselhos e
2718 que depois pararam, como aconteceu, imagina 15 estados lançaram, criaram legislações,
2719 alguma história, alguma experiência eles já tiveram, nós não tivemos como aprofundar
2720 essas 15 experiências. Então, nós trabalhamos nesse tempo agora dessa atual conjuntura.
2721 E a ideia era poder trazer subsídios para futuras políticas no campo da construção
2722 democrática, da segurança pública na lógica dos conselhos de direitos, então mapear o
2723 que está sendo construído, como que está sendo construído, como que esses conselhos
2724 estão funcionando e como que esses conselhos estão sendo gestados. Vocês querem
2725 fazer alguma colocação? Podem interromper. Dentre os objetivos específicos, nós
2726 tínhamos, tivemos a preocupação de conhecer então as condições, a estrutura, o
2727 funcionamento, o modo de operacionalização, o aporte financeiro, os canais de
2728 comunicação que os conselhos utilizavam. Aqui tem, nós chamamos de experiências
2729 bem sucedidas não no sentido que elas sejam experiências positivas ou negativas, mas
2730 experiências que conseguem ter uma continuidade, que conseguem ter uma
2731 institucionalidade, uma permanência dentro do campo do conselho dos direitos e dos
2732 direitos humanos. A capacidade dos direitos humanos e da segurança pública influenciar
2733 nas políticas estaduais, e isso nós não tínhamos como avaliar, nós tínhamos como
2734 coletar a informação oriunda do depoimento dos conselheiros e dos próprios presidentes
2735 ou secretários. As estratégias utilizadas pelos conselhos para disseminar o seu próprio
2736 trabalho, ou seja, através da, que nem vocês estão discutindo agora, vocês estão
2737 produzindo um relatório de prestação de contas, um relatório final desta gestão, deste
2738 conselho, quais são as estratégias para que essas informações tenham visibilidade?
2739 Quais são os canais? A forma de prestação de contas, e não só como que os conselhos
2740 cobram e controlam e fiscalizam a prestação de contas da própria política de segurança
2741 pública. E o grau de representação dos conselheiros dentro do próprio conselho, ou seja,
2742 do próprio conselho na sociedade, então quem está lá representando a sociedade, os
2743 segmentos da política da segurança pública dentro dos conselhos? Nós tínhamos,
2744 tentamos levantar esse tipo de informação. Então, em relação ao perfil, antes de passar
2745 para o perfil, eu queria falar um pouco do que o perfil está associado à paridade na
2746 composição. Então, o que se observou no campo da segurança pública, vocês podem
2747 observar que nós identificamos aí esses três estados já eram identificados, já tinham
2748 sido nos passado como estados que tinham conselhos estaduais de segurança pública,
2749 fornecidos pelo Ministério da Justiça, Alagoas, Ceará e Pará, só esses três estados têm
2750 conselhos em funcionamento. No decorrer da pesquisa, nós aplicamos diferentes
2751 instrumentos na primeira fase da pesquisa e na segunda, um dos instrumentos, como eu
2752 falei, era um instrumento para levantar informações de o porquê não tinha conselho no
2753 estado, e aí numa das respostas vinha que não, nós temos conselho. Mas, já se tinha
2754 feito consulta, porque a primeira fase foi feita várias estratégias de consulta, telefônica,
2755 envio por *e-mail*, tentativas de contato com os gestores, tem conselho, não tem conselho
2756 e tentar o contato mais direto via secretaria com os representantes. No final, quando
2757 respondiam aquele instrumento do não tem conselho para entender os motivos, vinha lá
2758 uma resposta: temos conselho, como foi o caso de Goiás. Então, a experiência de Goiás
2759 eu acho que Gisele é importante ela compartilhar, que é uma experiência que ilustra o
2760 que aconteceu, se puder contar.

2761

2762 A **Sra. Gisele (UFRJ)** – Sim, em Goiás, por exemplo, nós fomos eu e uma outra
2763 pesquisadora, a Nívia, que não está aqui presente, conhecer experiência do Conselho
2764 Estadual de Direitos Humanos. O Conselho Estadual de Direitos Humanos lá por acaso
2765 funciona dentro da Secretaria de Segurança Pública, era um caso diferente. E nós

2766 estávamos naquele espaço, tivemos a oportunidade de tentar conseguir falar com
2767 alguém que nos pudessem apontar os motivos para a não existência do Conselho
2768 Estadual de Segurança Pública. E nós conhecemos lá, brevemente, uma experiência dos
2769 conselhos comunitários de segurança pública, eu entrevistei o presidente do Conselho
2770 Estadual de Direitos Humanos na sala ao lado da Coordenadoria dos Conselhos
2771 Estaduais de Conselhos Comunitários de Segurança Pública, e ele me informou, eu tive
2772 a oportunidade de conversar com ele, com o coordenador, me informou que não existia
2773 de fato o Conselho Estadual de Segurança Pública, que não havia essa perspectiva no
2774 estado, e enfim, eu estava lá, estava na secretaria e tive essa informação oficial de que
2775 não havia Conselho Estadual, no entanto, quando eu retorno para o Rio de Janeiro
2776 numas semanas seguintes, nós recebemos um retorno a partir do instrumento da
2777 secretaria afirmando que existia Conselho Estadual de Segurança Pública, e inclusive
2778 um dos conselheiros seria a pessoa com a qual eu falei, enfim. Então, isso é um retrato,
2779 não só dessa confusão com relação ao que é de fato o Conselho Estadual, mas que
2780 existem essas informações numa mesma instituição que estão completamente
2781 divergentes.

2782

2783 **A Dra. Miriam Guindani (da UFRJ)** – Então, o Maranhão tem um conselho que
2784 quando vamos olhar a legislação, é um conselho de polícias, que ele tem uma outra
2785 atribuição, eles até recebem jetom na legislação, (*intervenções fora do microfone*)
2786 Então, encontramos esse, mas aí eles responderam que não tinha e que estava
2787 desativado. Temos um banco de dados que foi criado com a pesquisa, com as várias
2788 informações de cada estado, daqueles responderam, dos que não responderam, isso já
2789 foi fornecido para o Ministério da Justiça e eu espero que vocês tenham acesso a essas
2790 informações detalhadas. Mas, efetivamente, três estados têm conselhos em
2791 funcionamento, têm uma sede, têm uma secretaria, têm reuniões, ou quinzenais, ou
2792 mensais, têm toda uma estrutura, têm regimento interno, Alagoas, eu acho que Alagoas
2793 é o que tem *site*. Os outros não, que tem um *site* e Ceará, têm links. Então, eles já têm
2794 uma história, Pará seria o conselho que mais tem uma caminhada em termos de
2795 continuidade, porque o Ceará começou, foi interrompido, o Pará tem um acúmulo em
2796 termos de documentação, em termos de produção de uma memória dessas experiências
2797 desse conselho. Esses três aqui então eles estão ali aparecendo, eles se definem e nós
2798 temos que respeitar, porque eles se definem como tendo conselhos, mas nós não
2799 levantamos, não conseguimos identificar e aí já tinha passado da fase das visitas ao
2800 campo. Então, o que essa experiência de Goiás ilustra uma dificuldade encontrada que
2801 quando eu fui para o Rio Grande do Sul, no Rio Grande do Sul é um estado que o
2802 governador, nosso ex-ministro Tarso Genro está lá agora no governo, e o Rio Grande do
2803 Sul não tem nem Conselho de Direitos de Humanos e não tem nem Conselho de
2804 Segurança Pública, e isso chamou atenção, vamos tentar entender por que o Rio Grande
2805 do Sul não tem. Porque como eu sou de lá, eu conheço a caminhada e eu sabia que em
2806 algum tempo tinha tido esse Conselho de Segurança Pública. E aí ao entrevistar o gestor
2807 da Secretaria, houve toda uma exposição de motivos políticos por que não ter o
2808 Conselho Estadual de Segurança naquele momento, argumentações políticas. E eles
2809 começaram então a ver outras pessoas mais antigas que pudessem ajudar na história.
2810 Quando estava terminando de anotar, registrar experiência, surge num mesmo andar,
2811 numas das três salas ao lado, outra pessoa com toda uma proposta de reativação do
2812 Conselho Estadual de Segurança Pública, e a gestora chefe do gabinete do Secretário
2813 havia afirmado que não haveria, que não seria implantado o Conselho Estadual de
2814 Segurança Pública dentro da mesma Secretaria, dentro do mesmo órgão, pessoas com
2815 diferentes entendimentos, isso é o reflexo de como que está a realidade das concepções

2816 de como construir esses espaços de participação e democrático, além disso, a segurança
2817 pública tem outra peculiaridade, que são os conselhos comunitários que concorrem no
2818 entendimento e na construção política, os conselhos comunitários de segurança pública
2819 chamados CONSEGs pela maioria dos estados, que tem então assim longa trajetória,
2820 longa caminhada e como no Paraná, em São Paulo tem *sites*, tem outros estados que tem
2821 o Fórum dos Conselhos Comunicações de Segurança Pública. Então, assim, já tem uma
2822 intencionalidade e há por parte do governo federal uma indução agora para que os
2823 estados receberem os seus recursos, eles precisam ter os conselhos Comunitários de
2824 Segurança Pública implantados, ou seja, há um estímulo para que seja criado o
2825 Conselho Comunitário de Segurança e o gestor lá fica, eu me coloco no lugar dos
2826 gestores, primeiro ele é estimulado, é pressionado para conseguir o recurso, a construir,
2827 a fomentar, a criar espaços de construção dos conselhos comunitários. Agora, nos
2828 últimos 8 anos, 10 anos, os GGIs, o GGI é muito parecido a sua composição com alguns
2829 conselhos estaduais de segurança pública, os órgãos que participam do GGI são os
2830 mesmos que participam dos conselhos hoje estaduais de segurança pública, Defensoria,
2831 OAB, Ministério Público, as polícias do GGI conseguem chamar em alguns estados as
2832 polícias federais, mas têm em alguns estados que têm a Polícia Federal. A legislação
2833 que constrói esses Conselhos Estaduais é muito heterogênea. Então, assim, o que eu
2834 estou trazendo para vocês? O que nós identificamos na pesquisa? Há uma diversidade
2835 conceitual de concepção de como criar espaços de consulta e de participação não só dos
2836 atores institucionais do campo da justiça e segurança, outros atores para além da
2837 Secretaria Estadual, então, assim, eu preciso contar com o Poder Judiciário, eu preciso
2838 contar com o Ministério Público, eu preciso contar com a sociedade civil, e essa
2839 integração, essa interação pode se dar tanto via Conselho Estadual, como Conselho ou
2840 GGI, ou Conselho Comunitário. Essas três instâncias estão lá no estado provocando nos
2841 gestores uma demanda que precisa ser debatida e é uma sugestão lá indo para lá uma
2842 das sugestões que nós encaminhamos para o CONASP, um debate profundo sobre essas
2843 três instâncias de participação, de interação, integração, discussão e de influência na
2844 política pública da segurança pública. Bom, essa forma de construção dos conselhos
2845 estaduais fez com que eles se revelassem conselhos que não têm como os outros direitos
2846 uma paridade, uma participação distribuída, onde a sociedade civil, como aqui, os
2847 Conselhos Estaduais não estão em consonância com o CONASP, dito de outra forma,
2848 eles não têm a presença da sociedade civil ali na construção da sua formação. E aí
2849 quando vai consultar o que eles entendem, só o Pará, mas ele é só um setor, não é
2850 paritário. Mas então, igual? (*intervenção fora do microfone*) Mas vocês estão incluindo
2851 a OAB? (*intervenção fora do microfone*) É. Porque daí, o que acontece? A OAB que é o
2852 órgão que representa a sociedade civil, que está presente em todos os conselhos, então a
2853 OAB acaba incorporando o lugar da sociedade civil. Tem a Defensoria Pública que
2854 representa a sociedade, também o Ministério Público representa a sociedade, então é um
2855 outro debate, quem são os representantes da sociedade civil? São órgãos oriundos das
2856 organizações da sociedade civil, e aí a OAB é uma organização que representa uma
2857 classe de profissionais, que são os profissionais da área do direito, é um setor, aqui nós
2858 temos representantes, não tem Conselho de Psicologia? Então, não se verificou essa
2859 representação nesse setor, nós podemos dizer que na área da justiça a psicologia não
2860 está tão presente como a área do direito, pode ser um argumento, mas, historicamente, a
2861 área que está lá presente é a OAB. E o Pará é o conselho que se diferencia dos outros
2862 dois e dos demais, nós analisamos, nós fizemos duas análises, a análise das legislações
2863 que são 15 legislações, então pouquíssimas têm a presença da participação civil.
2864 Quando tem, ela é oriunda do setor da igreja católica, já está definido o setor.
2865 (*intervenção fora do microfone*) Oriundo da igreja católica ou OAB, que é bem

2866 diferente lá do campo, bem diferente na construção e composição no campo dos direitos
2867 humanos. Essa composição não paritária vai definir um perfil também, um perfil dos
2868 conselheiros, que têm...(intervenção fora do microfone)

2869

2870 **O Sr. Lucas Rangoni (UFRJ)** - Então, a questão do perfil, na verdade, todos esses
2871 eixos, eles estão interligados de alguma maneira, nós tentamos destacar, separar um
2872 pouco. Como a Miriam estava colocando, a questão da composição vai caracterizar um
2873 determinado perfil dessas pessoas, que estão compondo esses conselhos. E aí quando
2874 nós vamos ver, fazer uma análise até um pouco mais superficial para saber quem é que
2875 acompanha esses conselhos, nós vemos uma grande hegemonia de pessoas brancas,
2876 homens de idade entre 40 a 60 anos de idade e com índice de formação muito grande,
2877 nós achamos interessante que mais de 50%. têm os dados corretos no relatório, têm
2878 graduação e boa parte com mestrado e doutorado, têm uma boa qualificação acadêmica
2879 que nós podemos dizer. E aí se nós pegamos, por exemplo, no estado do Pará, que é
2880 onde aparece a composição da sociedade civil com mais veemência, nós vemos que as
2881 pessoas, os conselheiros que têm menor qualificação acadêmica são os representantes da
2882 sociedade civil. E por outro lado também, a maior parte dessas pessoas que tem menor
2883 formação acadêmica também é negro, dá para fazer esses comparativos, porque eu acho
2884 que são traços, que, de alguma forma, são gerais. Eu acho que aí entra também uma
2885 questão, que também a Miriam pode tocar um pouco, que faz a relação a necessidade de
2886 capacitações e qualificações que esses conselhos solicitam, nós fizemos a pesquisa a
2887 campo, tanto nos instrumentos enviados para nós pelos conselheiros, quanto pelas
2888 entrevistas que nós fizemos com os presidentes e nos grupos focais, existe uma
2889 demanda muito grande por qualificação. Isso quer dizer que a qualificação acadêmica
2890 dos conselheiros ter mestrado, ter doutorado, não os garantem com uma qualificação de
2891 certa forma coerente para atuar dentro do conselho. (intervenção fora do microfone)
2892 Exatamente.

2893

2894 **A Dra. Miriam Guindani (UFRJ)** – Então, essa qualificação não é uma qualificação
2895 profissional e sim uma qualificação para o próprio significado do que é um Conselho de
2896 direitos, então o que é está atuando no caráter mais consultivo, como que nós vamos
2897 influenciar e quais são as estratégias? Hoje nós ficamos aqui observando o debate de
2898 vocês, qual é a estratégia de um Conselho que tem uma natureza consultiva, como é que
2899 ele vai incidir na política? Então, é simplesmente lendo o plano ou programa estadual de
2900 segurança pública, que é apresentado, então faz uma sessão, participa do lançamento do
2901 plano, dá a sua chancela, é esse tipo de contribuição? Ou quando surge uma desgraça,
2902 ele vai acolher as denúncias, então, ele pede audiência pública, o que nós observamos
2903 muitas vezes é que os conselhos têm dificuldade de pensar o seu lugar enquanto
2904 conselho no campo da política pública, há uma ausência de formação no entendimento
2905 do que seria o lugar do conselho de direito numa lógica de estado democrático de
2906 direito. Como nós não temos essa trajetória nesse campo, não há esse tipo de formação
2907 diferente dos outros conselheiros de outros campos, que estão lá na luta política, porque
2908 o conselho de direitos é um campo de disputa e luta constante, de concepção pela luta
2909 da política que está sendo gestada. Essa luta vai se dar através de condução do lugar que
2910 nós vamos ocupar nas comissões, tem o lugar de lutar pela visibilidade, tem o lugar de
2911 acolher as denúncias, muitas vezes o conselho fica reativo às denúncias, e ele fica,
2912 então, sendo encolhido pela demanda das denúncias e não consegue parar para pensar o
2913 seu lugar. Isso é resultado do quê? De uma própria formação, mas essa formação não
2914 significa que o Ministério da Justiça e nem o Conasp criar uma cartilha, um manual que
2915 define as competências e o perfil do que seria um conselheiro no campo da segurança

2916 pública, mas é uma discussão conceitual do próprio lugar, que, historicamente, nós não
2917 temos esse lugar, esse lugar inexistente, nós não temos essa experiência, há uma
2918 experiência a ser construída. Então, nós fizemos um encontro essa semana no Rio de
2919 Janeiro para apresentar os dados lá com os profissionais, e estava presente lá uma
2920 pessoa que já tinha realizado outra pesquisa, e ela trouxe e nós não podemos também
2921 querer ficar sempre numa relação com as outras, com o campo da saúde, porque nós
2922 estamos sempre, tem o SUS, tem o SUSP, tem o SUAS, mas elas servem, essas
2923 caminhadas, essas trajetórias, servem como referência, não como modelo para aplicar
2924 mecanicamente que isso nós sabemos, ninguém é ingênuo politicamente que tem vários
2925 meandros, várias aspectos dessa política, a política de segurança pública não é
2926 municipalizada e as outras todas são municipalizadas. O município quando tem a
2927 política, ela tem um orçamento que amarra por uma lei que vai definir por um
2928 orçamento muda totalmente a concepção e a gestão da política, a segurança não tem
2929 esse orçamento, ele não é público, não se presta conta das despesas, não tem um
2930 controle, então, muita coisa é diferente. O que acontece? Os conselhos acabam
2931 absorvendo as demandas das questões das tragédias, das questões emergenciais, e não
2932 consegue pensar a política em si. Por isso a importância de uma capacitação para pensar
2933 esse lugar que ainda nós não construímos historicamente na nossa experiência nacional.
2934 *(intervenções fora do microfone)* Então, outra questão é a relação do conselho do
2935 Conasp com o conselho estadual e também do conselho estadual com os outros
2936 conselhos. Nessa reunião de quarta, um conselheiro trouxe: “O Conasp nunca se
2937 encontrou com o Conselho Nacional de Políticas de Drogas”, não houve essa discussão,
2938 e o que nós observamos, por exemplo, como nós estudamos o Conselho de Direitos
2939 Humanos, a principal demanda do Conselho de Direitos Humanos são questões ligadas
2940 ao campo da segurança e ao campo penitenciário, e nós sabemos que direitos humanos é
2941 uma questão transversal, mas como é uma pauta que é transversal e tem os outros
2942 conselhos: os direitos da mulher, os direitos do idoso, ele vai trabalhar ou com a questão
2943 da segurança pública, penitenciária, ou com a questão indígena, dependendo da região.
2944 A segurança pública vai trabalhar com uma pauta que ela pode ser definida, mas ela não
2945 é demandada por pressões dos movimentos, porque ele não tem essa articulação com os
2946 movimentos. Então, quase é um conselho que está blindado, porque ele está numa
2947 posição de conselho consultivo ao secretário ou ao governador, em alguns casos. Em
2948 outros casos, o conselho tem um papel de correição, quase uma corregedoria, como é o
2949 caso de Alagoas, em Alagoas o Conselho de Segurança tem essa competência de punir
2950 as faltas, as violações. Então, vocês veem que o debate sobre esse lugar do conselho e a
2951 interação com os outros conselhos, e aí o Conasp tem um papel fundamental e
2952 estratégico de provocar essa interação, não só em nível federal, mas estimular com os
2953 estaduais também, e aí chamando os outros conselhos, porque não é simplesmente uma
2954 reunião com os conselhos estaduais aqui, mas chamando os outros conselhos que lidam
2955 com a pauta de segurança pública, porque a pauta que está sendo absorvida pelos outros
2956 conselhos, porque a própria segurança pública de repente está em um outro lugar, que é
2957 esse lugar mais consultivo, não sei se eu estou me fazendo clara. Bom, em relação à
2958 estrutura e condições de funcionamento dos conselhos, se observa que os conselhos,
2959 com exceção, me corrija, do Ceará, ele conquistou através de um decreto um recurso,
2960 tem um orçamento mínimo, eu acho que é pequeno, tem 50 mil, à época, para poder
2961 desenvolver as suas ações e tem todo um suporte, um aporte, mas a realidade dos
2962 conselhos de segurança pública agora comparando com direitos humanos é até uma
2963 realidade mais privilegiada em termos de estrutura, de funcionamento, até porque a
2964 relação é muito próxima, são conselhos que têm uma relação próxima em termos de
2965 apoio, de estrutura, que, na realidade, dos direitos humanos assim são bem precárias as

2966 condições de funcionamento dos conselhos. *(intervenções fora do microfone)*
2967 Geralmente, eles estão dentro das próprias secretarias, e isso depende, em alguns
2968 estados, por exemplo, no Rio de Janeiro, a Secretaria de Direitos Humanos acolhe todos
2969 os conselhos de direitos, mas lá ainda não tem segurança pública, mas todos os outros
2970 conselhos ficam no mesmo prédio, então o Poder Executivo tem que dar o suporte
2971 financeiro, garantir os funcionários. Em relação à questão da representatividade,
2972 voltando, é outro tema que aqui nós vivemos aqui hoje, porque dependendo da
2973 legislação analisando as 15, o secretário é o presidente do conselho, e é o secretário, não
2974 tem eleição do presidente, não muda, porque têm alguns conselhos que têm o
2975 representante, um ano é o representante do governo, o outro ano é representante da
2976 sociedade, por eleição. alguns é o secretário, outros até o governador, eu não me lembro
2977 mais, mas imagina o governador a cada 15 dias na reunião do conselho. Em Minas
2978 Gerais é o vice-governador que é o presidente, mas nós sabemos que tinha uma história
2979 daquele vice-governador, que quando cria a legislação ele tinha uma ligação, ele é
2980 secretário de segurança, então ele acabava tendo uma presença, que eu não sei se o vice
2981 hoje participa dessa...Todos são capítulos à parte (risos). Mas, a questão da
2982 representação da presidência, em alguns, eu não sei o Ceará, eles votam, eles escolhem
2983 a vice-presidência, o próprio conselho, não, o Ceará vota e escolhe o presidente, dos três
2984 é o único que é democrático, e esse processo democrático do Ceará é no início dos anos
2985 90, não é uma coisa recente, incrível, eu me lembro que eu fiquei impressionada, porque
2986 as outras 14 legislações já definem é o governador que escolhe. E é uma questão que
2987 alguns acham que é importante e estratégico ter a presença do secretário porque se não
2988 tiver o secretário não discute e não avança. Outros vão dizer: “Bom, não adianta ter um
2989 presidente que não vem, que está sempre mandando alguém”. E aí o conselho fica
2990 inviabilizado, porque o presidente acaba não ocupando o lugar da presidência. Então, é
2991 um debate também se essa presidência precisa eleita, precisa ser distribuída a cada dois
2992 anos e precisa ser o secretário ou o representante que tem a legitimidade política, que
2993 tem acesso ao secretário para representar o secretário. E isso também entra na questão
2994 da representação, quem do governo está presente no conselho? É alguém que tem
2995 legitimidade, é alguém que tenha a ligação com o governo, ou é aquele funcionário que
2996 está dando trabalho, que eles mandam para o conselho, porque isso muitas vezes
2997 acontece. O funcionário que eles não querem, eles mandam para o conselho, então fica
2998 lá o funcionário representando o estado, mas ele não tem nenhuma relação com a gestão
2999 da política, ele está só fazendo presença na reunião do conselho. *(intervenções fora do*
3000 *microfone)* Ele está em disponibilidade, isso se observa bastante. *(intervenções fora do*
3001 *microfone)*

3002
3003 **O Sr. Francisco Colagge (UFRJ)** – Bom-dia. *(intervenções fora do microfone)* Esse
3004 segundo ponto eu acho que é a percepção da política de segurança pública e do papel do
3005 conselho, que comparando com a questão dos direitos humanos, enfim, numa
3006 comparação que nós gostaríamos de fazer, mas nós acreditamos até pelo fato da
3007 estrutura ser um pouco melhor também do peso que a segurança pública tem nos
3008 estados que ela não tem, no caso dos direitos humanos, por exemplo. Então, quando nós
3009 vamos ver, por exemplo, Alagoas que tem um conselho forte que tem a presença da
3010 mídia o tempo todo participando das ações do conselho, o conselho é reconhecido
3011 socialmente, que é diferente de outros estados, por exemplo, que a maioria da população
3012 nem sabe que existe um conselho que delibera as políticas, que trata das políticas com
3013 relação àquela área temática, isso não acontece em Alagoas, lá o conselho está sempre
3014 na mídia, as pessoas conhecem o conselho. A percepção que eles têm muito de

3015 segurança pública, pelo menos na parte dos três conselhos que nós visitamos, ainda é
3016 uma percepção muito policialesca...

3017

3018 **A Dra. Miriam Guindani (UFRJ)** – Mas, o conselho de Alagoas tem esse papel de
3019 punição...

3020

3021 **O Sr. Francisco Colagge (UFRJ)** – Que é delegado pelo próprio governador. Então,
3022 em alguns casos o governador até passa para o conselho algumas demandas que para
3023 eles são aborrecidas, digamos assim, então, por exemplo, para você definir segurança
3024 pessoal para determinadas pessoas que estão sofrendo, que são vítimas de ameaça. Por
3025 exemplo, um político que é vítima de uma ameaça, então para retirar do governador esse
3026 papel de definir se ele vai ter uma segurança privada ou não, ele tem uma série de
3027 correlações políticas por baixo disso, que podem trazer algum malefício para o
3028 governador, ele delega essa determinação para o conselho. Então, ele passa para uma
3029 instância, que seria em tese, entre aspas, superior a ele, e não ficaria na figura do
3030 governador esse papel. Mas, de maneira geral nos discursos que nós percebemos nas
3031 dinâmicas que nós realizamos, a percepção que os conselheiros têm em segurança
3032 pública é ainda uma percepção muito relacionada à noção de que é algo que é de papel
3033 da polícia, então segurança pública é para essas pessoas uma questão de polícia, de
3034 como de certa forma você vai maximizar uma ação policial sobre as questões
3035 relacionadas à criminalidade, que é muito diferente, por exemplo, da noção dos
3036 conselhos de direitos humanos, que já vão ter uma outra percepção um pouco mais
3037 ampla, apesar de os conselhos de segurança pública, eles trazerem à baila de que é uma
3038 questão que tem que ser tratada com outras políticas, com outros atores, quando você
3039 vai analisar de forma mais profunda, tem sempre aquele discurso, que eu acho que é o
3040 que a Miriam já colocou aqui da segurança pública atrelada, àquela visão que ela
3041 sempre teve do período ditatorial, uma visão de segurança pública que nós sempre
3042 tivemos no Brasil. Nós já falamos sobre a ausência de capacitação e mecanismos de
3043 qualificação dos conselheiros, a própria questão da relação do Conasp com os
3044 conselhos, foi a última pergunta que nós fazíamos para o presidente e todos eles eram
3045 unânimes em dizer que era praticamente nula. E eles cobravam isso do Conasp, eles
3046 achavam que o Conasp tinha que ter essa iniciativa de direcionar os conselhos estaduais
3047 e de engrandecer essa relação. Antes das sugestões, eu só queria colocar que esse fluxo
3048 de comunicação entre Conasp e o conselho estadual também se dá com os conselhos
3049 municipais. Então, não há uma rede, há uma hierarquia invisível onde ninguém conhece
3050 ninguém, cada um tenta fazer o seu papel, mas não há um contato mais perene ou mais
3051 denso entre nenhuma dessas três instâncias. (intervenções fora do microfone)

3052

3053 **A Dra. Miriam Guindani (UFRJ)** – Então, nós temos algumas sugestões de
3054 encaminhamento, não só para o Conasp, mas também para o Ministério da Justiça, mas
3055 eu acho que é legal nós abirmos para um debate e depois faremos a leitura das
3056 sugestões, pode ser assim? (*intervenções fora do microfone*) Nada mais certo que um
3057 encaminhamento daquilo que nós identificamos no diagnóstico. (aplausos).

3058

3059 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma
3060 Brasil)** - Nós queremos registrar às pesquisadoras nossos agradecimentos, Miriam
3061 Guindani, Gisele Martins, Francisco, Lucas e que vocês ficassem à vontade.

3062

3063 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores
3064 Municipais de Segurança Pública)** – Bom, eu queria parabenizar a equipe pela

3065 pesquisa, eu acho que nós temos muito pouco acúmulo sobre trabalhos na área de
3066 segurança pública e direitos humanos, sobre o que acontece nos estados, e sem dúvida
3067 essa pesquisa vai contribuir para a reflexão aqui do Conasp e da própria Secretaria de
3068 Segurança Pública para entender a dinâmica do funcionamento dos conselhos de
3069 segurança pública. Um dos pontos que achei importante na pesquisa, é que além dos
3070 conselhos de segurança, também abordar os conselhos de direitos humanos ou
3071 conselhos de defesa da pessoa humana, e aí me permita fazer dois destaques: eu acho
3072 que uma questão, que eu não sei se a pesquisa abordou, que é um campo de análise
3073 crítica importante, é quando os conselhos de direitos humanos dialogam diretamente
3074 com o setor de segurança pública, eu tenho uma visão genérica, não tenho estudo sobre
3075 isso, mas o meu entendimento é que os conselhos de direitos humanos trabalham muito
3076 mais o tema segurança pública e os próprios conselhos de segurança pública. Então, ele
3077 não poderia ser um apêndice, deveria ser uma reflexão maior de que conselhos nos
3078 estados de direitos humanos, direto ou indiretamente, seja através de recebimento de
3079 denúncias, ou de propostas, eles estão mais voltados à questão da segurança pública. E
3080 aí o registro pontual, sem querer ser bairrista, na análise da legislação e regimentos dos
3081 conselhos de estaduais de direitos humanos e sobre a composição, eu senti falta aqui de
3082 uma leitura ou pelo menos um apontamento sobre o Conselho Estadual de Defesa da
3083 Pessoa Humana do estado de São Paulo. (*intervenção fora do microfone*) Esse conselho
3084 que eu ajudei a construir na década de 90 com várias entidades, ele é composto
3085 (*intervenção fora do microfone*) eu não participo do conselho, só estou fazendo o
3086 registro, ele é um conselho que tem 80% da sua composição da sociedade civil, seis
3087 entidades de direitos humanos, dois representantes da Comissão de Direitos Humanos
3088 da OAB, um do Executivo e um da Assembleia Legislativa, de modo que toda a
3089 presidência do conselho é da sociedade civil, e ele é um dos poucos conselhos que tem
3090 entre as suas atribuições encaminhar ao governador do estado a lista tríplice para o
3091 Ouvidor das polícias Civil e Militar. Eu acho que essa é uma prerrogativa fundamental
3092 do conselho, quem indica o ouvidor da polícia no estado de São Paulo é a sociedade
3093 civil, e o governador recebe uma lista composta, feita pelo Conselho de Segurança
3094 Pública. Então, essa composição permite que o *ombudsman* da polícia tenha um perfil
3095 mais voltado à sociedade civil do que às corporações. É uma pena não ter feito esse
3096 registro, porque do ponto de vista da participação da sociedade civil o que aconteceu lá
3097 em 1990 no governo Orestes Quércia foi uma conquista da sociedade importante, a
3098 última redação do conselho foi feita pelo jurista Fábio Konder Comparato,
3099 representando a Comissão de Justiça e Paz. Só para dizer que talvez em outro momento
3100 nós pudéssemos fazer esse debate ou esse estudo sobre o tamanho da participação dos
3101 conselhos de direitos humanos na área de segurança pública, e que é possível que nós
3102 tenhamos a perspectiva dos conselhos estaduais de direitos humanos acompanharem
3103 mais a composição que surgiu a partir da 2ª Conferência, que é um reflexo aqui neste
3104 Conasp com participação da sociedade civil majoritariamente, de trabalhadores e
3105 gestores na área de direitos humanos do que na própria composição de segurança
3106 pública, que com toda ressalva de dois, três estados, a maioria desses conselhos é muito
3107 voltada à lógica da própria composição das secretarias de Segurança Pública. Obrigado.

3108
3109 **A Dra. Miriam Guindani (UFRJ)** – Posso só fazer um complemento? Então, só
3110 justificar, eu agradeço as colaborações do Mariano, e concordo com ele, e lamentamos
3111 muito que São Paulo não tenha participado. Nós tínhamos na região Sudeste: Minas
3112 Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, então a região Sudeste iria contemplar, eram
3113 duas por região e nós iríamos contemplar quatro, e foram várias insistências por
3114 telefone, por *e-mail*, temos tudo registrado, e realmente sempre foi uma referência, eu

3115 tenho essa referência do Conselho de Direitos Humanos de São Paulo e é sintomático
3116 também, como que São Paulo responde a esses outros de fora, porque não tem motivo
3117 para não dar nenhum tipo de retorno, então nós pedíamos relatórios, nós pedimos
3118 documentos, nós marcamos idas, nós íamos até lá visitar, não podiam nos atender. Não
3119 tem explicação na questão de um órgão que se coloca como representativo de um setor e
3120 que tem uma relação com a sociedade não nos receber, porque nós estávamos ali
3121 enquanto universidade fazendo uma pesquisa, então, ele pode ter todas essas conquistas,
3122 eu gostaria de deixar isso aqui registrado publicamente, eu acho que eticamente é muito
3123 complicado nós não nos darem o mínimo de resposta, e acho que isso é dos conselhos, a
3124 prestação de contas, a visibilidade através de *site*, de resposta aos envios. É uma questão
3125 bem complicada. Alguns estados foram bem difíceis no sentido de não responder.
3126 Quando um órgão existe, tem memória e tem história, é inexplicável. Quando um órgão
3127 está na confusão, fechamos e abrimos...

3128

3129 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
3130 **Brasil)** - Dra. Miriam, eu pediria para nós darmos uma sequência, a senhora fechar
3131 numa síntese, porque é a questão do horário. De três em três seria melhor, a senhora
3132 responder de três em três?

3133

3134 **A Dra. Miriam Guindani (UFRJ)** – Pode ser.

3135

3136 **O Sr. Luiz Gonzaga (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
3137 **Estaduais – ANASPRA)** - Bom dia a todos e todas. Dra. Miriam, primeiro eu quero
3138 conhecer bem o estudo, mas gostaria de ter...

3139

3140 **A Dra. Miriam Guindani (UFRJ)** – Vocês não receberam?

3141

3142 **O Sr. Luiz Gonzaga (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
3143 **Estaduais – ANASPRA)** - Eu estou substituindo um conselheiro hoje, muito embora
3144 tenha participado aqui do conselho anteriormente, eu estou especificamente substituindo
3145 o conselheiro titular. Mas, eu queria uma impressão específica de Minas Gerais, porque
3146 Minas Gerais não tem Conselho de Segurança Pública, lá tem o Conselho de Defesa
3147 Social, estabelecido na Constituição desde 89, e que até muito recentemente e
3148 absolutamente não se reúne, porque a configuração da gestão da segurança pública em
3149 Minas é de uma Secretaria de Defesa Social, portanto, os membros desse conselho, no
3150 campo da segurança pública, são todos gestores da segurança pública dentro da
3151 coordenação da Secretaria de Defesa Social, a última ação concreta que eu sei desse
3152 Conselho foi a indicação do ouvidor que, por conta de um edital, retirou do Coned e
3153 colocou nesse Conselho, presidido pelo vice-governador, que teve que ser informado
3154 que era dele a competência de reunir o conselho e fazer essa indicação da listra tríplice.
3155 Então, na nossa perspectiva, e do ponto de vista de conselho e de elaboração e gestão de
3156 políticas de segurança é zero, e também não tem paridade nenhuma, tem o Sindicato de
3157 Jornalistas e a OAB, e me parece que o Coned tem uma representação, aí vem a
3158 Assembleia Legislativa e os gestores da polícia. Então, na minha avaliação, de fato, não
3159 existe o Conselho de Segurança Pública em Minas Gerais, existe essa conformação
3160 dentro do Conselho de Defesa Social. E aí eu queria saber mais especificamente a
3161 impressão. E em relação aos conselhos municipais de Segurança Pública, conselhos
3162 comunitários de segurança pública, qual de fato na avaliação da pesquisa é o papel e
3163 tem sido esse papel, porque na nossa perspectiva, o conselho nasceu também com o
3164 objetivo de aproximação da Polícia Militar basicamente com a sociedade, e que na

3165 maioria das vezes eles estão buscando um privilégio na ação policial, e alguns querendo
3166 ser comandante de polícia, no caso de Minas Gerais. Eu gostaria dessa impressão
3167 também dos Conselhos Comunitários de Saúde da sua eficiência na contribuição das
3168 políticas e no controle externo da Polícia Militar, da Polícia Civil, da segurança pública
3169 como um todo.

3170

3171 **O Sr. Marcos Resende (Coletivo de Entidades Negras)** - Eu queria parabenizar a
3172 equipe pelo trabalho, e seguindo um pouco do que o Gonzaga colocou, eu já ouvi que
3173 vamos ter acesso a esse material, seria importante, porque quando nós fizemos a
3174 análise e isso estaria inserido, haja vista que já foi uma resolução durante esse nosso
3175 biênio de que nós iríamos trabalhar para instalar conselhos estaduais de segurança
3176 pública em todos os estados. E a resposta está aí na pesquisa, infelizmente, o não
3177 resultado, e temos casos, como, por exemplo, eu posso falar sobre o caso do estado da
3178 Bahia, eu não sei se vocês fizeram a pesquisa por lá, fizeram?

3179

3180 **A Dra. Miriam Guindani UFRJ)** – Nós mapeamos todos.

3181

3182 **O Sr. Marcos Resende (Coletivo de Entidades Negras)** - Ótimo, então, eu queria até
3183 saber se é possível ter acesso bem detalhado do estado da Bahia, porque lá tem
3184 conselho, o Conselho Militar de Segurança Pública, que se reúne dentro do quartel da
3185 Polícia Militar, do Comando da Polícia Militar, e todas as vezes que nós perguntamos e,
3186 inclusive, a Senasp, a secretária Regina Miki encaminhou um documento perguntando,
3187 falando que nós queríamos nos reunir, querendo estar lá, querendo debater, ele disse:
3188 “Mas, não precisa, já tem, não estou entendendo”. Então, é para entendermos que tem
3189 um debate aí ainda para irmos amadurecendo nesse processo e que é importante termos
3190 esses elementos, até para poder chegar em Salvador e mostrar: “Olha, têm estados que
3191 estão funcionando assim e está sendo legal”, haja vista que tem um debate sobre o pacto
3192 pela vida e sobre segurança pública de um olhar mais moderno, eu fico muito feliz com
3193 a presença do coronel Nazareno aqui, quando ele diz: “Olha, eu fiz um livro sobre
3194 polícia comunitária, olha, eu acredito que tem que ser um olhar diferenciado”, porque
3195 para nós eu acredito, eu quero até dar as boas-vindas e parabenizá-lo, coronel, porque eu
3196 já tive uma reação muito difícil com um coronel anterior que tinha um olhar mais
3197 militarizado das relações, então quando nós temos um olhar mais comunitário e de
3198 respeito a essa diversidade, mostra que é possível avançarmos cada vez mais.

3199

3200 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos)** –
3201 Bom, queria parabenizar a equipe que fez o trabalho, e eu queria só reforçar a ideia do
3202 Mariano, porque eu sou do Conselho Estadual de Direitos Humanos de São Paulo, e eu
3203 estou achando estranho isso tudo que aconteceu. Eu acho que eu me recordo de ter sido
3204 levado essa pesquisa, mas eu não sei como conselheiro o que de fato aconteceu de vocês
3205 não serem recebidos, inclusive, vou levantar isso quando chegar. Mas, realmente,
3206 concordo com Mariano, eu acho que o Conselho Estadual de São Paulo tem uma
3207 composição, uma característica extremamente interessante, sobretudo, pela sua
3208 autonomia independente do Poder Executivo. E o Condep de São Paulo, além de ter
3209 essa missão e tarefa importante de fazer indicação da lista tríplice, ele também pode
3210 requisitar e requerer documentos do estado, o que propicia a esse conselho, inclusive a
3211 fazer algumas investigações. E assim como vocês apuraram, os conselhos de direitos
3212 humanos hoje, de fato, recebem muita demanda, ou a maioria da demanda hoje está
3213 passando pela questão da segurança pública. Os conselhos de direitos humanos que
3214 deveriam tratar, por exemplo, dos Descas, dos direitos ambientais, dos direitos humanos

3215 com os impactos do meio ambiente, que deveriam discutir os termos dos direitos
3216 sociais, culturais e econômicos, hoje ainda estão no campo da resistência de ficar
3217 defendendo e discutindo os direitos civis, o direito à vida que, sobretudo, no momento
3218 que nós estamos atravessando. Aliás, hoje, lamentamos, mais dois policiais morreram
3219 em São Paulo, dois policiais militares, e mais três pessoas morreram entre os três que
3220 morreram, dois eram negros, eu até brincava ontem com o Élder dizendo que a Lei de
3221 Cotas que, para nossa alegria e felicidade, numa reparação histórica que este país deve à
3222 comunidade negra, ela vai valer agora para o ano de 2013 nós correremos o risco de a
3223 juventude negra não poder cursar a universidade pública, não porque não tem acesso,
3224 mas que talvez ela não chegue lá porque o extermínio realmente é um problema. Como
3225 eu também sou do Conselho Nacional de Defesa, o CDDPH, esses temas estão sendo
3226 tratados no Conselho de Direitos Humanos, que também não consegue avançar,
3227 inclusive na última reunião eu propus à ministra Maria do Rosário que assim como o
3228 governo tem o programa do Brasil sem Miséria, podíamos buscar um programa do
3229 Brasil sem Extermínio, porque está fugindo da conta, já ultrapassou qualquer índice da
3230 ONU internacional, em relação à questão da letalidade e em relação à questão da
3231 mortalidade hoje pelo estado da sociedade civil. Eu só queria para encerrar, fazer o
3232 registro e parabenizar realmente o trabalho de vocês, a iniciativa inclusive da Eliana, de
3233 todos, acho que vocês trouxeram um indicador fundamental para mim aqui hoje, que é,
3234 este conselho não se comunica com os outros conselhos afins, além de ter as
3235 dificuldades de tratar de suas pautas, das quais a sociedade muito espera, Marcos, ele
3236 também não se relaciona com os outros conselhos.

3237

3238 **O Sr. José de Ribamar de Araújo e Silva (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia**
3239 **– FNOP)** - Eu queria também saudar a iniciativa e dizer que tive a oportunidade de
3240 interagir, porque sou membro daquele Conselho Superior de Segurança Pública do
3241 Maranhão, que é uma instância última recursal dos processos administrativos, e por um
3242 avanço no decreto de criação dele o ouvidor, eu sou ouvidor de segurança pública, tem
3243 assento no conselho. E ao responder o questionário que lá chegou, disse justamente isso,
3244 que apesar da nomenclatura coincidir com o rótulo, mas a inspiração dele é totalmente
3245 outra, são os comandantes das corporações, presidido pelo secretário, ninguém da
3246 sociedade civil tem assento, eu represento ali uma instância de controle social da
3247 atividade policial, e a nossa missão específica é julgar os processos como última
3248 instância recursal, e, lamentavelmente, ele não se reúne com a periodicidade devida,
3249 agora que nós estamos apreciando. A felicidade é que o ouvidor encaminha denúncias
3250 que a Corregedoria encaminha e vira um processo administrativo na Corregedoria, e nós
3251 chutamos a bola no meio do campo e depois acompanha para ver se de fato a bola
3252 entrou dentro do gol. E agora que nós estamos analisando processos de 2005 e 2006, é
3253 importante registrar para a nossa infelicidade muitas vezes eu tenho que concordar,
3254 votar e assinar dizendo: “Extinta a pretensão punitiva do estado”, porque quando o
3255 processo chega para ser julgado já extinguiu o poder de punição. Eu estou dizendo tudo
3256 isso para dizer que é muito importante esse mapa e é simbólico para quem acredita em
3257 Deus, é providencial que isso seja apresentado aqui no dia de hoje, porque nós estamos
3258 vivendo mesmo uma crise de maturação, eu quero crer que são dores de parto, de dois
3259 anos, podiam ter me entrevistado, porque eu fui da primeira gestão do Conselho da
3260 Criança e do Adolescente, eu estou há oito anos no Conselho Nacional de Segurança
3261 Alimentar e Nutricional, que tem muito a aprender com esse conselho e tem algo para
3262 ensinar, porque por isso precisamos dialogar muito mais, é um conselho de dois terços
3263 da sociedade civil, e um terço do poder público vinculado diretamente à Presidência, e
3264 que na última gestão em que o presidente Lula deu posse, é simbólico, entre aspas,

3265 nesse conselho eu não quero só ser nenhum demérito, dizia ele, dos servidores de
3266 segundo ou terceiro escalão, nesse conselho eu quero os ministros presentes, porque
3267 esse conselho, na linguagem do Lula, intersetorial, tem que ter um olhar sobre todos os
3268 demais. Estou fazendo todo esse rodeio para dizer que nós estamos vivendo uma crise
3269 de emponderamento, o ensaio que nós fizemos ontem, coronel, dialeticamente falando,
3270 coronel Nazareno, o ensaio que nós vimos ontem foi um ensaio de emponderamento
3271 muito importante, a criança pode não ser tão sadia, a criança pode não ser tão bonita,
3272 mas as dores que nós estamos vendo são as dores de parto, então eu estou fazendo todo
3273 esse rodeio para dizer que é muito simbólico que nós estejamos analisando e possamos
3274 aprender e queria, por fim, propor e lamentando que não foi ouvido o Condep de São
3275 Paulo, e com todas as referências dignamente representadas aqui pelo Rildo, que eu
3276 conheço bem e fui chamado a interagir com ele por uma circunstância específica, mas
3277 queria finalizar dizendo que na linha do que foi falado aqui, eu acho que mereceria uma
3278 recomendação que foi abandonada nos últimos anos a própria Ouvidoria de São Paulo
3279 foi criada por uma imposição na linha do proposto do Pronasce e do SUSP de que para
3280 ter recursos do Pronasce do Governo Federal eu deveria ter instâncias de controle social
3281 da atividade policial, foi assim sobre essa égide que perfilando-se a essa política se
3282 criou a Ouvidoria de Segurança Pública no Maranhão. É assim que os Conselhos
3283 Comunitários de Segurança, inclusive do bairro onde a Ouvidoria está instaurada nós
3284 temos a inserção. Para finalizar eu queria sugerir que nós produzíssemos deste debate
3285 aqui uma recomendação de retomar àqueles bons princípios do Pronasce que se uma
3286 família que recebe R\$ 100,00 do Bolsa-Família tem cumprir condicionalidades, também
3287 os governos estaduais e municipais que recebem milhões de reais de recursos federais
3288 do Ministério da Justiça tivessem que cumprir algumas condicionalidades na linha da
3289 garantia do funcionamento e da autonomia dos conselhos estaduais de segurança
3290 pública. Era uma recomendação que eu queria propor.

3291

3292 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
3293 **Federais – Fenaprf)** – Quero parabenizar a dra. Miriam e a sua equipe pelo excelente
3294 trabalho e que vem atender a necessidade deste conselho, de ter esse diagnóstico, de
3295 conhecer também como funciona, E eu tenho essa preocupação da pessoa que entra aqui
3296 no Conasp pela primeira vez numa reunião, e que essa pessoa saia daqui assustada com
3297 a dinâmica das discussões e da forma como tratamos aqui dos temas. E fico tranquilo
3298 com relação a vocês, porque a sua exposição está bem familiarizada com essa dinâmica
3299 dos conselhos. Eu acho que esse trabalho retratou bastante essa dificuldade que nós
3300 temos, porque às vezes buscamos mesmo essa comparação com outros conselhos,
3301 Conselho do Meio Ambiente, Conselho da Saúde, da Assistência Social, foi muito feliz
3302 a sua fala quando mostrou com relação ao Conselho da Saúde que ele tem uma base no
3303 município e isso ajuda e fortalece bastante, creio, na sua esfera nacional, nós padecemos
3304 disso, quem sabe com esse avanço da Polícia Comunitária nós podemos ter, por seu
3305 turno, o fortalecimento, interesse atrativo da criação desses conselhos municipais de
3306 segurança pública, isso por seu turno também, os conselhos estaduais, isso de forma
3307 muito positiva vai ajudar o Conselho Nacional de Segurança Nacional. Eu vi na sua
3308 pesquisa que existe essa indefinição quanto ao papel dos conselhos. E quando a senhora
3309 falava disso, parece que a senhora conviveu com o Conasp durante esse breve período
3310 de existência dele, porque retratou muito do que nós participamos aqui, já tivemos
3311 intervenções muito pontuais, já visitamos Bombeiros em greve lá no Rio, já fizemos
3312 documentos aqui para ações bem específicas em determinados locais, já nos ressentimos
3313 muito com relação às políticas que o governo vem aqui apresentar simplesmente para
3314 ter a nossa chancela quando nunca participamos da construção dessas políticas, desses

3315 planos e ações do governo. Então, retratou assim com perfeição o que nós estamos
3316 passando e que também é positivo, porque não é como se não tivéssemos feito nada, ou
3317 não termos nenhum resultado, é um processo em construção e recente no Brasil. Então,
3318 nos tranquiliza muito esse diagnóstico, vi aqui também no seu trabalho que daquilo que
3319 os conselheiros, eles apontaram como necessidade a ausência de uma reclamação por
3320 maior poder deliberativo. E, concluindo, nós também tivemos um retrocesso no nosso
3321 conselho, porque o primeiro decreto do Conasp nos colocava como órgão colegiado de
3322 natureza consultiva e deliberativa, na segunda reedição do decreto, apesar de ter
3323 mantido isso no primeiro artigo, o parágrafo único faz uma ressalva: “A função
3324 deliberativa está limitada às decisões adotadas no âmbito do colegiado”. Então, foi um
3325 desempoderamento, Ribamar, de uma primeira configuração. Isso também,
3326 concluindo, traz um certo ressentimento quando nós vamos discutir de novo a questão
3327 do decreto, por isso que o senhor vivenciou ontem toda aquela polêmica, aquela
3328 dinâmica, e no final um ato político de nos encaminharmos até o Ministério da Justiça.
3329 Por fim, eu quero parabenizar mais uma vez o seu trabalho, e nós esperamos que
3330 continue nessa pesquisa, isso contribui muito para fortalecimento do Conselho Nacional
3331 de Segurança Pública.

3332

3333 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
3334 **Brasil)** - Eu consulto à plenária se tem mais alguém que se inscreveu para se inscrever
3335 por conta da hora da pauta, nós poderíamos, nós temos mais um grupo de conselheiros,
3336 os próximos conselheiros que usarão o uso da palavra: Tião, Célia, Everardo, Nazareno
3337 e Jânio. Então, não tem mais ninguém para se inscrever? Então, dra. Miriam tenha essa
3338 parte, mais cinco conselheiros para o final do debate. A palavra é da Dra. Miriam, numa
3339 síntese.

3340

3341 **A Dra. Miriam Guindani (UFRJ)** – Esse estudo foi, só para reforçar, realizado por
3342 uma equipe de pessoas, não é um estudo da professora Míriam, senão fica amarrado a
3343 minha pessoa. E como são muitas questões, eu dividi aqui, eu vou passar para o Lucas e
3344 Felipe, para o Francisco, só um pouquinho.

3345

3346 **O Sr. Lucas (UFRJ)** – Assim, na verdade, eu fiquei até pedi para falar, porque eu acho
3347 que tem uma questão que é central, que foi levantada na fala de alguns conselheiros, que
3348 eu acho que tem que ser pensada coletivamente, que é a concepção e estrutura e
3349 funcionamento dos conselhos. É uma coisa que hoje que nós pudemos perceber pela
3350 própria dinâmica, pelas discussões, mas que é um anseio dos próprios conselheiros nos
3351 estados. Quando o conselheiro Gonzaga coloca a questão do conselho de Minas Gerais,
3352 nós recebemos uma informação X dos órgãos institucionais, mas quando nós vamos
3353 investigar, nós entendemos que, por exemplo, é um conselho que alguns chamaram de
3354 conselhos de gabinete, quando nós fizemos contato, um conselho de gabinete do
3355 governador. Por isso que fizemos a pontuação no próprio *slide*, a separação do que, na
3356 nossa percepção da pesquisa, o que são conselhos estaduais realmente funcionando e o
3357 que são aqueles conselhos que reivindicam esse funcionamento, mas que não estão
3358 dentro dos padrões, digamos, mínimos de conselhos estaduais de segurança pública com
3359 função de controle social e que tenha percepção de participação social. Nesse sentido,
3360 acho que é fundamental, e isso é uma necessidade dos próprios estados, pelos próprios
3361 conselheiros, entender o que é o lugar deste conselho, que lugar ele ocupa e como que
3362 esse conselho deve atuar. Muitos conselheiros tinham como proposta, por exemplo,
3363 certa diretriz nacional de como deveria ser essa composição dos conselhos, de como
3364 seriam essas funções dos conselhos, e aí vemos que essa é uma discussão que vocês

3365 inclusive estão fazendo. E uma das principais coisas que eu acho que cabe para vocês
3366 levarem para discutir é uma discussão coletiva com os próprios conselhos, com os
3367 próprios estados, com os próprios representantes, porque têm atores sociais nos estados,
3368 às vezes não têm conselhos funcionando, mas têm atores querendo construir conselhos
3369 lá, eu acho que vale a pena também o diálogo com esses atores sociais que às vezes não
3370 tem um conselho institucionalizado, mas estão fazendo força, estão fazendo luta política
3371 para consolidar isso. Então, nesse sentido, eu acho que é importante entender que essa
3372 construção também tem que perpassar desse significado, desse lugar que o conselho
3373 ocupa junto com os Conselhos Estaduais, porque eles também, de alguma forma,
3374 necessitam de uma orientação e entender, para não misturar que é um conselho
3375 departamental lá de orientação política para o governador, seja confundido com o
3376 Conselho Estadual de Segurança Pública, que nessa concepção que trazemos na matriz
3377 teórica do próprio artigo, tem outra função, que é o do controle social, da participação
3378 política dos segmentos que podem produzir a política de segurança pública. Eu queria
3379 iniciar fazendo esse apontamento.

3380

3381 **O Sr. Felipe (UFRJ)** – Eu queria só porque o primeiro conselheiro tratou da questão do
3382 conselho de São Paulo, eu queria também fazer um comentário breve sobre isso. É o
3383 seguinte, nós falamos aqui que os conselhos de Segurança Pública e os conselhos de
3384 direitos humanos em tese tratariam do mesmo tema, só que eles têm uma diferença
3385 muito qualitativa, em todas as entrevistas que nós fizemos com os conselhos de direitos
3386 humanos, eles sempre se referiram que eles estão lá para defender direito de bandido,
3387 que direitos humanos não são direitos de bandidos, não é questão de defender direito de
3388 somente de bandidos. Então, nós percebemos que os conselhos de direitos humanos de
3389 certa forma sofrem certa estigmatização, como se eles tivessem defendendo algo que é
3390 contra a sociedade e os Conselhos de Segurança Pública seriam aqueles que estão em
3391 defesa da sociedade, são eles que, enfim, é como se criasse uma certa dicotomia, eu não
3392 percebo uma dicotomia, eu acho que tem uma diferença sensível e qualitativa, apesar de
3393 eles estarem tratando das mesmas questões, que são as violações de direitos humanos,
3394 principalmente no campo penal, mas que existe uma diferença de percepção entre esses
3395 dois conselhos, que é muito grande. E, novamente, voltando à questão de São Paulo, nós
3396 tentamos por muitas e muitas vezes com o próprio presidente, com a secretária, foi com
3397 muita insistência, nós víamos a importância desse estado participar da pesquisa, mas
3398 infelizmente nós chegamos a um limite de prazo, inclusive, e o estado não passou. Nós
3399 queríamos colocar também é que os Conselho de Direitos Humanos têm uma
3400 composição muito fluida, então, eles hoje têm uma determinada estrutura e daqui a um
3401 tempo eles já mudaram muito, assim, mudaram de composição, de estrutura, que é um
3402 pouco diferente da questão de segurança pública, esta detém certa perenidade que nós
3403 não conseguimos perceber nos conselhos de direitos humanos, então queria só colocar
3404 essas diferenças, que eu acho que são importantes.

3405

3406 **A Dra. Miriam Guindani (UFRJ)** – Eu não sei se foi daqui que trouxeram a questão
3407 dos conselhos comunitários e também a questão do conselho municipal, acho que foi a
3408 última colocação. (*intervenções fora do microfone*) Então, só, porque eu não trouxe e
3409 isso foi uma falha minha no início, que além deste nosso estudo, a Luciane Patrício
3410 recentemente havia concluído e publicado uma pesquisa sobre os Conselhos de
3411 Segurança Pública no país, incluindo na pesquisa dela os conselhos comunitários e os
3412 Conselhos Municipais de Segurança. Foi outra metodologia, outra abordagem, o nosso
3413 estudo se voltou só para os conselhos estaduais de segurança pública. E essa definição
3414 conceitual do que são os conselhos comunitários e os conselhos municipais de

3415 segurança pública, eu acho que é um grande debate, porque eles estão ocupando lugares
3416 em alguns pelas nossas hipóteses, precisa de uma pesquisa. Eu acho que está chegando
3417 em alguns momentos que vão concorrer o lugar do conselho comunitário com o lugar
3418 dos conselhos municipais de segurança pública em termos de composição e o papel dos
3419 conselhos municipais de Segurança Pública. Aqueles que têm a participação social,
3420 quando aqueles Conselhos Municipais de Segurança Pública que têm a preocupação de
3421 garantir a participação social vão, em alguns momentos, concorrer, se é um Conselho
3422 Municipal de Segurança Pública que segue a linha do estadual, só com especialistas, só
3423 com os operadores da segurança, aí ele vai ficar um conselho mais consultivo,
3424 orientando a guarda municipal, o secretário Municipal de Segurança. Na questão dos
3425 conselhos comunitários, eu acho que também tem qual é o lugar do conselho
3426 comunitário em relação ao Conselho Estadual de Segurança Pública. Porque é um
3427 debate que precisa ser feito, se há uma pressão para que os conselhos estaduais se
3428 tornem mais participativos e o controle social venha através do controle social, qual é o
3429 papel do conselho comunitário? Tem aquele papel que é descentralizado onde cada
3430 região tem a relação com a polícia comunitária em alguns estados têm, outros estados
3431 não têm, e aí tem o conselho comunitário que tem uma participação ativa na
3432 colaboração da realização da própria segurança local, ou seja, a comunidade acaba
3433 realizando, ajudando na execução da segurança. Que não é o papel do controle social,
3434 não é o papel do conselho enquanto conselho de direitos na lógica das políticas
3435 públicas. Isso é uma definição *a priori* que eu estou trazendo, mas isso tem que ser
3436 discutido, e eu acho que o Conasp tem um papel fundamental de promover a discussão e
3437 de definir diretrizes mínimas em termos conceituais, eu acho que nós vivemos uma crise
3438 de qual é o lugar do conselho comunitário, por que é tão importante essa divisão?
3439 Porque a Senasp e o Fundo induzem cada vez mais como condição a criação de
3440 conselhos estaduais, o plano, o PNDH III, o Programa Nacional de Direitos Humanos
3441 estimula no campo ligado à segurança pública que sejam criados conselhos
3442 comunitários de segurança pública. É essa a orientação, então, assim, não há uma
3443 preocupação com os conselhos estaduais de Segurança Pública, esse é um dado, então
3444 precisa ter realmente um debate, o outro debate é qual é o papel hoje do Conselho
3445 Penitenciário e dos Direitos Humanos, esses dois conselhos têm uma ligação direta com
3446 o Conselho Estadual de Segurança Pública, e também em nível federal, o Conasp. São
3447 questões que estão muito interligadas. Então, o Conselho Estadual de Segurança Pública
3448 vai ficar restrito a ser um conselho de especialistas que vai ser consultivo e auxiliar o
3449 secretário, o governador? É essa a posição? Porque é uma matéria específica da área
3450 penal, porque tem esse debate que é a democratização da segurança pública é um
3451 problema numa sociedade que não tem o exercício da participação. Esse é o argumento,
3452 é perigoso democratizar esse tema, porque a sociedade que apoia...

3453

3454 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
3455 **Brasil)** - – Dra. Miriam, dá para irmos para os 5 que faltam, porque pode ser que
3456 converjam as mesmas opiniões. É devido ao horário.

3457

3458 **A Dra. Miriam Guindani (UFRJ)** – Não sei se eu falei de tudo, eu acho que a questão
3459 do Maranhão é só uma constatação, não tem o que falar, é um conselho que também
3460 como o Lucas falou, não estava dentro dos parâmetros de concepção de conselho de
3461 Direitos, eu não sei se tem alguma questão que ficou de fora.

3462

3463 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
3464 **Brasil)** - – Nós concluímos na parte final.

3465

3466 **A Dra. Miriam Guindani (UFRJ)** – Tem mais um bloco de perguntas?

3467

3468 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** – Coisa rápida, só para dentro da ideia
3469 do balanço e da prestação de contas que nós vamos fazer, esse tema dos conselhos foi
3470 um tema presente o tempo inteiro aqui no Conasp. Eu me lembro que trouxemos aqui
3471 três conselhos de estados diferentes que vieram aqui apresentar etc., isso, enfim, nos
3472 mobilizou. Em alguns estados, alguma coisa está sendo feita, por exemplo, no Rio de
3473 Janeiro, depois de muita luta lá do pessoal do Rio e nossa finalmente saiu agora o
3474 decreto para eleger o primeiro conselho do Rio de Janeiro, nos moldes do Conasp, ou
3475 seja, uns três segmentos, como era a orientação da própria Conseg. Não sei se essa
3476 influência nossa chegou aos outros estados. O fato é que enquanto nós não
3477 consolidarmos o SUSP para ter orçamento, para ter aquilo que a saúde tem, aquilo que a
3478 educação tem, e sermos um conselho de fato deliberativo nesses moldes dos conselhos
3479 de saúde, educação etc., nós não vamos conseguir caminhar muito, é claro que alguma
3480 coisa já pode ser feita dentro do âmbito que o Conasp pode atuar, e não é o âmbito das
3481 reuniões, é da sua função, do seu papel, quer dizer, não podemos ficar presos no que
3482 está escrito no decreto, ou interpretando o que está escrito no decreto de que as nossas
3483 funções deliberativas são apenas para dentro das reuniões, nossa função deliberativa é
3484 para aquilo que o Conasp tem que fazer, tem como missão, tem como papel, que é
3485 inclusive essa de estimular, de influenciar, de fazer política nos estados para que tenham
3486 conselhos de fato representativos, participativos como nós estamos querendo, por
3487 exemplo, fazer no Rio de Janeiro. Agora, eu creio que a deliberação que o Ribamar
3488 propôs já foi feita, Ribamar, nós aprovamos neste Plenário que como indutor de
3489 políticas públicas que assim como foi feito, por exemplo, para os GGIs, tanto os
3490 municipais quanto os estaduais, que só receberiam e só recebem verba federal para a
3491 área de segurança se tiverem os seus gabinetes instalados, assim também nós aprovamos
3492 aqui que também deveriam ter os conselhos estaduais aprovados e funcionando. Agora,
3493 como mais uma vez uma deliberação que tomamos não tem resolução efetiva. Isso para
3494 colocar que os balanços que nós vamos fazer vão aparecer muitas dessas resoluções que,
3495 infelizmente, nós não encontramos eco dentro do governo.

3496

3497 **A Sra. Célia Dantas Gentile Rique (Gabinete de Assessoria Jurídica às**
3498 **Organizações Populares – GAJOP)** – Prazer em conhecê-los e é muito bem-vinda a
3499 pesquisa, os dados reveladores desse diagnóstico. Entretanto, eu acho que vale a pena
3500 observar que para além dos dados do diagnóstico, falar na questão das possibilidades de
3501 existência de conselho nos toca muito mais profundo, porque ele está se referindo a
3502 processos sociais da organização política da sociedade. Então, em relação a isso eu
3503 gostaria, parece que vai ser muito interessante a leitura do relatório de vocês, porque
3504 vocês se referem aos fatores históricos e políticos que facilitam ou que impedem essa
3505 estruturação e funcionamento. Em relação a isso, me tocou muito quando vocês fazem
3506 exposição e nós nos lembramos da própria constituinte, quer dizer, foi durante a
3507 constituinte que a sociedade civil organizada, sobretudo, os movimentos sociais,
3508 exigiram que fosse assegurada a questão dos canais institucionais de participação
3509 popular. E isso estava dentro de um âmbito histórico que nós não podemos esquecer,
3510 essa luta era por uma nova forma de fazer política após aquilo que nós esperávamos que
3511 era superação de todas as heranças do regimento autoritário. Então, nos coloca outro
3512 tipo de indagação quando vocês apresentam o diagnóstico. Por onde é que nós
3513 caminhamos? Qual é a trajetória que nós fizemos? Porque se cria conselhos dos mais

3514 diversos, das mais diferentes naturezas, mas estamos construindo o que em termos dos
3515 avanços de uma gestão democrática da sociedade?

3516

3517 **O Sr. Everardo de Aguiar Lopes (Rede Desarma Brasil)** – Bom dia. Eu vou só,
3518 como eu sou um suplente, pedir licença aqui ao meu querido Almir, presidente, só por
3519 questão de justiça, no caso da questão dos conselhos comunitários, eu não sou do Pará,
3520 mas é bom que se lembre, é uma das pessoas que mais trabalhou essa questão de
3521 conselhos comunitários, ainda na década de 90, foi o Paulo Sette Câmara, talvez essa
3522 experiência dos conselhos comunitários tem muito a ver com os estudos e com a
3523 experiência que o Paulo Sette Câmara empregou nos conselhos no Pará e que veio
3524 depois até a formulação do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, então isso é
3525 importante que tem uma trajetória que, às vezes, nós não identificamos no que diz
3526 respeito aos diagnósticos que são feitos pelas pesquisas por falta de tempo, enfim. Mas,
3527 de qualquer maneira, isso é muito importante que coloque esses dados, esse diagnóstico
3528 para os conselheiros ter uma compreensão de como essa relação no Brasil dos conselhos
3529 comunitários e dos conselhos estaduais. Isso é uma questão só de justiça, não é só de
3530 falha no diagnóstico que vocês fizeram, mas é uma questão de justiça desse processo
3531 político no Brasil. A segunda coisa eu só quero falar o seguinte, que é a questão central
3532 eu acho que não sei se eu consegui observar, que é a questão da autonomia, os
3533 conselhos não têm autonomia, essa recomendação que o nosso querido Ribamar
3534 colocou é a recomendação que o Tião lembrou, nós já aprovamos, eu só não sei se isso é
3535 questão federal ou estadual, a Suelen, a secretária e a presidente deveriam nos
3536 responder, não há autonomia, você tem os conselhos, um esforço dos conselhos
3537 comunitários no Brasil, alguns esforços de conselhos estaduais, mas é bel-prazer do
3538 secretário que está de plantão, no caso do Distrito Federal, por exemplo, primeiro era o
3539 governador que não queria, depois o governador fez, nós tivemos aqui em seis meses
3540 três secretários de segurança, então quando chegava o primeiro falava: “Não, eu
3541 concordo”. Então, no outro dia o cara falava: “Não, eu não concordo, eu não vou dar o
3542 tempo”. Então, não ter autonomia, quer dizer, não basta recomendar a questão da
3543 criação e induzir os Conselhos comunitários de segurança pública. É necessário induzir
3544 os conselhos em cima de recomendações concretas e da sua própria autonomia. Não
3545 basta tratar só da capacitação, porque se for uma capacitação que ainda coloque nas
3546 duas vertentes o Conselho de Direitos humanos e Conselho de Segurança, nós temos
3547 dificuldade de uma integração da relação do estado e da relação da autonomia dos
3548 conselhos, e isso é um problema que nós temos que enfrentar. Então, eu queria, vou ler
3549 com certeza atentamente, porque eu acho que vai nos servir como subsídio para
3550 compreender melhor, mas acho que a questão central da autonomia se não tiver
3551 colocado enquanto recomendação desses conselhos, nós estamos dando principalmente
3552 nos municípios médios do Brasil, no caso de São Paulo tem essas especificidades, Belo
3553 Horizonte etc., nos municípios médios do Brasil e pequeno, uma relação de total
3554 imprudência do secretário que estiver de plantão. Infelizmente, é um diagnóstico que eu
3555 fiz, eu participei da pesquisa, mas com viagens no Brasil no ano passado na campanha
3556 nossa, por exemplo, do desarmamento, dos 19 estados que eu fui, reuni com os
3557 secretários e outros, no que diz respeito aos conselhos não tinham a mínima relação, não
3558 têm sequer respeito pelos conselheiros, vou dar um exemplo bem aqui pontual do
3559 Distrito Federal mais uma vez, há mês atrás fizemos um encontro do Distrito Federal
3560 sobre o pacto pela vida, não foi um conselheiro convidado, nem soube da ideia, mas por
3561 quê? Porque o governador, o secretário achou: “Não, meus convidados são esses”.
3562 Estava a presidente do Conasp, e que em nenhum momento foi convidado para
3563 participar desse tipo de debate político no que diz respeito à segurança pública do

3564 Distrito Federal. E isso acontece na Bahia, Pernambuco, no Pará e por aí vai, essa é uma
3565 realidade na relação entre os conselhos, o Conasp e o estado, tanto federal e estadual.

3566

3567 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
3568 **Brasil)** - Ok, obrigado conselheiro Everardo. Encerraremos a participação com o
3569 conselheiro Janio.

3570

3571 **O Jânio Cândido Simões Neri (Defensoria Pública – Bahia)** – Eu quero
3572 cumprimentar a todos os presentes. Esta é a primeira que eu tomo assento como
3573 suplente do Condeg, do Conselho Nacional dos Defensores Gerais, e eu sou defensor
3574 público do estado da Bahia, no momento também sou corregedor-geral da Defensoria
3575 Pública do estado da Bahia, e eu quero expressar o respeito muito grande ao trabalho
3576 dos conselheiros que compõe o Conasp. Eu ontem acompanhei atentamente também
3577 toda, assim como o coronel também compartilho com essa sua atitude de ter esse olhar
3578 de observador mais ontem, assim chegando, mas eu quero dizer, eu ouvi várias opiniões
3579 aqui, mas eu gostaria de expressar algo que tem um viés diferente, é claro que existe
3580 toda uma frustração, ouvi essa palavra dita aqui, é claro que existe uma ansiedade muito
3581 grande por realizar o trabalho que está proposto, que está como incumbência deste
3582 conselho, entretanto, eu acho que o trabalho está sendo realizado, um olhar de alguém
3583 que está chegando agora e que está vendo o empenho e trabalho de cada um de vocês.
3584 Agora, cada segmento com a sua própria linguagem, então eu vejo uma beleza muito
3585 grande neste trabalho daqui justamente pela harmonia e pelo exercício da democracia na
3586 prática. (*intervenções fora do microfone*). Eu não fiz essa abordagem, a minha
3587 abordagem está sendo no trabalho que está sendo desenvolvido pelos conselheiros do
3588 Conasp. Então, eu quero que existe, sim, um trabalho muito importante já desenvolvido
3589 sim, nós vemos repercussão, a repercussão chegou até o estado do Rio de Janeiro é
3590 aquilo que foi pontuado, entretanto, eu tenho certeza que já deve chegado alguma
3591 influência em outro lugar, alguma coisa foi feita, alguma coisa mudou, talvez não seja
3592 na quantidade e na qualidade que se pretendeu por questão de exigência, mas esse
3593 formato que eu encontrei aqui, isso me incentivou bastante. Eu já participei de outros
3594 conselhos de direitos, já ouvi relatos aqui perfeitos a respeito dos conselhos de direito, e
3595 agora mesmo o conselheiro acabou de fazer aqui, e eu entro nesse viés realmente do
3596 fortalecimento da necessidade cabal de fazer o fortalecimento acontecer, através da
3597 autonomia dos conselhos de direitos de todos eles, de todos os matizes e nuances, em
3598 todos os níveis também municipal, estadual e federal, porque é assim realmente que a
3599 sociedade civil vai se empoderar, a sua voz vai fazer acontecer. Não sei lá da
3600 Defensoria Pública nós temos um exemplo importante, que eu gostaria de registrar, nós
3601 temos hoje um modelo de Ouvidoria, presidente, que eu acredito seja emblemático.
3602 Nossa Ouvidoria é externa, a sociedade civil, eu gostaria até de falar até para os meus
3603 conterrâneos aqui de que existe e estamos num momento também de mudanças de
3604 representação na Defensoria Pública da Bahia, no sentido de que o ouvidor-geral da
3605 Defensoria Pública do Brasil, isso acontece nos estados, no Distrito Federal e na DPU,
3606 ele é uma indicação de uma lista tríplice pela sociedade civil organizada, e que o
3607 Conselho Superior da Defensoria Pública escolhe um desses três nomes que é indicado
3608 pela sociedade civil organizada. Tem umas regras que depois se tiverem interesse nós
3609 podemos disponibilizar, e esse ouvidor da Defensoria Pública é um representante da
3610 sociedade civil, ele tem assento no Conselho, apenas por assento e voz, e não tem o
3611 direito a voto, isso pela lei federal. Eu vou fazer um *link* e trazer aqui para a situação do
3612 que eu entendo que seja a participação da Defensoria Pública neste conselho pelo
3613 Condeg. Evidentemente que nós podemos contribuir com experiência, com a voz,

3614 entretanto, eu acho que o voto é muito importante, então na hora de se discutir o decreto
3615 que sobre todas essas perspectivas, eu acho que vale a pena também discutir também
3616 esse decreto sobre esse viés, da necessidade de que o representante do Condeg, eu não
3617 falo pelas outras categorias, porque eu não tenho procuração para isso, mas eu também
3618 tenho a compreensão de que todos deveriam ter o direito a voto. Presidente, eu queria
3619 fazer uma saudação à professora Miriam e a toda a equipe de pesquisadores, eu
3620 considerei de suma importância esses dados que foram levantados, eu já me antecipei e
3621 li as sugestões, isso me acalmou bastante, porque essas suas sugestões eram algumas
3622 mais do que outras para mim eram muito inquietantes com relação a essa caminhada
3623 pelo fortalecimento e pela autonomia desses conselhos de direito, eu estava falando
3624 anteriormente, eu já participei, tenho alguma experiência em conselhos de direito do
3625 estado da Bahia, precisamente em direitos humanos, tudo que foi dito aqui eu não vou
3626 repetir, porque inclusive tem uma questão de tempo, mas eu quero dizer que eu apoio
3627 essa análise-diagnóstico, responsável, e científico e bastante enriquecedor para essa
3628 construção. Eu agradeço ao presidente.

3629

3630 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
3631 **Brasil)** - Ok. Ao conselheiro Janio foi concedido o mesmo direito que o conselheiro
3632 Nazareno teve, como falou pela primeira vez, ele falou seis minutos ao invés de três.

3633

3634 **O Sr. Nazareno Marcineiro (Cel.) (Presidente do Conselho Nacional dos**
3635 **Comandantes-Gerais)** - Bom, eu quero, antes de mais nada, parabenizar a professora
3636 Miriam e os demais pesquisadores que estiverem à frente dessa busca de informações.
3637 E, de fato, é uma necessidade, para dizer que eu tenho convivido com essa temática já
3638 há 15 anos e tenho estudado polícia comunitária na quantidade que pude estudar, e
3639 sempre os conselhos comunitários são muito presentes em qualquer conceito de política
3640 comunitária, qualquer prática de polícia comunitária na minha percepção. E tenho
3641 andado por esse país também, e tenho visto um desencontro muito grande no que se
3642 refere a entender o que é o CONASP, o que são os conselhos de segurança dos estados e
3643 os conselhos comunitários. Tenho dito, posso para sintetizar bem, que uma coisa cuida
3644 da operacionalização de ações de preservação da ordem pública nos espaços e levando
3645 em consideração a realidade de cada local, outra cuida de estabelecer políticas estaduais
3646 e de buscas dentro dos estados para poder fazer a melhoria da segurança pública, e outra
3647 coisa é estabelecer políticas federais para gerar o que se pretende. Mas, de qualquer
3648 forma, é preciso, sim, discutir um pouco mais sobre isso, é muito precário isso que eu
3649 estou falando aqui, é preciso que se entenda um pouco melhor, que estabeleça um
3650 padrão, e eu acho que o CONASP é o foro apropriado para estabelecer essas linhas
3651 gerais que haverão de orientar a todos os estados. Agora, a pesquisa que a senhora
3652 liderou, ela, certamente, vai servir muito para que se entenda um pouco melhor qual é a
3653 problemática e quais as linhas que são possíveis de ser executadas para melhorar. Minha
3654 manifestação é, basicamente, essa, parabéns, é um assunto necessário para
3655 democratizar, essa palavra pode ser colocada entre aspas, o democratizar no meu ponto
3656 de vista entre aspas, a segurança pública no Brasil. E tem, sim, a demanda de se discutir
3657 bastante esse assunto, parabéns mais uma vez.

3658

3659 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
3660 **Brasil)** - Nós gostaríamos, por conta do tempo, e como não é um debate entre o grupo
3661 de pesquisadores e os conselheiros, mas os conselheiros fazendo as suas colocações,
3662 percepções, nós gostaríamos de agradecer à dra. Miriam e sua equipe a disponibilidade,
3663 dizendo que pela exiguidade do tempo, certamente, faremos novos convites, abriremos

3664 novos espaços para que possamos aprofundar isso. Passamos a palavra à dra. Miriam
3665 para as suas considerações finais.

3666

3667 **A Dra. Miriam Guindani (UFRJ)** – Nós gostaríamos de agradecer as colaborações dos
3668 conselheiros, a oportunidade por ter nos escutado, só reforçar que a conselheira Eliana
3669 esteve presente todo tempo na realização da pesquisa e nós esperamos que todos tenham
3670 condições de ler com calma, estamos à disposição para maiores esclarecimentos. E só a
3671 questão da autonomia, recentemente foi aprovada uma lei federal que vai regulamentar
3672 a estrutura e funcionamento dos conselhos tutelares depois de 22 anos de ECA, e nessa
3673 lei tem a previsão da questão do orçamento e da autonomia dos conselhos tutelares.
3674 Então, 22 anos de ECA agora que se consegue, por uma lei federal, normatizar o
3675 mínimo, porque cada município administrava os seus conselhos tutelares do jeito que
3676 imaginava e os conselheiros ficavam a mercê do gestor, como o colega trouxe ali. É
3677 uma realidade de todos os conselhos, e a luta pela autonomia é realmente uma luta.
3678 Então, quem sabe essa lei recentemente promulgada pode inspirar esses parâmetros
3679 mínimos, mas há realmente um desafio de todos os conselhos de direito, não só do
3680 Conselho de Segurança. Eu agradeço mais uma vez à equipe que esteve aqui e aí tem as
3681 sugestões aqui que nós não temos mais tempo, vai ficar aqui e eu espero que vocês
3682 possam ler e vocês possam depois debater algumas sugestões, que eu acho que o
3683 Conasp pode incorporar. As sugestões estão mais detalhadas no artigo, acho que vocês
3684 vão ter acesso (palmas).

3685

3686 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma
3687 Brasil)** - Eu pediria aos conselheiros que quando paralisamos tínhamos uma decisão
3688 quanto à metodologia, faltou só essa decisão, não é Élder? Da metodologia da
3689 Comissão. (*intervenções fora do microfone*). Eu pediria aos conselheiros um minutinho
3690 só para podermos decidir isso, porque talvez seja a última decisão desta reunião e
3691 depois temos o trabalho da (ininteligível).

3692

3693 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público)** –
3694 Qual é o objetivo do trabalho da comissão bem sugerida por Marcos Resende, eu queria
3695 não só apenas ter uma manifestação sobre o que essa composição produziu, mas
3696 especialmente uma visão crítica sobre a política do Governo Federal sobre segurança
3697 pública nesse biênio, qual é a nossa palavra sobre essa política? Segundo, qual é a nossa
3698 palavra sobre a relação do Conasp com a Senasp e com o Ministério da Justiça? O que
3699 deu certo e o que deu errado? Então, não é apenas uma comissão voltada dentro do
3700 Conasp, integramos um sistema de construção, foi para isso que foi montado, um
3701 sistema de construção participativa da Política Nacional da Segurança Pública,
3702 funcionou ou não funcionou? Estamos fazendo isso ou nós estamos fazendo isso?

3703

3704 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma
3705 Brasil)** - Ok, no relatório vamos fazer isso aí. Essa é a metodologia.

3706

3707 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público)** –
3708 Então, apresentar isso para que esse plenário, no seu ato final, talvez a sua única
3709 herança, dois anos desperdiçados...

3710

3711 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma
3712 Brasil)** - Eu não concordo não, Marcos.

3713

3714 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público) –**
3715 Dois anos desperdiçados, você pode não concordar, Almir, mas na história vai ficar,
3716 está guardado na história. E os pesquisadores vão se debruçar sobre as nossas atas e vão
3717 verificar, concretamente, o que essa composição contribui ou não, isso vai estar na
3718 história. E não é problema deste Conasp, o problema é da política do Governo Federal,
3719 e precisamos ser críticos com relação a isso.

3720

3721 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
3722 **Brasil) -** Eu não concordo com a...

3723

3724 **A Sra. Eliana Sousa Silva (Redes de Desenvolvimento da Maré) -** Eu poderia fazer
3725 uma intervenção para entender o que o Marcos está colocando, eu poderia fazer um
3726 aparte, um esclarecimento, ou o que seja? Eu acho que o que o Marcos está colocando é
3727 matéria de conteúdo para a estrutura desse documento, eu acho que, por exemplo, nós
3728 temos que fazer uma análise de uma conjuntura que nós vivemos aqui em relação ao
3729 Conasp neste governo. E eu acho que isso que você está colocando vai caber no item,
3730 nós estávamos até conversando aqui, eu e a Raquel, que nós temos que preparar uma
3731 estrutura, enviar para vocês, pedir a colaboração de todo mundo, para nós que vamos
3732 ficar com a tarefa de sistematizar as contribuições, poder contemplar todas as
3733 possibilidades de ideias das pessoas aqui. E a proposta é que em dezembro esse relatório
3734 fique pronto, seja um ponto de pauta da nossa reunião, nós vamos mandar antes, e aí
3735 aprova aqui ou não. Então, eu acho que não tem desacordo com o que o Marcos está
3736 falando, mas o que ele está falando, ele vai poder num determinado momento colocar
3737 para nós estruturarmos no texto.

3738

3739 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
3740 **Brasil) -** Sem dúvida, a metodologia no relatório, vamos à aprovação.

3741

3742 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público) –**
3743 Eu não vou encaminhar sugestão nenhuma para a comissão, eu só acho o seguinte que a
3744 comissão tem que ter essa perspectiva crítica de falar, não só apenas do trabalho do
3745 Conasp, quanto às resoluções, mas do que a política do Governo Federal em segurança
3746 pública fez nesses dois anos. Nós temos que nos manifestar.

3747

3748 **A Sra. Eliana Sousa Silva (Redes de Desenvolvimento da Maré) –** Então, análises
3749 críticas certamente terão.

3750

3751 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
3752 **Brasil) –** Então, **fica aprovada essa metodologia, há consenso com esse trabalho?**
3753 **Sim.** Vamos ao almoço, voltando às duas e meia.

3754

3755

19/10/2012

3756

T A R D E

3757

3758 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
3759 **Brasil) –** Vamos dar início nossa à reunião. Bom, vamos passar a palavra ao
3760 conselheiro Marcos Dias para falar sobre a recomendação da aposentadoria especial.

3761

3762 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
3763 **Federais – Fenaprf) –** Boa-tarde a todos. A nossa intenção aí não é mais discutir o

3764 conteúdo desse tema porque já foi objeto tanto de uma decisão colegiada quanto de uma
3765 recomendação, já aprovadas por este conselho. O que nós gostaríamos é de criar uma
3766 comissão e que ela fosse investida de poderes do conselho para tratativa, ou
3767 encaminhar, ou dar conhecimento dessa recomendação ao Ministério da Justiça, do
3768 Planejamento, da Casa Civil e à própria Presidência da República e também ao
3769 Congresso Nacional.

3770

3771 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
3772 **Brasil)** – Bom, a solicitação do conselheiro Marcos Dias é que nós criemos uma
3773 comissão para encaminhar o que já foi aprovado. Já está aprovado.

3774

3775 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
3776 **Federais – Fenaprf)** – Dentro do que nós já discutimos hoje, nós sabemos que já foram
3777 produzidos alguns documentos deste conselho. Agora sabemos que, simplesmente,
3778 esses documentos serem enviados para uma instancia do governo não vai produzir
3779 resultado nenhum se não vier acompanhado de um ato político. Por isso que esta
3780 comissão vai fazer o trabalho político.

3781

3782 **O Sr. Luiz Gonzaga (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
3783 **Estaduais – ANASPRA)** - É o seguinte: foi realizada agora em agosto a audiência
3784 pública sobre a reorganização da estrutura dos policiais com a desmilitarização sendo
3785 um dos temas e houve uma entrevista da doutora Regina à Revista do Brasil, edição de
3786 setembro de 2012, na qual ela faz uma alusão a essa audiência, e me chamou a atenção a
3787 forma como ela disse, eu traduzo como um desprezo total pela temática. Ela, como
3788 secretária nacional, mesmo sabendo das limitações políticas de um posicionamento
3789 sobre esse tema, nos pareceu também um desprezo tanto com a própria audiência,
3790 quanto ao tema que tem sido bastante caro, na minha visão, a todos nós, principalmente
3791 nós, trabalhadores da segurança pública, a Anaspra tem pontuado isso aqui bastante, e
3792 entendo e gostaria de sugerir que voltasse para a pauta do conselho uma análise a partir
3793 da Audiência Pública, porque a Audiência Pública não produziu um relatório, não
3794 produziu uma conclusão, não era esse o objetivo, as notas estenotipadas estão aí, mas
3795 que houvesse um encaminhamento no sentido de o conselho estudar a partir do
3796 momento em que foi feita a Audiência Pública para que isso não ficasse também um
3797 tema sendo arrastado *ad aeternum* aqui dentro do conselho. Nós, o segmento que
3798 representa os praças, que é do ponto de vista dos trabalhadores que têm trazido essa
3799 demanda, a Anaspra que representamos aqui, espera uma posição agora do conselho, a
3800 fase da audiência passou, se tiver que fazer outra, vamos fazê-la, é um assunto que não
3801 se esgota e nem vai esgotar com a posição do conselho, mas que é preciso que tenhamos
3802 clareza de como é que o conselho pensa de fato isso e se é uma questão apenas
3803 corporativa, ou se é uma posição unilateral nossa, que fique evidente isso, não teremos
3804 dificuldade de enfrentar que é uma posição unilateral que não é tema do governo. Mas,
3805 como a questão não foi colocada apenas...

3806

3807 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
3808 **Brasil)** – Conselheiro, o tema é aposentaria especial?

3809

3810 **O Sr. Luiz Gonzaga (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
3811 **Estaduais – ANASPRA)** - Não, a desmilitarização.

3812

3813 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
3814 **Brasil)** – A desmilitarização, não estamos tratando dela não.

3815

3816 **O Sr. Luiz Gonzaga (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
3817 **Estaduais – ANASPRA)** - Por isso que eu perguntei se eu poderia...

3818

3819 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
3820 **Brasil)** – Poderia, sim, mas dentro do tema, sobre aposentadoria especial.

3821

3822 **O Sr. Luiz Gonzaga (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
3823 **Estaduais – ANASPRA)** - Então, eu encerro e volto outra hora?

3824

3825 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
3826 **Brasil)** – Não, você pode concluir, mas temos que voltar ao tema da aposentadoria
3827 especial, sem dúvida.

3828

3829 **O Sr. Luiz Gonzaga (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
3830 **Estaduais – ANASPRA)** - Eu perguntei se eu poderia fazer um registro, por isso estou
3831 fazendo. Então, o registro é este: na entrevista dessa matéria, parece-nos que a doutora
3832 Regina, como presidente do Conasp e secretária nacional, tratou de forma bastante, eu
3833 diria até desdenhosa esse tema, que foi objeto de Audiência Pública aqui.

3834

3835 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais**
3836 **Civis – COBRAPOL)** – Olha, amigos, pode parecer um tanto chato esse tema porque
3837 já tratamos aqui durante dois anos de aposentadoria do policial. A própria 1ª Conseg
3838 deliberou que os policiais devem ter uma aposentaria especial diferenciada. E eu
3839 mesmo já fui incumbido de fazer uma defesa para este pleno e este pleno emitiu uma
3840 nota, está na pasta azul que os senhores receberam, ocasião em que nós levamos para o
3841 ministro e foi entregue em mãos a ele. Só que até o momento não temos uma definição
3842 por parte do Governo Federal, e nós já sabemos que o ministro nos disse que o
3843 Ministério da Justiça atende o pleito, mas que existe dentro do Governo Federal
3844 algumas forças contrárias, não sei se é o Ministério do Planejamento ou o Ministério da
3845 Previdência. Diante disso, fizemos algumas ações, tivemos audiência com o ministro da
3846 Previdência e ele disse que também já aceita nossos argumentos, mas ainda existe uma
3847 indefinição, sabemos o que está acontecendo, mas não tem nada definitivo. O que
3848 estamos provocando, não eu, o colega Marcos, eu creio, é justamente o governo se
3849 manifestar ou o Ministério da Justiça se manifestar para este pleno, não para as
3850 entidades, porque isso também é uma medida corporativa, sim, mas ela ganhou corpo a
3851 partir do momento que a Conseg, ela mesma definiu que deveria ser tratada dessa
3852 forma. De maneira que estamos querendo uma definição por parte do governo. E o
3853 Marcos aproveitou para que possamos ir também representando o conselho numa forma
3854 de comissão ou o presidente, ou um ou dois, a quem for delegado, ir ao Congresso, ir à
3855 Casa Civil, ir ao Ministério da Justiça novamente, ir à Presidência da República, ao
3856 Ministério do Planejamento para que possamos definir isso de uma vez por todas. Para
3857 aqueles que não entendem, deixe-me explicar a vocês: em 1985, o então presidente José
3858 Sarney emitiu uma lei dando direito de o policial se aposentar depois de 20 anos de
3859 serviços na atividade policial e tendo a contribuição fora da atividade policial, o restante
3860 seria 10 anos, então 30 anos para o homem e para a mulher, não sendo diferenciado para
3861 o gênero. É só para explicar àqueles que não sabiam o estágio em que está. Então, no
3862 mesmo dia em que foi revogado o decreto daqui do Conasp, no dia 31 de dezembro de

3863 2010, no final do governo Lula, também editaram uma Lei Complementar de número
3864 554. Daí essa confusão toda, essas nossas insistências de tentar resolver isso de uma vez
3865 por todas.

3866

3867 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
3868 **Brasil)** – Gandra, a proposta de Marcos é que nós criemos uma comissão da qual você
3869 fará parte para acompanhar isso. O pleno está em condições aprovar essa comissão?

3870

3871 **O Sr. Márcio Correa Godoy (Associação Brasileira de Criminalística – ABC) -**
3872 Marcos Dias, nós entendemos e endossamos esse encaminhamento que vocês estão
3873 apresentando. Gostaríamos até de participar dessa comissão. Mas, temos uma
3874 dificuldade, primeiro que eu moro em Mato Grosso, Cuiabá. Esse deslocamento para cá
3875 está tendo uma dificuldade junto ao meu órgão. Até para vir aqui eu tenho que trazer
3876 toda a documentação e mostrar o Diário Oficial, um monte de coisas para liberar para eu
3877 vir. Então, estou de acordo com esse encaminhamento, acho que tem que fazer esse
3878 trabalho político mesmo para avançar, tem que ter a recomendação porque é uma
3879 ferramenta importante, agora temos que saber usar essa ferramenta com pressão
3880 política. Nós endossamos isso, mas, infelizmente, não posso fazer parte, mas quero
3881 contribuir de longe no que for possível.

3882

3883 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
3884 **Brasil)** – Ok. É consenso em criar uma comissão?

3885

3886 **Sr. Elder Costa Santos (Fórum Nacional de Juventude Negra – FONAJUNE) –**
3887 Boa-tarde. De antemão, gostaria de dizer que o mérito do que está sendo colocado aqui,
3888 tem o apoio deste conselheiro, no entanto, eu queria refletir o seguinte: das 15
3889 recomendações que nós conseguimos formular, aprovar, não vimos efetividade
3890 praticamente em nenhuma e precisávamos ter tido esse tipo de atitude de termos
3891 formados forças-tarefa em cima de cada recomendação para fazer com que elas
3892 tivessem efetividade. Acho que um pouco dormimos no ponto nesse sentido de que
3893 precisava a cada recomendação, lógico que teve recomendações aqui como a da
3894 formação dos conselhos estaduais que nós confiamos que o Ministério da Justiça, com
3895 seu poder de Governo Federal, iria estímulo os estados a formularem os conselhos, não
3896 foi isso que aconteceu. Então, quem sabe nós não deveríamos ter feito isso, fazer uma
3897 comissão ou força-tarefa para que essa recomendação dos conselhos, por exemplo,
3898 fossem levadas a efeito. Então, por isso que eu apoio a proposta que está sendo colocada
3899 e lamento não termos feito isso em cima de outras recomendações. Vamos fazer, mas o
3900 tempo é exíguo, talvez seja a última, não sei.

3901

3902 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
3903 **Brasil)** – Ainda temos uma ordinária em dezembro. Tem muito trabalho ainda. Então, **a**
3904 **plenária está apta para aprovação ou não da proposta do conselheiro Marcos?**
3905 **Aqueles que aprovam a criação da comissão como foi proposta, se há consenso,**
3906 **permaneçam como estão. APROVADO POR CONSENSO PARA CRIAR A**
3907 **COMISSÃO.** Vamos criar a comissão: **Mariano: gestor; dos trabalhadores seriam o**
3908 **Marcos Dias, Marcos Rezende, Célia Rique, Raquel Wiladino e a Mesa Diretora,**
3909 **Héder Martins, Eliana Sousa, Evaldo Augusto, Kléber e Almir Laureano.** Pessoal,
3910 já foi aprovada a comissão. Nós estamos para receber o grupo que vem apresentar o
3911 programa Juventude Viva. **Vamos dando sequência ao trabalho, na hora que eles**
3912 **chegarem, como foi consenso de manhã, nós paramos e começa a apresentação. Há**

3913 **consenso nisso? Sim.** Nós vamos colocar a tabela com as datas das audiências da 2ª
3914 Conseg? Pessoal, podemos abrir para informes para adiantar? Então, está aberto para
3915 informe.

3916

3917 **O Sr. Márcio Correa Godoy (Associação Brasileira de Criminalística – ABC)** – Nós
3918 paramos naquele item da Conseg pela manhã. Não tem como trabalharmos esse item?
3919 Tudo bem. Se for esse item, sou eu. Hoje de manhã foi interrompido. Sobre essa
3920 questão da Conseg, eu vi o Tião apresentado hoje pela manhã, eu acatei a proposta do
3921 Tião de que os conselheiros não fiquem só na dependência do poder público. Que
3922 possamos algumas ações, de repente não aquelas que imaginávamos, não aquelas que
3923 poderíamos fazer com toda estrutura, mas também não podemos deixar de fazer. Lá em
3924 Mato Grosso estou pensando em realizar no dia 28 de novembro, dentro das nossas
3925 possibilidades, não vamos promover que vamos criar um movimento grande, mas
3926 queremos plantar essa semente ali sobre a Conseg. Então, estamos pensando nessa data.
3927 Agora, o que temos dificuldade lá presidente é que, eu apesar de ser presidente de
3928 sindicato lá, ainda não tenho a disponibilidade para trabalhar como presidente da
3929 entidade, tenho que ficar também trabalhando na dia a dia. Então, temos dificuldade de
3930 trabalhar. A minha dificuldade vai ser é mais uma demanda de serviço. **E aí eu gostaria**
3931 **que fosse encaminhado aqui um documento para até eu me apresentar junto ao**
3932 **secretário, à nossa direção-geral para que possamos ter respaldado nessas ações.**
3933 Acho que é interessante fazer esse encaminhamento, mas precisamos desse respaldo
3934 também aqui no Conasp.

3935

3936 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
3937 **Brasil)** – Isso já foi pedido e aprovado, nós vamos mandar para o secretário isso,
3938 informar.

3939

3940 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** – E manda com cópia para os
3941 conselheiros no estado.

3942

3943 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
3944 **Brasil)** – Sem dúvida.

3945

3946 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público)** –
3947 É só um esclarecimento, qual é o objetivo dessa consulta, e segundo, qual é a
3948 perspectiva de sair o ato de convocação para a Conseg? Vai sair no ano que vem?

3949

3950 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
3951 **Brasil)** – A resposta para essa questão foi colocada ontem na reunião e nesses próximos
3952 10 dias vamos obter a resposta oficial do Ministério da Justiça com relação a isso. Essas
3953 audiências públicas foram inclusive iniciadas na Reunião Extraordinária com o
3954 ministro, que ele inclusive fez questão de falar de que gostaria de realizar a 2ª Conseg,
3955 mas que fosse antecipada com audiências públicas para que as pessoas nos estados se
3956 envolvessem...

3957

3958 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público)** –
3959 Mas, isso é para instrumentalizar o ato porque a convocação vai ser feita pela Presidente
3960 da República. Porque na convocação das conferências nacionais, existem as dimensões
3961 municipais, estaduais. E essa consulta pública é anterior a isso? O que é isso?

3962

3963 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
3964 **Brasil)** – É anterior a isso. Para construção do texto-base.

3965

3966 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
3967 **Municipais de Segurança Pública)** - O nome não é consulta, é uma audiência pública
3968 para discutir os temas que nós já deferimos aqui. É para mobilização. Não é consulta, é
3969 audiência.

3970

3971 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público)** –
3972 Certo. Sendo audiência pública o objetivo é o seguinte: é colher informações para que
3973 isso seja encaminhado depois pelo Conasp e para a Presidência da República para que
3974 ela baixe lá a convocação e nessa convocação seja disparado o sistema de construção da
3975 conferência nacional que passa por uma série de projetos locais, estaduais, é isso? Não
3976 está muito claro para mim. Porque a grande verdade é a seguinte: se o Executivo não
3977 sinalizar que vai baixar o decreto com a conferência nacional, ficamos aqui fazendo
3978 essas coisas para quê?

3979

3980 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
3981 **Brasil)** – Marcos, vamos mandar novamente o projeto. Nós enviamos o projeto da
3982 **2ª Conseg com todas as orientações, vamos enviar novamente.**

3983

3984 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público)** –
3985 Não, Almir, o que falo aqui é muito simples, isso depende da Presidência da República.
3986 Então, já foi feita uma coisa inicial, já tem um manancial porque a conferência nacional,
3987 os temas são realizados no bojo de uma convocação, há lá um procedimento de como
3988 vai ser construído isso, o que ocorre é que o Executivo não sinalizou nada se vai ter a
3989 conferência ou não, e ficamos fazendo essas coisas nos estados, para quê? Todas as
3990 conferências nacionais dependem de um decreto da presidente. Ela diz assim: “Eu
3991 autorizo que o Conasp seja a instância organizadora da Conferência Nacional, nada
3992 disso tem. Nessas circunstâncias eu não vou participar em Pernambuco não.

3993

3994 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
3995 **Municipais de Segurança Pública)** – Olha, só companheiras e companheiros, em parte
3996 o que o conselheiro Marcos Costa tem razão que não tem uma formalidade ainda do
3997 Governo de instauração do processo da conferência. Eu acho que nós deveríamos,
3998 presidente, este plenário deveria fazer uma manifestação ao Ministro da Justiça
3999 solicitando, formalmente, o prazo para a instalação formal da conferência porque ele já
4000 tem o compromisso junto conosco lá na abertura dos trabalhos este ano, o ministro disse
4001 que terá a conferência, eu vou apoiar e vai ter recurso. Ele assumiu o compromisso de
4002 que terá a conferência. Agora, eu acho que para reforçar não é impeditivo ter audiências
4003 públicas, agora, evidentemente que dá outro peso para nossas audiências públicas nos
4004 estados, inclusive, para ser visto pelos governos estaduais e pela sociedade civil de ter a
4005 informação de que: “Olha, o decreto ou a regulamentação do início formal da
4006 conferência vai sair no final de outubro ou novembro”, tem que ter uma data, com isso
4007 eu concordo com ele que não tem sentido fazer Audiência Pública para pressionar. Eu
4008 para fazer audiência pública para ter conferência, eu prefiro não fazer porque nós já
4009 discutimos aqui que terá conferência, o ministro assumiu isso perante o pleno. Então, as
4010 datas que indicarmos aqui das audiências públicas têm que fazer parte, presidente, de
4011 um documento ao Gabinete do Ministro dizendo que nós vamos realizar várias
4012 audiências públicas para fortalecer os eixos estratégicos da conferência que eram 7 para

4013 ter uns 4 que a população entende ser mais prioritários, mais emergentes, razão pela
4014 qual é fundamental ter uma formalidade do processo da conferência do ponto de vista
4015 do Governo Federal. Essa é uma questão só para dialogar com a fala do conselheiro
4016 Marcos. E aí eu já ia entrar no tema, nós consultamos o Malta e o Rildo de realizar a
4017 nossa audiência no estado de São Paulo em fevereiro, mas alguém disse: “Mas, já teria
4018 acabado o mandato?”, não, eu não sei se acabou o mandato, nós estamos debatendo se
4019 vão ficar os mesmos conselheiros, se vão ser reconduzidos ou não. Agora
4020 independentemente de quem vai ser reconduzido, é importante ter a conferência com
4021 qualquer que seja o representante de São Paulo. E aí os representantes de São Paulo,
4022 com exceção do Rildo, tem uma relação de representação de governo, o Malta é
4023 presidente Nacional das Guardas e nessa função ele é comandante da Guarda de São
4024 Paulo. Eu sou secretário municipal e não sei se vou continuar assim. De modo que eu
4025 acho que independentemente do debate que nós realizamos ontem e levamos para o
4026 Gabinete do Ministro sobre mudar o artigo 6º, nós não temos que estar presos, Eliana, é
4027 a minha avaliação, a que as audiências públicas todas têm que ser realizadas até
4028 novembro porque às vezes existem dificuldades de organizar audiência, com
4029 participação efetiva até novembro. Por isso, que em fevereiro, independentemente de
4030 quem esteja aqui, se for outro conselheiro, ele terá a obrigação de fazer a audiência em
4031 São Paulo em fevereiro.

4032

4033 **A Sra. Célia Dantas Gentile Rique (Gabinete de Assessoria Jurídica às**
4034 **Organizações Populares – GAJOP)** – Olhem, eu estou com uma dificuldade de voltar
4035 para o meu estado e me posicionar a respeito desse compromisso. Eu vejo a
4036 responsabilidade a respeito de fazer essa audiência como um compromisso. Nós
4037 votamos isso aqui, e agora é colocada uma série de dúvidas. Eu tenho compromissos
4038 com este pleno e tenho compromisso com as minhas bases. Nós temos que sermos
4039 transparentes, inclusive, a respeito do lugar e dessas decisões que estão sendo tomadas
4040 aqui. De forma que eu estou me sentindo numa situação um pouco delicada. Quer dizer,
4041 eu vou voltar para meu estado, já temos uma agenda com datas marcadas etc., e quando
4042 chegarmos lá vamos encaminhar o que estava programado, não vamos, que tipo de
4043 atitude é essa: “Não, não vamos mais fazer porque se recuou, estamos esperando uma
4044 nova decisão do ministro”, são realmente questões muito complicadas porque até então
4045 eu me senti com a obrigação no expediente da manhã de prestar contas a todos vocês de
4046 um compromisso coletivo que eu tinha assumido aqui. De forma que, diante dessas
4047 dificuldades, inclusive, achei ótimo um esclarecimento a partir de uma proposição de
4048 Tião de que nós iríamos fazer conforme as circunstâncias que se apresentem em cada
4049 estado. Você não tem conjuntura tão favorável em todo canto. E nós estávamos
4050 realmente dentro dessa linha. Se bem que continuamos tentando manter o diálogo com o
4051 estado. Tenho certeza de que eu isso vai ser viabilizado. Agora, diante dos novos
4052 encaminhamentos, nós continuamos com pendências na expectativa de chegar uma
4053 resposta dentro dos próximos dias que é uma expectativa, não é uma certeza, de forma
4054 que fica difícil, estou me sentindo com dificuldade de tocar o trabalho que nós já
4055 iniciamos em Pernambuco.

4056

4057 **O Sr. José de Ribamar de Araújo e Silva (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia**
4058 **– FNOP)** - Eu sou dos mais novos, eu só tenho um ano por aqui. Sou também daqueles
4059 que está impaciente com passos mais rápidos na linha da política que desenvolvemos.
4060 Mas, também não concordo que não tenhamos feito nada nesses últimos dois anos. Até
4061 porque neste primeiro ano que estou aqui, eu vi muito trabalho e demandei muito
4062 trabalho e encaminhei diversos trabalhos porque temos uma agenda política a socializar

4063 nos estados que é uma agenda até mesmo no aspecto negativo que ela tenha, do que
4064 precisava ter avançado mais já que lidamos com diversas políticas de estado com uma
4065 demanda represada de anos é uma agenda mobilizadora, até no seu aspecto negativo,
4066 pelo que ela tem a ser feita. Digo isso para dizer que temos matéria suficiente para
4067 mobilização da 2ª Conseg, sobretudo, na respectiva de uma política de estado que é
4068 sistêmica e para além dos governos e que deve dialogar no pacto federativo com os
4069 entes e engajar os entes federados estaduais e municipais. Eu acho que isso é matéria
4070 substantiva, é um débito que nós, como conselheiros nacionais, temos que assumir,
4071 dividir e produzir a mobilização necessária até pela agenda negativa que ela possa ter
4072 frente à alguma conjuntura na maioria dos estados, seguramente no Maranhão também.

4073

4074 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
4075 **Brasil)** – Pessoal, concordamos que quando chegasse a equipe da apresentação do
4076 Juventude Viva nós iríamos parar. Marcos, com a palavra.

4077

4078 **O Sr. Marcos Antônio da Silva Costa (Conselho Nacional do Ministério Público)** –
4079 Pessoal, em relação a essas audiências, por exemplo, imagina chamar a sociedade civil e
4080 a sociedade civil perguntar: “Vai ter Conseg?” e você diz: “Não sei, eu não tenho essa
4081 resposta do ministro da Justiça”, como é que vamos mobilizar se não temos as
4082 respostas? Se não sabemos nada, nós não temos essa resposta. “Sim, vocês nos
4083 chamaram, a sociedade civil, estamos mobilizando e não sabem o que vai acontecer!”.
4084 Diferentemente, por exemplo: “Ah, estamos fazendo uma audiência pública para obter
4085 subsídios para que o Conasp possa preparar uma proposta a ser encaminhada ao
4086 ministro da Justiça para que ele decida se vai convocar ou não a 2ª Conseg”. Essa muda
4087 de figura. Então, o que é isso, afinal de contas? Porque se analisarmos todos os decretos,
4088 a Presidência da República está aqui, trabalha com isso diariamente, está lá, sai um
4089 decreto da Presidência e autoriza e aí dispara todo procedimento de mobilização
4090 nacional, consultas públicas, consultas virtuais, assim por diante. Que jogo é esse que
4091 estamos jogando? Então, não faz sentido, que evento é esse que estamos chamando a
4092 sociedade civil? É para obter subsídios para melhorar a proposta do Conasp que vai ao
4093 ministro ou essa proposta já está lá e não precisa disso, nós precisamos, na realidade, é
4094 de uma decisão se vai ser convocada e se vai ser disparado o processo de mobilização
4095 nacional, e aí sim vai fazer? É isso que estou colocando. E aproveitando uma fala de
4096 Ribamar para dar uma contextualização, a minha perspectiva crítica em relação ao
4097 nosso trabalho nesses últimos dois anos não diz respeito à parcela individual de cada um
4098 que se senta nesta cadeira, todo mundo aqui reservou tempo, ligou, tentou construir o
4099 máximo possível, deu o sangue por este Conasp, agora, coletivamente, este conselho
4100 não conseguiu se firmar. Não é por nada que o nosso presidente Almir foi tratado do
4101 jeito que foi tratado ontem. Um conselho que é respeitado pelo Poder Executivo jamais
4102 o seu presidente teria sido tratado daquela forma onde o chefe do gabinete do ministro
4103 nem sabe que o Conasp está dentro do Gabinete do Ministro. A realidade dura tem que
4104 dita porque, infelizmente, os governos só se movem quando há uma colocação da
4105 realidade. E a nossa realidade nesses 2 anos foi que este conselho não conseguiu por
4106 força da atuação do Governo Federal se solidificar como um ambiente adequado para
4107 construção da política nacional de segurança pública.

4108

4109 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
4110 **Brasil)** – Em que pese a preocupação do nosso conselheiro Marcos com relação ao
4111 tratamento à pessoa do presidente do conselho, eu quero dizer que não me senti tal
4112 como ele colocou porque eu conversei com a presidenta, ela ligou para o chefe de

4113 Gabinete, o chefe de gabinete estava com o ministro na reunião, ligamos para que ela
4114 pudesse facilitar a transição, ela fez a ligação, eu fui lá, mas como o ministro estava em
4115 reunião com o chefe de gabinete, ele nem poderia me tratar mal, nem bem. Eu só deixei
4116 o telefone dizendo que estávamos com tal proposta. Quando eu cheguei aqui e coloquei
4117 isso, o pleno tomou uma decisão e fomos lá; eu não vi nenhum tratamento inadequado e
4118 não me sinto assim, inclusive com todos que fazem o ministério até hoje eu não me
4119 senti destrutado. Obrigado, Marcos, pela atenção, mas não foi o que você colocou. Mas,
4120 o conselheiro Tião pediu a palavra com relação a esse tema que o Marcos estava
4121 falando.

4122

4123 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** - Com todo respeito ao companheiro
4124 Marcos e consideração e respaldando a preocupação que ele tem, permanente em
4125 relação ao conselho, isso para nós é um ponto vencido. Eu sou do tempo em que não
4126 basta ter papel assinado para confiar nas pessoas, embora tenha alguma coisa escrita.
4127 Nós fizemos uma reunião de quase 4 h com o ministro, onde ele não só pediu em função
4128 de um processo eleitoral a mudança do calendário da conferência que seria para este
4129 ano, pedindo para ser ano que vem, então, houve um acordo não só de uma questão de
4130 data e de possibilidades, mas também o compromisso dele, está na ata isso, de que vai
4131 se realizar a 2ª Conseg no ano que vem. Então, não preciso ter nada escrito para
4132 acreditar no que foi dito publicamente e está numa ata de um conselho como o nosso.
4133 Então, toda nossa mobilização que aqui assumimos e já está também como pauta
4134 vencida e aprovada deve se dar como estamos planejando que se dê, com ou sem o
4135 apoio financeiro ou de material do ministério porque esse é um compromisso do Conasp
4136 e nós vamos realizar esse compromisso com muito prazer e com muita vontade porque
4137 isso faz parte do nosso trabalho, isso é nosso papel até porque a pauta de segurança
4138 pública no Brasil não é só a conferência, em qualquer lugar que vamos hoje no país tem
4139 se formos discutir segurança pública tem gente querendo discutir. E nós temos o dever,
4140 enquanto conselheiros, prestarmos contas do nosso trabalho durante dois anos aqui
4141 neste conselho, então, não faltam motivo para isso. E creio, piamente, que não vai haver
4142 nenhum retrocesso com aquilo que foi assumido como compromisso pelo ministro da
4143 Justiça.

4144

4145 **O Sr. João Francisco da Mata Junior (Secretaria-Geral da Presidência da**
4146 **República)** – Marcos Costa, uma posição intermediária, Tião e Raquel, lá no nosso
4147 artigo 50, do nosso Regimento Interno, tem a possibilidade de o Conasp fazer
4148 audiências públicas para debater segurança pública. Então, poderíamos não apenas com
4149 base nas deliberações deste pleno, mas também com base no nosso artigo 50, aí
4150 podemos utilizar a Raquel para desenvolvermos uma metodologia não necessariamente
4151 para ser tratar da Conseg, mas, sim, audiências públicas que podem ser incluídas o tema
4152 Conseg, mas não necessariamente e o que não impediria de fazer.

4153

4154 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
4155 **Brasil)** – Está aprovado. Estamos falando de matéria vencida e aprovada. Bem, nós
4156 estamos agora com a apresentação do programa Juventude Viva que está aqui com
4157 Severine Macedo, que é a secretária Nacional de Juventude, que prazer (aplausos). Seja
4158 bem-vinda.

4159

4160 **A Sra. Severine Macedo (Secretária Nacional de Juventude)** – Boa-tarde a todos e
4161 todas. Eu queria agradecer bastante o convite que foi feito para que nós estivéssemos
4162 com vocês hoje apresentando essa iniciativa conjunta entre vários ministérios e que

4163 também é uma demanda do movimento social, retomar um pouco do histórico da
4164 construção do plano, saudar o presidente, toda mesa-diretora, os conselheiros, estamos
4165 aqui com a presença da Fernanda Maquiavelha e a Fernanda Papa que estão na
4166 coordenação do plano dentro da Secretaria-Executiva da Secretaria-Geral da Presidência
4167 e da Secretaria Nacional de Juventude. Acho que é importante antes da apresentação do
4168 plano recuperar um pouco do processo de organização dessa agenda. É importante
4169 lembrar que o tema de enfrentamento da violência, da prevenção da violência contra a
4170 juventude negra é uma demanda histórica dos movimentos juvenis, do movimento
4171 negro, eu sei que foi uma pauta de vocês também, do Conasp, assim como do Conselho
4172 Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Promoção de Igualdade Racial, é
4173 resolução de várias conferências nacionais, inclusive, a 1ª Conferência Nacional de
4174 Juventude elegeu este tema como a primeira resolução daquela conferência de 2008, foi
4175 reafirmado no ano passado na 2ª Conferência Nacional de Juventude, então, esse
4176 esforço que construímos dentro do Governo Federal numa sala de situação dentro do
4177 Fórum de Direito e Cidadania, que foi um fórum instituído pela presidente Dilma e
4178 coordenado pela Secretária-geral da Presidência da República esse foi um dos temas
4179 eleitos, diga-se de passagem, foi o primeiro tema de consenso desse fórum que reunia
4180 uma série de ministros, foi o primeiro tema consensuado onde construímos uma sala de
4181 situação com mais de 10 ministérios que estão há mais de um ano elaborando e
4182 discutindo essa problemática. Esta apresentação que vou fazer para vocês é um pouco
4183 fruto desse esforço do governo de fato ter desafiado ter discutido esse tema porque
4184 temos uma dívida histórica em responder os fatos seriíssimo dos homicídios no país,
4185 especialmente, os homicídios contra jovens negros que hoje lideram todos os
4186 indicadores no Brasil é também é fruto de uma luta social muito forte do movimento
4187 juvenil nas nossas conferências. Gostamos sempre de enfatizar porque é fruto de um
4188 processo muito coletivo, assim como essa agenda foi constituída a várias mãos, não só
4189 com o governo, mas também num dialogo com o Fórum Interconselhos. É importante
4190 lembrar tínhamos a participação do nosso querido Helder, do Marcos também nas duas
4191 etapas do Fórum Interconselhos, o Everaldo, nós tivemos além de dois Fóruns
4192 Interconselhos que discutiu e fez propostas ao plano, é uma apresentação para o
4193 Conselho Nacional de Juventude, uma apresentação para o Conselho Nacional de
4194 Igualdade Racial, nós tivemos uma reunião com o movimento *hip hop*, foram vários
4195 processos de consultas e debates com a sociedade que ajudaram a melhorar o plano. Nós
4196 sabemos que nem tudo está resolvido, mas achamos que é um importante início de uma
4197 resposta a esse problema. Então, só para retomar um pouco dos dados, que vocês já
4198 devem ter discutido à exaustão aqui no conselho, mas problemática de enfrentar os
4199 dados apontam que no Brasil o problema da violência tem idade, tem raça e tem
4200 território. Os homicídios estão concentrados nas grandes cidades, nos grandes centros
4201 urbanos. A liderança desses indicadores são por jovens, jovens homens, na sua maioria
4202 negros e são nesses territórios urbanos nas maiores cidades do nosso país. Então,
4203 recuperando os dados: em 2010, morreram no Brasil quase 50 mil pessoas vítimas de
4204 homicídios, 26,2 a cada 100.000, 70,6% dessas vítimas eram negras e 26.854 tinham
4205 entre 15 e 29 anos, ou seja, 53% do total eram jovens. 74,6% dos jovens assassinados
4206 eram jovens negros. Esse indicador de que são homens, mais de 90% homens, e desse
4207 total então em torno de 70% dos homicídios são contra jovens negros e isso está
4208 concentrado em 132 municípios brasileiros. Esses municípios nós elegemos na agenda
4209 como os municípios prioritários representam 70% dos homicídios no Brasil, então, tem
4210 uma concentração em menos de 150 municípios, num total de mais de 5.000. Um pouco
4211 da evolução das taxas de homicídios, que também não é novidade para vocês. Esse
4212 indicador das taxas de homicídios na juventude, então o gráfico exemplifica onde está

4213 concentrado efetivamente o maior número de vítimas por homicídios no país. Esse
4214 gráfico da esquerda, esse risco verde é o número de jovens negros assassinados no
4215 nosso país, e a lista vermelha são os brancos e amarelos. É visível nesse gráfico o
4216 tamanho da disparidade que temos hoje e o indicador muito maior de homicídio de
4217 jovens negros no país. Além dessa constatação de que são jovens negros das periferias
4218 os que mais morrem no país, esses jovens também têm baixa escolaridade, o grosso de
4219 jovens que são assassinados no Brasil tem entre 4 e 7 anos de estudo, não são
4220 analfabetos, mas têm baixa escolaridade, ou seja, tem um processo de exclusão aí,
4221 inclusive da escola que é um direito básico da juventude. Ai os estados com os
4222 indicadores de homicídios contra jovens negros nos 9 estados, Alagoas lidera essa lista,
4223 temos a seguir Espírito Santos, Paraíba, Pará, Distrito Federal e Pernambuco, tem um
4224 único estado do Brasil que morrem mais jovens brancos do que negros que é o estado
4225 do Paraná e esse cálculo de mortes de jovens negros já é proporcionalmente à
4226 população, então, na época em Alagoas tem mais jovens negros do que no Paraná que
4227 morrem mais jovens negros em Alagoas do que no Paraná. Por que trouxemos esses
4228 dados de Alagoas? Na construção dessa agenda nós optamos...

4229
4230 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais**
4231 **Civis – COBRAPOL)** – Nós precisamos de dados consistentes, robustos para que
4232 possamos orientar, por exemplo, temos uma pesquisa realizada em 2011, e olha que em
4233 2012 já poderíamos comemorar 114 anos da Abolição da Escravatura no Brasil e nós
4234 vemos que não temos que comemorar, muito pelo contrário, temos é que lamentar
4235 porque passados mais dessas centenas de anos, não conseguimos ainda dizer que nós
4236 somos um povo racista, que nós discriminamos os nossos irmão brasileiros. Para
4237 encerrar, a pergunta mais objetiva é sobre exatamente essa questão: quem está matando
4238 a juventude negra? São as forças policiais...(interrupção na gravação).

4239
4240 **A Sra. Severine Macedo (Secretária Nacional de Juventude)** – ... com o deputado
4241 Paulo Teixeira e com o Marivaldo que é o secretário de Assuntos Legislativos que, com
4242 certeza, eles vão dar esclarecimentos melhores do que nós que somos da Secretaria-
4243 Geral da Presidência, somos especialistas da área da juventude. Eu queria falar mais
4244 então sobre essas ações de prevenções que são os outros três eixos.

4245
4246 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
4247 **Brasil)** – Eu gostaria então que fosse concluído porque está perto de terminar para
4248 começarmos o debate porque qualquer pergunta altera o curso.

4249
4250 **A Sra. Fernanda Papa (Secretaria Nacional de Juventude)** – Então, sendo bem
4251 breve, passando a palavra para a secretária Severine fazer esse encerramento. Dos
4252 outros três eixos têm a desconstrução da cultura de violência 4 ações fundamentais, e eu
4253 vou destacar que é a Campanha contra Banalização da Violência, a Formação da Rede
4254 de Juventude Viva e o Projeto Viva Jovem Ponto Com que já prevê que os jovens sejam
4255 os protagonistas no processo de prevenção contra a violência e enfrentamento dessa
4256 cultura de violência já está em curso, o edital foi aberto, Alagoas apresentou 22
4257 projetos, o Brasil inteiro apresentou, foram quase 200 projetos apresentados, eles estão
4258 sendo avaliados e logo mais já vai estar em execução. Então, esse é um projeto que é
4259 bastante importante. As outras duas ações, vamos fazer um convite no final e a
4260 secretária vai fazer o convite então não vou aprofundar. Inclusão e oportunidade de
4261 garantias de direitos – ali está prevista uma ação do Ministério da Justiça que vocês já
4262 conhecem que é o Protejo, mas também estão previstas ações de vários outros

4263 ministérios, então, o Ministério da Educação colocou para o Jovem Urbano que é um
4264 projeto fundamental para jovens de mais de 18 anos que não terminaram o ensino
4265 fundamental, é um projeto de aceleração, um ano e meio eles terminam o ensino
4266 fundamental e ainda têm um processo de formação profissional, é um projeto
4267 fundamental do plano. Além disso, tem o Pronatec, que é o programa de qualificação
4268 profissional do Governo Federal, e centros de economia solidária, centros de incubação
4269 de empreendimentos da juventude que é também uma ação do Ministério do Trabalho.
4270 Tem para jovem trabalhador, tem o Brasil Plural com prêmio para os grupos que
4271 praticam *hip hop*, então, para estimular os grupos de *hip hop* no Brasil inteiro. Tem o
4272 edital Pintando a Cidadania, Torcidas Organizadas, que é um projeto do Ministério dos
4273 Esportes para as torcidas organizadas onde existe uma concentração muito grande de
4274 jovens, tem o Plansec Urbano que é outro programa de qualificação profissional, enfim
4275 é uma série de projetos que garante a esses jovens oportunidades e inclusão no mundo
4276 do trabalho ou na escola. E tem por fim, o terceiro eixo que é o transformação dos
4277 territórios, que tem algumas ações focadas principalmente na ampliação da oferta de
4278 equipamentos e serviços naqueles territórios mais violentos dos municípios,
4279 principalmente nos territórios da periferia dos centros urbanos, ali está previsto
4280 academias de saúde, usinas culturais, que é programação cultural para essa população,
4281 praças do esporte e cultura, pontos de cultura, projetos de esporte e lazer na cidade,
4282 Programa Segundo Tempo, Praças da juventude e Estação Juventude que é um
4283 programa fundamental, que o edital está agora aberto e disponível no SICONV, para os
4284 municípios apresentarem e que garante, o Estação da Juventude é um equipamento
4285 voltado para a juventude que oferece justamente profissionais que podem apontar esses
4286 caminhos, essas alternativas para a construção dos percursos desses jovens, além de
4287 outros serviços. Severine, você quer retomar?

4288
4289 **A Sra. Severine Macedo (Secretária Nacional de Juventude)** – Para nós
4290 terminarmos, as ações que a Fernanda apresentou aqui que estão propostas para o estado
4291 Alagoas são as ações gerais que prevê do Plano Juventude Viva em nível nacional,
4292 começamos tratando especificamente da implementação no estado de Alagoas agora,
4293 esses quatro municípios, essas ações são as ações fechadas, já quantificadas, e o
4294 orçamento previsto para implementação do Juventude Viva lá em Alagoas até 2014 é de
4295 oitenta e sete milhões, é o que está girando em torno o orçamento dessa agenda para
4296 implementação no estado. Quais são os próximos passos agora que nós estamos
4297 propondo para os desdobramentos da agenda? No dia vinte e sete de setembro foi o
4298 lançamento lá em Alagoas, nós estamos na fase da discussão, da implantação do
4299 programa, tem reuniões permanentes com o governo do estado, com as prefeituras para
4300 discutir a implantação dos programas, mas também a criação dos comitês gestores, o
4301 debate com a sociedade civil, nós estamos permanentemente sentados com as
4302 organizações locais para discutir o plano, a sua implementação, a gestão integrada do
4303 plano em nível local e nacional, e estamos fechando a proposta, fechando ainda não,
4304 trabalhando na proposta da Campanha Nacional da Juventude Viva, que é uma
4305 campanha de inserção nos meios de comunicação alternativos, na internet, é uma
4306 estratégia também de debate com as próprias comunidades, então a nossa proposta é que
4307 no dia vinte e sete de novembro, se tudo der certo, nós façamos o lançamento da
4308 campanha, a campanha faz parte da estratégia do eixo um, da desconstrução da cultura
4309 de violência, porque nós temos um problema claro hoje e que precisa ser enfrentado
4310 dentro das instituições, que fazem com que esses jovens sejam assassinados, mas na
4311 sociedade como um todo, nós temos o problema da banalização da violência, tem o
4312 problema desses jovens negros serem mais expostos à situação de violência, como bem

4313 falaram algumas pessoas do Ministério da Justiça no lançamento do plano, não tem um
4314 ou dois fatores somente que causam a morte desses jovens, são vários fatores, nós
4315 precisamos conseguir identificar um pouco disso melhor e trabalhar sobre eles. Alguns
4316 nós já sabemos quais são, são vários fatores, o tráfico é um deles, no nosso
4317 entendimento, então, esse eixo, para tentarmos concluir, ele visa também discutir com a
4318 sociedade, ou seja, a campanha é para promover o debate nas redes, não só nas redes
4319 sociais, nas comunidades, nós pretendemos fazer seminários, discussões, campanhas de
4320 inserção nos vários instrumentos que temos de TV, rádio, internet, então a ideia é que
4321 essa campanha vá para a rua no mês de novembro e que nós façamos no dia vinte e sete,
4322 além do lançamento da campanha, faça uma devolutiva para o Fórum Interconselhos
4323 então, vocês vão ser convidados novamente, junto com o Conselho de Igualdade Racial,
4324 junto com o Conselho Nacional de Juventude, Conselho Nacional de Cultura, de
4325 Educação, para que nós possamos apresentar não só essa versão do plano de Alagoas,
4326 mas já a estratégia de implementação seguinte nos demais municípios, e vamos nesse
4327 dia também apresentar um edital de apoio à organização da rede nacional de
4328 mobilização do Juventude Viva, nós já temos mais de quatrocentas entidades mapeadas
4329 aí, que vêm participando desse processo, a ideia é que essas organizações de fato, que já
4330 têm uma atuação, que já têm uma atuação em rede, possam estar de uma maneira mais
4331 organizada acompanhando, monitorando, fiscalizando, criticando e propondo questões
4332 para essa agenda. Queria para concluir de verdade, deixar muito aberto a participação
4333 do Conasp no processo, não só da implementação em Alagoas, do que já ficou definido
4334 para Alagoas, mas para discussão dessas etapas seguintes, para ir sempre melhorando o
4335 plano, adequando-o à realidade para que, de fato, nós possamos enfrentar e reverter
4336 esses indicadores no Brasil a partir de ações no campo da prevenção. Nós sabemos a
4337 importância que tem as ações de segurança, esse nosso plano não pretende, o Juventude
4338 Viva não é o plano que vai reduzir o homicídio imediatamente. Nós queremos de fato,
4339 prevenir, reduzir a exposição e a vulnerabilidade desses jovens, então, são um conjunto
4340 de ações que vão ter que ser implementadas daqui para frente, então, deixar o convite, o
4341 pedido e o apelo para ter uma participação de vocês cada vez mais forte nas etapas
4342 seguintes de adequação do plano e também especialmente para discussão desse eixo
4343 quatro, que é do aperfeiçoamento institucional que acho que envolve muitas
4344 possibilidades de participação efetiva e de atuação deste conselho e das organizações
4345 que compõem o Conasp. Obrigada. (Aplausos).

4346

4347 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
4348 **Brasil)** – Nós vamos abrir para o pleno, fazer como de manhã, de três em três
4349 intervenções, a primeira intervenção, o trio, Raquel, Marcos Resende e Helder.

4350

4351 **A Sra. Fernanda Papa (Secretaria Nacional de Juventude)** – Presidente, só para
4352 fazer um esclarecimento, o número do PL é 4471/2012, da Câmara dos Deputados.

4353

4354 **A Sra. Raquel Willanido Braga (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro)**- Vou
4355 tentar ser breve porque sei que tem muitas inscrições, se for possível, faço intervenção
4356 em uma segunda rodada. O Observatório de Favelas teve a oportunidade de dialogar em
4357 alguns momentos nesse processo de construção do plano, e aí eu vou trazer aqui uma
4358 provocação que tive a oportunidade de fazer recentemente em relação ao foco. Acho
4359 que está claro no desenho e foi reiterado aqui na apresentação de que é um plano que
4360 não tem como meta específica a redução de homicídios, mas muito mais uma redução
4361 da vulnerabilidade juvenil à violência e aí eu queria começar colocando isso em
4362 questão, vocês trazem aí um diagnóstico de uma gravidade brutal, é um problema que

4363 não é recente e que nós vimos acompanhando a evolução que começa a ter uma
4364 dimensão ainda mais perversa no Brasil desde 2002, que é a redução dos homicídios da
4365 população branca, porque você não tem só evolução dos homicídios da juventude negra,
4366 você tem um quadro onde se reduz os homicídios da população branca e crescem os
4367 homicídios da população negra, você tem isso para a juventude, o Observatório de
4368 Favelas desenvolve um índice de homicídios na adolescência, nós temos feito a
4369 atualização anual desse dado e para a faixa de doze a dezoito é a mesma coisa, o que
4370 nós temos acompanhado na análise de evolução do risco relativo é crescimento do risco
4371 pela dimensão racial e por presença de arma de fogo. Então, é fundamental que
4372 enfrentemos seriamente esse quadro. E aí eu queria compartilhar aqui um pouco da
4373 minha preocupação a partir do que nós acumulamos dialogando desde 2008 com
4374 gestores estaduais e municipais que têm desenvolvido políticas preventivas. Um dos
4375 eixos, nós temos um eixo no programa que é a produção de indicadores, outro eixo que
4376 tem a ver com levantamento de políticas e programas de prevenção à violência, em
4377 dezesseis regiões metropolitanas, na primeira fase nós pesquisamos onze regiões e agora
4378 em 2012 incorporamos mais cinco. Nesse processo, nós mapeamos cento e sessenta, e a
4379 perspectiva não era fazer um mapeamento exaustivo, sem dúvida nós não conversamos
4380 com todas as secretarias e não chegamos a todas as políticas, mas nós tivemos um
4381 panorama do que se tem hoje de ação preventiva no âmbito nacional. E aí, o que eu
4382 queria compartilhar com vocês? Ao mesmo tempo em que nós temos por um lado um
4383 perfil muito claramente identificado de quem morre no Brasil, as políticas de prevenção
4384 a partir do que nós identificamos ainda não estão dialogando com esse foco. Então, nós
4385 mapeamos cento e sessenta iniciativas de prevenção na primeira etapa da pesquisa, que
4386 foi em 11 regiões metropolitanas, desses só 160 programas só dezesseis por cento tinha
4387 algum critério relacionado à gênero e só 8% tinha algum critério relacionado à raça para
4388 definição do seu público-alvo, ainda que tenhamos a juventude negra sendo exterminada
4389 neste país há décadas, a política pública ainda não enfrentou isso com seriedade, isso
4390 está claro na definição do foco da política. Eu acho que seria muito importante repensar
4391 um pouco esse processo de pactuação com os estados e os municípios porque esse plano
4392 traz um avanço muito significativo, você tem neste momento uma perspectiva de um
4393 plano nacional que está assumindo esse foco e que está se dispondo a fazer uma
4394 discussão sobre o racismo como elemento estrutural do extermínio da juventude no
4395 nosso país, mas precisamos conseguir desdobrar como consequência a redução dos
4396 homicídios desse grupo, porque senão nós vamos despende recurso e esforço e
4397 contribuindo menos do que é possível para o enfrentamento do problema. Então, queria
4398 compartilhar com vocês essa preocupação, se nós continuarmos trabalhando na chave
4399 genérica da vulnerabilidade social o que nós temos são ações relevantes, mas são
4400 fundamentalmente ações no campo da promoção de direitos. Meu tempo já acabou, vou
4401 tentar me inscrever mais uma vez, só queria concluir dizendo que tem uma
4402 reivindicação do ponto de vista da sociedade civil que está sendo dialogada também no
4403 âmbito do Conselho de Direitos da Pessoa Humana que é pelo fim da categoria dos
4404 autos de resistência.

4405

4406 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
4407 **Brasil)** – Eu gostaria de lembrar que, como não estamos com o sinalizador sonoro, eu
4408 estou com a difícil missão de, depois dos três minutos interromper, porque senão nós
4409 não conseguiremos...

4410

4411 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** - É só um aparte para tirar uma dúvida
4412 que a Raquel levantou aqui, que eu acho que é muito séria, que é o seguinte: pela pesquisa

4413 que foi feita pelo Observatório das dezesseis regiões metropolitanas, o trabalho feito pela
4414 prevenção não reduziu o homicídio, foi isso que eu entendi, ou seja, então se o plano tem
4415 como foco apenas a prevenção, o alerta é: será que nós vamos conseguir enfrentar
4416 problema de fundo que são os homicídios da juventude negra?

4417

4418 **O Conselheiro Marcos Rezende (Coletivo de Entidades Negras)** – Boa tarde, eu
4419 gostaria de elogiar a secretária Severine pela exposição, e também o Gandra pelo
4420 posicionamento firme e não corporativista com relação à questão tão importante. Tem
4421 momentos em que nós queremos tocar em determinados assuntos e é muito doloroso
4422 quando trazemos à tona algo que é o corporativismo. Nós estamos falando aqui de
4423 muitas vidas, estamos falando de um débito histórico do Brasil. Então, não dá para
4424 pormenorizar isso e tratar como algo “Mas o policial que morreu, ninguém liga...” não é
4425 isso que nós estamos tratando, com todo o respeito, todos os policiais que morrem, eu
4426 tenho certeza que eu ligo, e tenho certeza que todo mundo que está aqui dentro liga,
4427 porque em vários momentos nós já tratamos disso. Aqui ninguém é conivente com
4428 nenhum tipo de morte. Agora, a partir do momento que nós relacionamos a morte
4429 desses jovens negros com a morte do policial, parece que nós estamos criando uma
4430 correlação. E aí, para mim, é preocupante, porque eu não estou nem querendo criar essa
4431 relação, mas as corporações estão criando essa relação, é isso? E também quando nós
4432 criamos o outro elemento, que me deixou muito preocupado, porque eu ouvi dois
4433 comentários que me deixaram preocupado. É o senso comum de um pleno deste que é
4434 diferenciado, nós não estamos falando de um pleno comum. Nós não estamos aqui
4435 fazendo um debate neste nível na mesa de um bar da comunidade perto onde eu moro,
4436 ali na boca do rio, em que alguém vai falar: “Isso aí é vagabundagem! É o pessoal da
4437 droga se matando” porque estamos em outro nível e no nível do respeito que eu tenho
4438 aqui a todos do pleno em todos os momentos, e procuro ter, nós não podemos deixar de
4439 considerar que o que estamos falando aqui são de dados, nós não vamos acreditar que a
4440 Presidência da República, que a Secretaria Nacional de Juventude, vão trazer algo aqui
4441 que não sejam dados, que não sejam estudos elaborados e algo que só veio à tona
4442 porque pessoas como eu e pessoas antes de mim tiveram muita coragem durante
4443 décadas de denunciar, em territórios inóspitos, porque para chegar no Ministério da
4444 Justiça hoje foram décadas de luta, foram séculos de negros morrendo e foram décadas
4445 de luta para o Brasil falar que aqui não é uma democracia racial, porque a primeira fala
4446 era essa: “Não, no Brasil todo mundo é mestiço, não existe isso não”. E o movimento
4447 negro denunciou, enfaticamente, que tinha racismo neste país e todos os dados
4448 mostraram isso. O Governo Lula teve a coragem de dizer e de escancarar o racismo ao
4449 criar uma Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial para falar
4450 que tem diferença, tem tratamento diferenciado no nosso país, e depois desse governo
4451 uma série de ações e não é só uma questão do Brasil, a Conferência de Durban, que é
4452 um marco internacional e que noventa e nove por cento dos países do mundo são
4453 signatários, mostram que isso é uma realidade concreta no mundo todo. Enfim,
4454 concluindo, o racismo não é uma exclusividade nossa. Concluo dizendo que ao colocar
4455 essa questão do auto de resistência como uma questão ainda de defesa de algo, ou
4456 muitas vezes do direito do policial, ou muitas vezes colocar esse elemento como
4457 elemento da droga, eu não posso fazer, eu nunca vou poder comparar um policial a um
4458 marginal, porque policial não é marginal, o policial existe para fazer cumprir a lei. Eu
4459 encerro a minha fala.

4460

4461 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
4462 **Brasil)** - Eu acho que nós temos que repactuar o tempo.

4463

4464 **A Sra. Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo (Conselho Federal de Psicologia)** –
4465 ...direto e imediato nesta temática. Nesse sentido, caminhando na política de ação
4466 afirmativa e que expressa que esse coletivo nem está definitivamente bem representado
4467 aqui, eu acho que cabe um direito de fala maior, porque nós temos que ouvir os colegas,
4468 eu entendo isso, porque tanto os dois coletivos, não quer dizer que tem que falar uma
4469 palestra, não é uma palestra, eu estou defendendo uma questão de ordem, nós podemos
4470 concordar ou não, estou no direito de expressar o que eu penso, e o que eu penso é isso,
4471 tanto que eu queria ouvir a reverberação de Élder e de Marcos a partir dessa pesquisa, e
4472 aí esse coletivo construir obviamente alguma ação, porque não dá para ficar só na
4473 escuta.

4474

4475 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
4476 **Brasil)** – Como foi uma questão de ordem. Pessoal, o que nós temos que ter consciência
4477 aqui, e repactuarmos é a questão do tempo, não dá para marcarmos três minutos e
4478 falarmos seis. Inviabiliza a nossa reunião, precisamos de três minutos só, reinscrevem,
4479 não tem problema, reescreve mais três, mais três...então, três minutos está consensuado
4480 com a plenária, que todos têm três minutos. Eu avisei, foi isso que pediram e aí não dá.
4481 Então, nós vamos passar a palavra, o Élder cedeu a palavra ao Mariano que está
4482 viajando agora, está saindo, e aí nós passamos a palavra para Mariano.

4483

4484 **O Sr. Benedito Domingos Mariano (Conselho Nacional de Secretários e Gestores**
4485 **Municipais de Segurança Pública)** - Queria de novo parabenizar a Secretaria-Geral
4486 que coordenou esse trabalho, parabenizar os nossos conselheiros que deram a
4487 contribuição direta para o plano, o Élder e outros conselheiros, e acho que é um dos
4488 planos mais importantes do Governo Federal, e a minha proposta, presidente, é que nós
4489 pautemos, se for possível na última reunião nossa do Conasp, para aprofundarmos o
4490 eixo quatro, que é aquele que dialoga mais direto aqui conosco. Eu conheço o projeto de
4491 lei que melhora o termo resistência seguida de morte, não acaba com isso, mas vai
4492 impedir que tenha muitas distorções com o termo resistência seguida de morte. Eu fui
4493 *ombudsman* da polícia cinco anos, e conheci no relatório de resistência seguida de morte
4494 pelo menos dez casos de suicídio, que foram colocados como resistência seguida de
4495 morte, então, o texto que está no Congresso Nacional ajuda inclusive a Polícia Militar
4496 em especial, porque as questões de distorção, conselheiro Kleber, se dão muito mais no
4497 campo dos termos de resistência seguida de morte das Polícias Militares, mas ele
4498 também pode dialogar com a Polícia Civil. Eu acho que tem que ver isso como uma
4499 qualificação inclusive para a ação das polícias Civil e Militar, e trazer o texto que está
4500 no Congresso para fazer um debate aberto aqui entre nós todos conselheiros, inclusive
4501 até para melhorar, colocar alguma sugestão no texto. Então, queria parabenizar a todos,
4502 acho que esse é um tema, data vênica, companheira, de interesse de todo esse plenário,
4503 lógico que dialoga mais direto com os companheiros Marcos Rezende e Elder, que são
4504 militantes do movimento negro, mas esse tema é um tema da sociedade civil, dos
4505 profissionais de segurança pública e dos gestores de segurança pública e deve ser
4506 entendido assim esse plano, para que todos nós possamos dar uma contribuição para que
4507 além da prevenção genérica, esse plano também tenha como perspectiva a curto, médio
4508 ou longo prazo diminuir o número de mortes de negros no Brasil, porque abre o
4509 programa falando do número absurdo de mortes, então, ele tem que ter um enfoque
4510 também para a diminuição do número de mortes, seja melhorando a segurança, Gandra,
4511 quando não tiver referência, é por falta de segurança, então, melhorando a segurança,

4512 dando mais atenção para aos territórios vulneráveis seja tendo maior rigor na formação
4513 policial para que a violência letal não tenha cor.

4514

4515 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
4516 **Brasil)** – Eu gostaria só de fazer uma combinação: foi solicitado pela secretária que eles
4517 têm que retornar à Secretaria da Presidência porque eles têm uma reunião, então estarão
4518 disponíveis aqui até as 16h45, então é bom nós aproveitarmos já passando a palavra
4519 para o Conselheiro...

4520

4521 **O Sr. Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio)** – Só para colocar o seguinte: seria
4522 muito importante, secretária, mas muito importante, que essas observações aqui feitas
4523 pela Raquel e pelo Mariano e pelo companheiro Marcos, estivesse contido no projeto-
4524 piloto, se nós vamos ter que fazer uma experiência lá em Alagoas, que já comece uma
4525 experiência dentro daquilo que nós estamos querendo de fato ter como resolução do
4526 problema, como indício de resolução do problema. Então, que apenas não se manifeste,
4527 mas que, de alguma forma, incorporemos esse sentimento de que é preciso avançar um
4528 pouquinho mais para além da prevenção, para que nós possamos de fato chegar aonde
4529 queremos chegar e que seja feito no projeto-piloto.

4530

4531 **Sr. Elder Costa Santos (Fórum Nacional de Juventude Negra – FONAJUNE)** –
4532 Primeiramente, queria parabenizar a Severine, nossa secretária Nacional de Juventude,
4533 pela apresentação, parabenizar a equipe, as Fernandas, pessoas muito interessantes que
4534 estão na luta há algum tempo. Eu também não posso iniciar a minha fala sem deixar de
4535 reconhecer o papel que o movimento negro cumpriu neste país, como já foi dito por
4536 Marcos, em especial a juventude negra que quando o governo brasileiro passou a
4537 discutir a necessidade de políticas públicas para a juventude brasileira, lá nos idos de
4538 2002/2003, nós dizíamos o seguinte: a juventude negra está sendo exterminada e precisa
4539 haver uma ação específica para esse segmento, porque se houver apenas políticas
4540 universalistas, nós não estaremos vivos para desfrutar dessas políticas universalistas. E
4541 isso foi o que aconteceu. E agora mais ou menos dez anos depois, o governo consegue
4542 absorver essa reivindicação, e graças a Deus e aos orixás, formula um plano como esse
4543 que nós estamos participando da construção. Também tenho que parabenizar o Conasp
4544 que em dez de julho de 2011, portanto na sua segunda reunião me parece, formulou uma
4545 recomendação a respeito dessa temática, o Conasp teve a coragem de fazer realmente a
4546 crítica e no documento colocar dados que o movimento social apresenta, então, ninguém
4547 vai poder dizer, historiador nenhum vai poder dizer que este Conselho foi omissivo diante
4548 da questão do extermínio da juventude negra, se isso teve efetividade ou não, são outros
4549 quinhentos, mas o Conasp se pronunciou e a nossa recomendação está aqui, nossa
4550 contribuição está aqui. O plano é um plano que nós podemos observar que tem a parte
4551 de inclusão social, que é uma parte muito bem elaborada, no entanto, eu sinto falta de
4552 haver dados quantitativos, eu acho que qualitativamente falando, as ações de inclusão
4553 social, os três eixos: a desconstrução da cultura da violência, inclusão e a transformação
4554 de territórios são eixos interessantes e as propostas são muito bem qualificadas, mas eu
4555 sinto a necessidade de números: quantos jovens serão atingidos por esse plano? Qual é a
4556 ambição desse plano? Não basta apenas dizer que são ações, assim, qual é a meta
4557 objetivamente falando, qual é a quantidade de jovens que esse plano pretende atingir?
4558 Porque a quantidade de jovens que morre nós sabemos, nós queremos saber agora a
4559 quantidade de jovens que vai ser beneficiada, atingida, contemplada por esse plano.
4560 Ainda falando da questão preventiva, nós precisamos dialogar com a Copa do Mundo,
4561 precisamos dialogar com os estados que vão sediar a Copa do Mundo, qual será o papel

4562 da juventude negra nesse processo Copa e Pós Copa, acredito que esse plano pode sim,
4563 na sua perspectiva de inclusão social, colocar a juventude negra num patamar diferente
4564 do que está colocado agora. E aí falando do eixo quatro, que é o eixo que o Conasp está
4565 mais acostumado, que diz respeito ao sistema, aperfeiçoamento institucional, na nossa
4566 concepção não basta apenas discutir a questão da violência policial, nós não podemos
4567 acreditar, não podemos ainda ter o discurso de que são os policiais, eleger os policiais
4568 como, digamos assim, os únicos agentes que violentam a juventude negra, nós sabemos
4569 que a segurança pública, existe um sistema de justiça criminal, existe um sistema de
4570 segurança pública que é racista, não é só a Polícia que é racista, o Ministério Público
4571 tem sua contribuição com suas omissões, o Poder Judiciário, os legisladores têm a sua
4572 contribuição, então esse eixo aqui de aperfeiçoamento institucional, como está dito aqui,
4573 precisa dialogar com todas as instituições que fazem a segurança pública no Brasil,
4574 inclusive a polícia. Porque Gandra perguntou qual o percentual dos policiais que
4575 matam? O percentual pode ser de vinte por cento, mas nós não falamos só da ação
4576 policial, e da omissão policial? A omissão do policial também nos mata, a omissão dos
4577 outros agentes do Estado também nos mata, então, seja ação, seja omissão, desse
4578 sistema de justiça criminal, sistema de segurança pública, ela precisa ser discutida e o
4579 racismo precisa ser combatido nesse sistema, por isso eu concordo com a proposta de
4580 Benedito Mariano de que o Conasp se debruce sobre esse quarto eixo de
4581 aperfeiçoamento institucional para que possamos trazer para ele os demais atores do
4582 sistema de Justiça para que possamos desconstruir o racismo. Muito obrigado.

4583

4584 **O Sr. Geraldo Soares Wanderley (Pastoral Carcerária Nacional – ASAAC)** – Eu
4585 queria pontuar aqui a questão dos homicídios praticados por policiais, porque sabemos
4586 que tem um número que é visto e tem outro número que não é visto, que não é sabido.
4587 Por exemplo, como ouvidor, cinco anos como ouvidor e no Fórum Nacional de
4588 Ouvidores, nós temos uma percepção dos ouvidores do país dessa questão que tantas
4589 vezes nos debruçamos, e nós sabemos perfeitamente que o número de mortes que não se
4590 pode atribuir aos policiais de maneira clara é muito significativo, aquelas desovas, lá na
4591 minha cidade, Natal, no Rio Grande do Norte, policiais me diziam que na zona norte,
4592 seguramente, os policiais me diziam, de cada dez mortes que eram atribuídas quase
4593 todas ao tráfico de drogas, que é a grande panaceia para se esconder o resto das coisas,
4594 seis a polícia mata e a maioria não tinha autoria, e isso é uma realidade muito séria.
4595 Afora ainda outra coisa, não sei se estou sendo cruel, de jogar uns grupos contra os
4596 outros, os policiais jogarem uns grupos contra os outros para eles se matarem, nós
4597 temos muitos indícios de que isso acontece, e isso produz morte, outro tipo de morte
4598 que aí é claramente atribuída a eles. Então, nós precisamos, realmente, de uma grande
4599 reforma nesse aparelho de segurança e precisamos de uma grande reforma nesse
4600 aparelho de justiça criminal de modo geral porque a caneta do Ministério Público e a
4601 caneta do Judiciário é extremamente diferencial com relação a essas populações
4602 vulneráveis, aos negros etc, é por isso que nas penitenciárias eles ficam sem chance,
4603 porque mesmo esses programas que contemplam as questões penitenciárias,
4604 normalmente não chegam lá. Eles estão no papel, mas chegam muito ruim nos jovens
4605 que estão em liberdade, porque aí não temos quantificação, não temos meta de
4606 atendimento, nem meta de redução, então isso fica uma coisa muito complicada, de
4607 modo que isso é uma das coisas que nos preocupa.

4608

4609 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais**
4610 **Civis – COBRAPOL)** - Eu ouvi os militantes desse tema. Eu acho que esse tema é
4611 muito importante inclusive para esse Conselho Nacional de Segurança Pública, na

4612 minha fala anterior já havia dito que me parece, eu não sou expert em estatística, mas é
4613 muito bom nós nos debruçarmos em dados e quando vi que vocês viriam até aqui, tive o
4614 cuidado de ver os dados, até porque nós estamos acompanhando isso porque há uma
4615 preocupação enquanto policiais de entender o que está acontecendo, porque os dados
4616 dizem o seguinte: em 2002, os brancos morreram, seis mil, quinhentos e noventa e dois
4617 mortes; em 2008, quatro mil, quinhentos e oitenta e dois, significa que há uma redução
4618 de trinta por cento. Mas, em relação aos negros, inverteu-se, morreram em 2002, onze
4619 mil, trezentos e oito e aumentou para doze mil, setecentos e quarenta e nove, quer dizer,
4620 um aumento de trinta e nove por cento. Então, nós precisamos entender o que está
4621 acontecendo, eu tenho uma pequena ideia meio nebulosa ainda, mas não atribuo isso à
4622 força policial não, não atribuo esse fenômeno ao Estado que está praticando esses
4623 homicídios contra essa juventude, que esses dados aqui são entre quinze a vinte e quatro
4624 anos, diga-se de passagem, estamos falando da juventude, quinze a vinte e quatro anos,
4625 mas eu posso atribuir isso à falta de política de segurança pública do nosso país, que
4626 desde o tempo da escravatura, cento e quatorze anos, ainda neste país não tem uma
4627 política de segurança pública onde também possa alcançar essa prevenção que eu acho
4628 que é natural, se existe segurança pública não vai haver letalidade nem de branco, nem
4629 de preto, nem de índio, nem de amarelo, nem de nenhuma outra cor, porque o Estado se
4630 faz presente, não só com as forças policiais, se faz presente na previdência, na saúde, na
4631 educação, o país que paga um salário de mil e quinhentos para um educador, o país que
4632 paga mil e duzentos para o seu policial, e aí não estou falando do governo federal, estou
4633 falando dos nossos governos também estaduais, então nós ficarmos discutindo isso, ora,
4634 vamos aumentar a carga, a grade curricular dos policiais, porque esses vinte por cento,
4635 eu vou concluir, eu sei que a minha fala incomoda a alguns ouvidos, eu entendo que
4636 polícia é cidadão acima de tudo, primeiro ponto, nós sofremos as mesmas agruras, até
4637 porque nós moramos mal, policial militar que ganha mil e duzentos não vai morar em
4638 condomínio, e hoje a segurança deles também está ameaçada...E para concluir, o que
4639 está acontecendo, meus amigos, e temos dados, existe o bico policial, eu vou me
4640 inscrever de novo.

4641

4642 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
4643 **Federais – Fenaprf)** – Eu gostaria de registrar aqui a nossa admiração pela forma como
4644 foi construída esse plano, porque parece que da forma que foi apresentado, ouviu-se o
4645 Conselho da Juventude, Conselho Nacional da Igualdade Racial e ainda outras
4646 instâncias da sociedade civil, então vocês mostram que é possível construir um
4647 programa ou um plano de governo ouvindo os conselhos, isso para nós é uma
4648 referência. Nós tivemos aqui a discussão do Plano Brasil Mais Seguro, mais
4649 especificamente com relação ao projeto-piloto que também está sendo implantado em
4650 Alagoas, e uma das observações, sugestões que fizemos é que aquele plano, no nosso
4651 entender era mais um plano de repressão, fosse também articulado com outros
4652 programas do governo, com outros planos na área da saúde, da ação social, e eu não sei
4653 se essa sugestão encontrou eco ou se vocês já vinham trabalhando nesse sentido também
4654 de começar pelo estado de Alagoas ou se foi apenas um acaso. Porque às vezes nós
4655 temos aqui essa falta do *feedback*, daquilo que nós propomos, sugerimos, construímos
4656 aqui e eu ficaria muito feliz se realmente tivesse sido um acolhimento de uma sugestão
4657 de observações desse conselho, se não foi, quem sabe um dia... E eu quero também
4658 dizer que, como policial, nós vemos que essa situação, quando nós vemos o Geraldo
4659 explicando, e fala com toda propriedade porque milita há muitos anos nessa área,
4660 quando policiais colocam grupos rivais para, ou seja, ao invés de como agente público
4661 encarregado da aplicação da lei ele resolver um conflito, pelo contrário, ele aumenta o

4662 conflito, mas os policiais também sofrem isso, em diversas ações aí desastrosas contra a
4663 população, contra a sociedade, o policial é colocado, ele recebe ordens para agir numa
4664 situação para a qual ele nem está preparado e aí acaba com um número grande de
4665 mortes. Nós esperamos que vocês tenham outras oportunidades de vir aqui para colher
4666 sugestões que não seja com um tempo tão corrido quanto esse nosso. Eu não sei se
4667 vamos falar sobre grandes eventos, é para dizer para o Elder que os grandes eventos,
4668 Elder, não é só a Juventude Negra que está procurando um espaço que ainda não achou
4669 na atuação dos grandes eventos não, os próprios policiais ainda não têm garantida a sua
4670 atuação nos grandes eventos, por incrível que pareça, ainda existe uma disputa com as
4671 Forças Armadas, então nós queremos nos unir com vocês para pleitear esse nosso
4672 espaço de atuação nos grandes eventos, aproveitando o legado que vai ficar dessas
4673 ações.

4674

4675 **O Sr. Luiz Gonzaga (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
4676 **Estaduais – ANASPRA)** - Apenas para a equipe da Secretaria da presidência, eu
4677 represento aqui a Associação Nacional dos Praças, o contingente de cabos, soldados,
4678 subtenentes e sargentos, portanto, a maioria absoluta dos policiais que vai para o
4679 confronto e que paga o preço justo ou injusto do peso das mortes praticadas pelo Estado
4680 e sofrida também pelos policiais. Enfim, acho que a fala do Elder foi muito interessante
4681 quando ele faz essa análise do papel dos policiais, e o que é violento, o que produz mais
4682 morte no Brasil não são os soldados, é a estrutura de poder do Estado, o poder
4683 econômico gera muito mais mortes do que o soldado em confronto ou em grupo de
4684 extermínio. Então, eu faço essa pontuação para dizer o seguinte: se esse programa não
4685 tiver uma atuação, uma interferência, uma construção conjunta com o modelo de
4686 segurança do Brasil, nós vamos ter mais um belíssimo programa de governo
4687 apresentado com pompas, mais um relatório para ser apresentado de ações concretas do
4688 governo sem resultados práticos, seja para a juventude negra seja para a sociedade de
4689 modo geral. Eu posso falar com muita segurança que a maioria absoluta das mortes,
4690 mesmo aquelas praticadas ou que houve participação dos policiais nos confrontos, é
4691 resultado de uma perseguição criminal que não funciona, de uma apuração que não
4692 funciona, de uma justiça que não julga, de um Ministério Público que não funciona
4693 também e que o reflexo volta para o soldado que está no confronto. Nós pagamos, nós
4694 policiais militares, os praças policiais militares pagam o preço maior do ponto de vista
4695 dos agentes do Estado na ineficiência desse sistema, e aí sim, concordando com o
4696 Gandra da falta da prioridade na segurança pública, segurança pública continua sendo
4697 discurso de palanque e faz parte de vários planos de governo, mas não se tornou
4698 prioridade, e nós podemos isso falar com muita tranquilidade pelo financiamento que
4699 não existe, pela dependência econômica que os policiais e as instituições policiais têm
4700 em relação ao empresário, às associações de bairro, às prefeituras que financiam o
4701 custeio. Então, é muito bonito, é muito interessante ouvir essa preocupação, perceber
4702 isso e a minha fala é no sentido de valorizar, mas que ela não terá um resultado prático
4703 na nossa convicção, para nós que estamos no dia a dia desse confronto, que é um
4704 confronto de guerra, se não tiver ações concretas, e não está havendo por parte do
4705 governo federal nos últimos anos, ação concreta no que diz respeito à melhoria do
4706 financiamento, à mudança da prioridade na segurança pública. Eu queria também ter
4707 acesso aos parâmetros que nortearam a mudança da matriz curricular de formação, eu
4708 tenho trinta anos de polícia militar, eu não aprendi em escola nenhuma nenhum ato de
4709 violência, a prática diária pode ter me tornado violento, mas a matriz curricular não
4710 trouxe isso, então queria ver que parâmetro, o que mudou, o que estava errado nessa
4711 matriz, o que está sendo colocado, ou se é apenas mais uma fala que na prática não

4712 mudou nada de concreto, mas que alimenta um discurso, uma fala de mudança de matriz
4713 curricular na formação dos policiais.

4714

4715 **O Sr. José de Ribamar de Araújo e Silva (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia**
4716 **– FNOP)** - Eu sou Ribamar e represento aqui o Fórum Nacional dos Ouvidores de
4717 Polícia, dignamente aí precedido pelo Mariano, primeiro ouvidor de polícia de São
4718 Paulo e pelo Geraldo também que hoje representa aqui a Pastoral Carcerária, mas que
4719 durante muitos anos foi incluído na nossa coordenação do Fórum Nacional quando
4720 ouvidor do Rio Grande do Norte. Eu queria me somar àqueles que parabenizam pela
4721 priorização desse eixo de aperfeiçoamento institucional, dizer que o Fórum Nacional de
4722 Ouvidores tem muito a contribuir com isso porque há longos anos nós temos insistido ,
4723 sob a luz e a inspiração também de São Paulo e de outras ouvidorias que já faziam isso
4724 antes, com o núcleo de estudos da violência da USP, uma política de controle da
4725 letalidade policial, sem o necessário recorte étnico, porque aquilo denunciado pela ética
4726 na política lá em 1992, já faz vinte anos, marcados sobre o rótulo do apartheid social,
4727 ele se espalha por todos os municípios, até os que não têm praia e por todas as políticas,
4728 ou seja, a segregação racial é, efetivamente, um dos mecanismos de extermínio social,
4729 de discriminação, e isso precisa ser enfrentado. Estou muito feliz de saber que a
4730 nascente, emergente Secretaria Nacional de Juventude colocou esse foco, porque muitos
4731 perderam esse foco, e a nossa luta aqui é justamente para a política de segurança pública
4732 não perder esse foco, porque senão nós podemos nos dar por satisfeitos pela criação da
4733 Spir e, de novo, setorializar um enfrentamento de uma política que só tem razão de
4734 existir se for intersetorial, decisão de Estado e por isso uma política integrada e
4735 sistêmica de governo. Digo isso para dizer que precisamos replicar isso esse debate
4736 também lá no Fórum Nacional de Ouvidores para criar esse nível de sensibilidade com
4737 nossos outros vinte ouvidores e com os mais sete que nós queremos criar em todo o
4738 Brasil, nessa perspectiva de enfrentar na raiz, e aí olhando obviamente os dois lados,
4739 porque é importante considerar, pensei que o meu amigo Luiz Gonzaga ia avançar nesse
4740 aspecto, que o sistema de segregação também faz com que grande parte dos praças e
4741 policiais sejam negros, então, são negros matando negros; nessa política de extermínio,
4742 e por isso precisa ser enfrentado dentro desse recorte étnico, racial de todas as
4743 contradições que nós herdamos do velho sistema escravocrata que teima em bater à
4744 nossa porta no dia a dia. Então, era para saudar, para fazer essa recomendação de que
4745 nós aprofundemos, queria, aliás, socializar aqui um relatório do Maranhão que na linha
4746 do que se tenta fazer hoje nas ouvidorias do Brasil, nós estamos mapeando sobre o
4747 signo do controle da letalidade policial, que vai justamente conectar-se com esse desafio
4748 que vocês lançam um olhar sobre ele, que nós precisamos coletivamente como
4749 Conselho enfrentar.

4750

4751 **A Sra. Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo (Conselho Federal de Psicologia)** –
4752 Primeiro, saudação aos colegas, eu estava desaparecida, Pedro Paulo estava aqui me
4753 representando, mas para quem não me conhece, eu sou Cynthia, sou do Conselho
4754 Federal de Psicologia e queria fazer só um esclarecimento, que a minha questão de
4755 ordem é porque eu não acredito muito em democratismo considerando que nós temos
4756 um discurso hegemônico que já tem por si só, a sua força de fala e sua força de
4757 expressão, e acho que nesse coletivo, considerando as duas entidades que defendem e
4758 estão aqui para sinalizar esse lugar, precisavam não se estender longamente e nem
4759 mudar o nosso pacto totalmente, mas acho que eles deveriam ter um tempo de fala um
4760 pouco maior ou pelo menos uma certa tolerância por conta disso, só para esclarecer, não
4761 acho que isso é questão só deles, acho que ela é nossa, contrariando o que Mariano

4762 colocou, pena que ele não está aqui para ouvir, mas em nenhum momento eu disse que
4763 não era uma questão toda nossa. A segunda questão é que nós temos um problema sério
4764 e histórico com relação à figura do suspeito, que nós sabemos que ele tem uma cor, ele
4765 tem uma classe e nós precisamos desconstruir, o caminho de fazer capacitação é
4766 importante, mas nós sabemos que a luta não se dá só na esfera cognitiva, é uma luta que
4767 precisa de ações estratégicas e ações estratégicas nesse sentido é garantir e pulverizar a
4768 presença especificamente do jovem negro em distintos espaços da sociedade, porque
4769 como ele normalmente é colocado em alguns espaços, isso acaba garantindo a
4770 perpetuação de que o único lugar que ele ocupa é esse, então quando nós temos política
4771 de ação afirmativa que garantam que eu vou ao médico, eu não vou olhar um cara de
4772 branco e achar que é um pai de santo, eu vou achar que ele é um médico, isso é coisa
4773 para os tataranetos, não é uma coisa obviamente para amanhã, mas o tempo de mudança
4774 e transformação é hoje. Então, acho que devemos apoiar sim a questão da segurança.
4775 Outra coisa, ao dizer que o racismo é uma questão estrutural, isso é importante, mas eu
4776 acho muito complicado também quando nós começamos um discurso de que isso é um
4777 problema das instituições e nos desresponsabilizamos desse lugar. Eu acho que nós
4778 temos experiências concretas, materiais, me desculpem meus colegas, embora eles
4779 estejam aqui num diálogo, obviamente, pensando na questão dos direitos humanos, mas
4780 os dados apontam alto índice mesmo de assassinatos, de torturas que acontecem com
4781 determinadas populações, isso é claro, a tortura, há um tempo em que ainda se fala em
4782 tortura e se remete à ditadura militar, que foi um momento pesado, mas é uma ditadura
4783 de classe, ali eram outros atores, hoje nós temos tortura acontecendo e é uma questão de
4784 classe também. Então, acho que nós não podemos, acho que tem que falar sim, acontece
4785 sim, gente, policial tem uma coisa estrutural, tem, mas o policial ele precisa também ser
4786 formado, ser pensado a partir desse lugar por mais bem intencionado que alguns ou
4787 muitos que estejam nas corporações estejam com relação a essa temática. Nós temos
4788 defendido lá no Conselho Federal de Psicologia, nós acreditamos também num processo
4789 de perícia independente mesmo, principalmente no campo da tortura, a vinculação disso
4790 ao sistema de segurança gera um tipo de injustiça, temos pensado nisso, Corregedorias
4791 independentes, precisamos fortalecer conselhos comunitários, a questão do conselho
4792 comunitário que eu acho importante, hoje estávamos ouvindo aqui, é que nós hoje
4793 temos pensado em uma polícia comunitária, que eu acho que nós aqui como Conselho
4794 Nacional de Segurança devemos pensar é que conselho comunitário não é colocar um
4795 equipamento policial lá dentro, mas é construir formas de solidariedade, de laço social,
4796 e que garantam essa segurança em outras esferas. Então eu acho que nós precisamos
4797 pensar que tipo de polícia comunitária que nós temos pensado. E com relação ao auto de
4798 resistência, só uma coisa, a questão do PL, é um instrumento legalmente colocado e
4799 dado, mas nós sabemos dos abusos e das perícias que não acontecem com milhões e
4800 milhões de pessoas que vêm carregadas, aquela cena do morro sempre carregado no
4801 carrinho, tira-se o corpo do lugar, não se faz nada, então, nós achamos que este conselho
4802 deve acompanhar esse projeto de lei do auto de resistência porque isso nos interessa,
4803 isso vai ter impacto nessa mortalidade. Era isso, obrigada.

4804

4805 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos) –**
4806 Boa tarde, parabéns à Severine e à equipe do programa, eu vou ser bem breve,
4807 sobretudo ali quando vocês estão discutindo a questão do eixo quatro, que eu também
4808 acho de fundamental importância, eu ainda acho que nós estamos falando do tema só
4809 em relação às instituições do Estado, esquecemos de envolver num grande debate e que
4810 é necessário, o setor privado que é onde mais pratica a exclusão e o racismo. Lá em São
4811 Paulo, por exemplo, nós temos três ou quatro casos crassos do Wall Mart e do Carrefour

4812 onde além de criarem situações de discriminação na relação de consumo, criaram
4813 situação do suspeito, como lembrou aqui a companheira agora, a partir de uma
4814 segurança privada que ninguém discute segurança privada em lugar nenhum, hoje nós
4815 temos quase cinco milhões ou sete milhões de pessoas trabalhando como vigias,
4816 vigilantes e segurança privada, e na segurança privada é onde se constata também um
4817 alto índice de violações de direitos e, sobretudo de racismo, que é essa segurança
4818 privada que faz hoje a proteção de lojas, shopping centers, dos supermercados, enfim, e
4819 eu acho que caberia incluir no programa, eu não tenho uma proposta concreta, eu acho
4820 que vocês têm que pensar como o Estado vai discutir não só com as instituições
4821 públicas, de segurança pública também, mas sobretudo hoje com essa segurança privada
4822 e também com essas redes de supermercados e shopping centers, que são espaços de
4823 consumo aonde a população pobre e negra é desrespeitada e violada, tratada com
4824 discriminação e racismo concretamente, objetivamente, sem dizer ainda que muitos
4825 lugares deste país, são esses, ou, não posso aqui acusar ou fazer esse tipo de afirmação,
4826 mas suspeita-se que são esses núcleos e grupos de pequenos ou comerciantes que
4827 também financiam esses grupos de matadores e isso não se discute em lugar nenhum, só
4828 se discute a letalidade da polícia, que ela é real, ela é um fato, mas não se discute quem
4829 financia essa letalidade, enquanto nós não descobirmos quem é que financia e quem é
4830 que propõe essa alta letalidade hoje no país, nós vamos resolver parte do problema.
4831 Queria encerrar para dizer o seguinte: o Movimento Nacional de Direitos Humanos não
4832 aceita que nenhum policial morra, mas também não aceita que o policial mate, porque
4833 não é essa a função da polícia, a polícia não tem que matar, ela não tem o dever legal,
4834 nem na sua missão de dever de matar, é isso.

4835
4836 **O Sr. Everardo de Aguiar Lopes (Rede Desarma Brasil)** – Primeiro quero
4837 parabenizar a Secretaria, todos os conselhos que participaram daqueles encontros, que
4838 fizeram um esforço enorme para sistematizar em quatro eixos, eu quero dizer que não é
4839 fácil, porque a demanda é enorme. Acho que nos debates estava extremamente claro no
4840 que diz respeito à questão dos altos índices de letalidade, no foco, isso é consenso já,
4841 nós temos uma experiência no Brasil de que existe um consenso sobre a questão da
4842 letalidade com a juventude negra, e não só o alto índice, quer dizer, cinquenta mil
4843 pessoas morrerem em um país como o nosso, já é para deixar qualquer cidadão com
4844 extrema tristeza, especialmente quando isso não diminui com tanto investimento como
4845 foi nos últimos anos no que diz respeito à questão da segurança pública. Nós
4846 investimos, recurso não é pouco e a letalidade não baixa, quer dizer, algo está muito
4847 errado, porque se nós não estivéssemos investindo, isso há vinte anos atrás, era
4848 relativamente justificável, não tinha investimento, não é o caso do Brasil hoje, então, há
4849 um investimento, há uma participação da sociedade, há um debate maior e a letalidade
4850 não diminui, está aí a pesquisa, está aí a Raquel que nos lembrou. Entre nós ainda há
4851 também, não é para achar culpado, nós não estamos mais nessa fase, especialmente num
4852 fórum como esse, estamos na fase de achar uma solução, por isso acho que a proposta
4853 de você começar a focar, como disse a Raquel, é fundamental, sempre tem um foco. E
4854 quais são os passos que podemos dar no que diz respeito a algumas questões de
4855 intervenção na questão de prevenção? Lá nas duas reuniões que eu participei, estou aqui
4856 lendo os eixos e algumas sugestões, nós tínhamos feito quase que um acordo também
4857 consensual no que diz respeito à questão da campanha do desarmamento, não aparece
4858 aqui, e parece que isso ainda não foi entendido, porque se é verdade que existe uma
4859 letalidade praticada por policiais, é verdade também e aí, em vários territórios do Brasil
4860 que existe uma letalidade entre essa juventude e que é por fácil acesso à questão das
4861 armas, isso também está provado por dados estatísticos, pelas campanhas de

4862 desarmamento, por todos aqueles que se dedicam à questão da segurança pública,
4863 especialmente a sociedade civil. Então, eu acho que, nesse caso, pelo menos a parte da
4864 qual me toca, da qual eu teria discutido abertamente há mais de quinze anos, eu acho
4865 que incluir como uma das atividades, como uma das ações, era importante que nós
4866 voltássemos a pensar que a campanha do desarmamento é um dos vetores sim que trata
4867 essa questão da letalidade tão alta no Brasil. O Elder é uma das pessoas que têm
4868 conversado muito comigo para que a gente vá à Bahia, temos visto que isso é
4869 importante, porque é focado, porque os territórios nós sabemos, porque nós sabemos o
4870 alto índice de letalidade desse aspecto, então gostaria de sugerir à Secretaria e a todos os
4871 conselhos que repensassem na inclusão da campanha de desarmamento como um vetor
4872 importante nessa redução. Obrigado.

4873

4874 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
4875 **Brasil)** – Eu já tive a informação que a Secretaria já expirou o tempo dela, então, foi
4876 isso que ela solicitou que nós pudéssemos ser nos três minutos por conta dela ter que
4877 responder e ainda ter que ir para a reunião. Então, Marcos Rezende, Elder e Gandra.

4878

4879 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais**
4880 **Civis – COBRAPOL)** - Bom, apesar do meu tom de voz, eu quero dizer para as
4881 pesquisadoras e para a secretária que o trabalho de vocês é muito dignificante, é muito
4882 bom, nós ficamos muito satisfeitos quando vê que são jovens, pessoas além de
4883 inteligentes, pessoas bonitas que estão tratando de encontrar um caminho para esse
4884 grave problema. A minha fala não tem ideologia partidária e nem tem nada contra o
4885 trabalho de vocês, essa era a consideração que eu queria fazer e dizer então, para
4886 concluir e ler aqui, se me permitirem rapidamente, é um trecho, esse pesquisador o
4887 nome dele é Julio Jacobo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, se formou na
4888 Universidade de Buenos Aires, ele é da Unesco, avaliador de homicídios, escreveu o
4889 livro “O mapa da violência do Brasil”, eu acho que vocês devem conhecê-lo, então, ele
4890 concluiu o seguinte: “O pesquisador credita...”, essa diferença que eu disse sobre os
4891 dados que eu trouxe, que eu coletei nesse mapa, “...essa diferença à falta de segurança
4892 que envolve a população mais pobre em que os negros são a maioria”, a fala dele: “... o
4893 que acontece com a segurança pública é o que já aconteceu com outros setores como
4894 educação, saúde, previdência social e o que foi? A privatização, quem pode paga
4895 segurança privada. Os negros estão entre os mais pobres, moram em zonas de risco e
4896 não podem pagar”. E nós concordamos com essa afirmativa desse cidadão porque se nós
4897 entendemos o que o nosso amigo que nos antecedeu falou sobre a privatização, sobre a
4898 segurança privada, se nós entendermos quantos bilhões estão sendo ganhos nessa
4899 segurança privada em que são escravizados os policiais, os policiais militares que
4900 vendem a sua folga para ganharem muito mais do que ganham no Estado, ou seja, o
4901 bico passa a ser o cargo, passa a ser o que ele está fazendo. E que alguns oficiais e
4902 alguns policiais civis também estão por trás disso, fomentando essa segurança, é preciso
4903 que a Polícia Federal divulgue quem são os donos dessas grandes seguranças privadas,
4904 que estão por trás disso tudo, será que também não teríamos que proibir o bico do
4905 policial de uma vez por todas? Será que o Brasil não deveria encarar logo de uma vez
4906 por todas, essa questão do bico do policial? Eu falando isso lá fora, lá na Europa,
4907 quando eu disse que o policial fazia o trabalho extra, todo mundo começou a prestar
4908 atenção. Quer dizer, só existe isso, presidente, só existe isso no Brasil. Muito obrigado.

4909

4910 **O Sr. Marcos Rezende (Coletivo de Entidades Negras)-** Eu queria dizer uma coisa
4911 aqui que se eu for embora deste conselho que eu pretendo ir em dezembro e não disser,

4912 acho que vou passar o resto da minha vida me cobrando isso. Eu preciso dizer para
4913 todas as classes policiais aqui presentes e do nosso país, que vocês não são o dono e
4914 nem o centro do mundo. O Brasil não gira em torno das polícias não, porque vira e
4915 mexe vocês tratam todos os debates passando como se vocês fossem centro do mundo e
4916 como se dez, vinte quinhentos, mil policiais fossem mais importantes do que trinta
4917 milhões de negros. Esse debate é muito importante para mim mesmo? Não, para
4918 qualquer um. (*intervenção fora do microfone*) Eu estou olhando para você, Gandra,
4919 porque para mim você é a maior representação pelo tamanho, e pela altura e pela forma
4920 como fala, e como eu falo parecido com você, eu sei que você é o que menos vai se
4921 ofender talvez. Mas, eu preciso dizer isso, porque eu estou aqui há anos ouvindo todas
4922 as vezes que fala da morte de negros, aparecem mais quatro policiais que morreram...
4923 nunca existiu programa de segurança pública neste país? Não, sempre existiu programa
4924 de segurança pública neste país e você falou isso nesse instante, política, sempre existiu
4925 política e vou explicar o porquê, porque no dia treze de maio de 1888, Gandra, quando
4926 acabou a escravidão, em 1889, o Rio de Janeiro criou a primeira Secretaria de
4927 Segurança Pública do Estado do Brasil e nós sabemos para que, e quais eram os
4928 principais crimes, noventa e oito por cento dos crimes que eram julgados, eram contra
4929 negros fugitivos, eram contra crimes de capoeira, e terreiros de candomblé. Então, e
4930 quem eram esses policiais? É claro que eram negros, é porque os capitães do mato ainda
4931 continuam existindo no século XXI e em todos os lugares, independentemente de ser
4932 nas polícias, isso existe em ONG de terceiro setor, isso existe no governo, isso existe na
4933 empresa privada, porque ninguém tem coragem de fazer enfrentamento real do que nós
4934 estamos tratando aqui. Porque em todos os lugares que nós chegamos, eu espero
4935 concretamente que a presidenta Dilma, no dia vinte de novembro, tenha coragem de
4936 realmente dizer que trinta por cento das vagas dos concursos públicos serão para negros
4937 e negras como ela está dizendo ou como está se ventilando de que vai ser tratado aí.
4938 Porque é assim: , quando vemos nos espaços de poder desses ministérios todos, quando
4939 vemos nos espaços de poder dessas ONGs todas, de todos os lugares, dessas
4940 universidades, gente negra, aí, com certeza, ou o policial, aquele policial que faz bico,
4941 não estou dizendo quem faz o bico legal não, porque tem bico que é ilegal que nós
4942 sabemos, nós sabemos os corporativismos todos que existem no Judiciário, com a
4943 polícia, com mil coisas, nós sabemos sim porque o povo negro morre, ele não morre só
4944 porque é mais pauperizado não, ele morre porque ele é preto, ele morre porque ele
4945 carrega essa cor na pele. E eu corro o risco de morrer, e Elder mais do que eu, porque
4946 Elder é mais escuro do que eu, não é porque Elder mora num bairro mais violento do
4947 que eu, não é isso não, Gandra, eu estou falando aqui coisa séria. É porque todo mundo
4948 hoje tem uma carteirinha aqui de conselheiro porque eu fui barrado ali, e tocou lá no
4949 Ministério da Justiça o negócio lá para dez e ele não parou ninguém, mas parou a mim,
4950 e ele não parou a mim por acaso não e quando eu fui falar isso, virou brincadeira,
4951 porque no meio da rua o cara não me para não, ele me para e me dá um tiro na minha
4952 cabeça, porque eu já perdi muitos amigos, muitos amigos meus que nunca fizeram nada
4953 a ninguém estão mortos, e eu fui para o sepultamento deles. Então, eu estou falando
4954 aqui de vidas, de gente que nunca fez mal a ninguém, que não pode, Gandra, não pode
4955 se pronunciar mais, não tem direito de sonhar mais, não tem direito de fazer o que eu
4956 estou fazendo, eram jovens que morreram simplesmente porque eram negros e estavam
4957 no meio da rua nove e meia da noite, dez horas. Então, desculpe a minha emoção, mas é
4958 porque não dá para não se emocionar, porque a minha avó morreu em minha casa, como
4959 empregada doméstica da minha casa, porque meu pai negro não teve coragem de dizer
4960 que ela era minha avó, porque o racismo é tão desgraçado e avassalador que ele entra
4961 nas nossas famílias e as pessoas não têm coragem sequer de tratar disso. Então, a nossa

4962 sociedade é infestada dessa doença, e nós precisamos fazer um debate concreto sobre
4963 isso porque vai ser a única forma da população inclusive branca, e não negra, que se
4964 acha prejudicada com essa coisa das cotas entender que quando o povo negro tiver
4965 acesso a mil espaços de poder, com certeza, o que vai acontecer é um aumento de
4966 riquezas para o nosso país, o que vai acontecer é a diminuição de índices de violência, o
4967 que vai acontecer é a diminuição da letalidade, porque a situação de vida dessas milhões
4968 de pessoas vai melhorar ao ponto até mesmo da polícia, ou dos grupos de extermínio ou
4969 dos próprios outros quem quer que seja, falar assim: “Rapaz, eu não sei se esse negão aí
4970 é o cara da favela ou é o médico, ou é o dono da empresa”. E é isso que nós precisamos
4971 tomar coragem, e é por isso que esse plano é tão importante, e precisa ter uma coisa,
4972 Severine, que eu quero que vocês façam nas suas considerações, orçamento, porque é
4973 uma coisa também que nós estamos muito cansados, nós já vimos muitos planos bonitos
4974 e importantes, mas na hora não teve o dinheiro. E queremos também fazer outra
4975 colocação, para finalizar, que é a seguinte: eu queria saber quantos jovens negros vão
4976 fazer parte da construção desse processo, porque por mais que eu ache Severine massa,
4977 por mais que eu ache Fernanda Papa uma amiga de quinze anos, eu quero ver Elder,
4978 João ou Maria vir falar para mim sobre isso, porque eu passei quinze anos da minha
4979 vida só vendo brancos falando sobre mim, eu fiquei velho vendo isso, eu fiquei velho
4980 vendo os brancos falando sobre a minha vida toda e sendo os meus pesquisadores, das
4981 mortes que eu coloquei e dos dados que eu entreguei e dos cadáveres que eu contei, nós
4982 precisamos pensar sobre isso. É só isso.

4983

4984 **Sr. Elder Costa Santos (Fórum Nacional de Juventude Negra – FONAJUNE)** – Eu
4985 vou ser rápido porque o horário já não ajuda, é apenas enfatizar essa questão de que o
4986 que contribui para o extermínio não é apenas a exclusão social a que o jovem negro está
4987 submetido, porque como foi falado aqui, eu sou um jovem negro, mas estou aqui no
4988 Conselho Nacional de Segurança Pública, sou estudante de direito, mas ali fora eu posso
4989 ser abordado violentamente pela polícia, ou enfim, não é apenas incluir o jovem negro
4990 que vai resguardar a vida dele, na verdade, nós precisamos mudar a lógica do sistema da
4991 política de segurança pública e dos órgãos responsáveis pela segurança pública.
4992 Estamos falando de racismo institucional que precisa ser combatido, porque o Brasil,
4993 nunca antes na história do nosso país, se investiu tanto em juventude, se investiu tanto
4994 em segurança pública quanto nos últimos anos, e justamente nesse período é o período
4995 que nós mais morremos, porque as políticas que foram desenvolvidas não dialogaram
4996 com combate ao racismo institucional, esperamos que esse plano inaugure essa nova
4997 etapa da política social e da política de segurança pública no nosso país. Aí eu queria
4998 que Severine falasse um pouco a respeito de que tipos de ações serão desenvolvidas
4999 com os meios de comunicação que contribuem muito para o extermínio da nossa
5000 juventude. Obrigado.

5001

5002 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
5003 **Brasil)** – Então, acho que nós encerramos a nossa participação de conselheiros, nos
5004 sentimos contemplados, principalmente com a emoção do Marcos, e voltamos a palavra
5005 à secretária Severine, e como o tema é esse que nós queremos conversar, interagir,
5006 trabalhar, voltará, certamente, ao Conselho. Com a palavra, a secretária Severine.

5007 **A Sra. Severine (Secretária Nacional de Juventude)** – Pessoal, infelizmente, o tempo
5008 tanto de vocês quanto o nosso é meio pequeno, mas eu queria já reafirmar que nós
5009 topamos voltar aqui na próxima reunião, combinamos o horário tanto para aprofundar,
5010 conforme a sugestão de vocês o eixo quatro, quanto para continuar a discussão que não
5011 vai ser possível de vencer aqui hoje, como vocês bem falaram, é um tema complexo,

5012 envolve vários fatores, envolve política pública concreta que melhora a vida desses
5013 jovens, exige ações no campo da segurança, exige mudanças de valores, de percepções
5014 da nossa sociedade, das nossas instituições, então, nós estamos enfrentando aqui um
5015 problema que, no nosso entendimento, é de todos nós, óbvio que isso não é para
5016 ninguém desassumir a sua parte, por isso que o governo quer assumir de verdade, quer
5017 colocar essa agenda na rua mesmo com as suas dificuldades que ainda não conseguimos
5018 resolver, e fazer esse apelo que de fato não é uma brincadeira, essa construção de
5019 maneira participativa, ela foi muito importante para várias questões que hoje estão no
5020 plano e para esse entendimento estar no plano, assim como nós acreditamos que o
5021 sucesso ou não vai depender também da medida da pressão que isso vai acontecer, isso
5022 não é uma tarefa só do Governo Federal. Nós queremos assumir a nossa parte e fazer da
5023 melhor forma possível, mas também exige uma ação muito forte do papel dos estados,
5024 especialmente na questão da segurança pública e na mobilização e na disponibilização
5025 também do orçamento, também de ações e dos municípios, é uma tarefa compartilhada
5026 que nós precisamos efetivamente dar conta, então, topamos essa volta aqui e topamos
5027 essa discussão com o Fórum de Ouvidores, então está muito aberto para continuar a
5028 discussão assim como vocês acharem importante para nós seria não precisar esperar a
5029 próxima reunião, se quiserem já ir produzindo, não é Elder, além das sugestões que
5030 vocês já fizeram, vocês que estiveram nos fóruns, já contribuíram bastante nos debates
5031 posteriores, se o Conselho também quiser tirar alguma posição, alguma resolução,
5032 fiquem à vontade para encaminhar isso para nós podermos continuar a discussão do
5033 plano. Eu vou tentar repassar algumas das questões que vocês levantaram,
5034 especificamente sobre essa questão do foco. Nós gostaríamos, pessoal, de chegar aqui
5035 para vocês e dizer: “olha, o nosso plano de enfrentamento à violência tem como meta
5036 em meio ano, diminuir tantos por cento os indicadores de homicídio”, mas não é
5037 possível só com essa agenda, essa agenda é extremamente importante para ir garantindo
5038 a médio e longo prazo efetivamente a mudança dos indicadores, mas é necessário
5039 estarem aliadas as ações no campo da segurança pública também, e da segurança
5040 pública todos nós discutimos qual é a que nós queremos. Não é aquela para ampliar
5041 mais ainda os índices de homicídio da nossa juventude, e eu não estou com isso e queria
5042 concordar muito quando vocês falam que não é um problema só da polícia, não é um
5043 problema só das instituições, não é um problema só da sociedade, são vários fatores, são
5044 vários motivadores inclusive quando nós falamos que é a juventude que mais morre,
5045 também é a juventude que mais mata no país, nós não estamos camuflando um
5046 problema, tem que enfrentar esse problema, tem uma banalização muito fácil da questão
5047 da violência no país, tem uma banalização do racismo, tem uma banalização do
5048 preconceito geracional, os nossos jovens são alvo por natureza. É também uma mudança
5049 do entendimento de um conceito que essa roda, ela gira e ela se retroalimenta, tanto os
5050 que morrem quanto os que são mais expostos à violência, que têm suas expectativas de
5051 vida diminuídas, e que muitas vezes acabam se envolvendo nesse ciclo, então, é
5052 enfrentar esse problema como um todo, não é simples, mas nós acreditamos que é
5053 necessário ter aliado, e quando nós dizemos que o plano é de prevenção, não estamos
5054 querendo tirar da gente essa responsabilidade de dizer que queremos mudar indicador,
5055 nós queremos mudar indicador, o que nós queremos é que não morram mais esse
5056 número de jovens, e aí essa foi uma das estratégias de iniciar pelo estado de Alagoas e
5057 de estar aliado sim ao Brasil Mais Seguro, não é um plano que deriva somente do Brasil
5058 Mais Seguro, eles começaram a ser elaborados meio juntos, tanto do Ministério da
5059 Justiça e foi uma parceria muito importante, o MJ participou de toda a elaboração aqui
5060 do plano, a ideia inicial era que fosse uma única agenda, que integrasse, essa agenda é
5061 uma preventiva às ações de segurança, não foi possível, porque não é fácil garantir uma

5062 agenda integrada com todas as áreas e nem precisa estar tudo sob o mesmo guarda-
5063 chuva, nós só achamos que é importante que essas duas ações dialoguem e se falem,
5064 então não posso dizer para você que a expansão do Brasil Mais Seguro e a expansão do
5065 Juventude Viva vai se dar na mesma velocidade, nos mesmos estados, nas mesmas
5066 cidades, isso depende da capacidade de cada hora que está envolvido e de uma definição
5067 de estratégia futura, mas o que nós queremos é poder aliar ações é o que nós
5068 gostaríamos de fazer, é pelo menos colar seja com o Brasil Mais Seguro, ou com as
5069 ações que têm nos estados, no campo da segurança pública, nós queremos é reverter
5070 indicador, o que nós não queremos é criar falsas expectativas, nós achamos que essa é
5071 uma agenda de médio e longo prazos e nós precisamos garantir essa articulação com a
5072 rede no campo da segurança, no campo das ações que envolvem as mudanças de valores
5073 e de paradigmas também na nossa sociedade. A importância da formação dos policiais,
5074 nós estamos propondo não só dos policiais, mas capacitação das pessoas que trabalham
5075 na saúde, na educação, que é de fato fortalecer essa discussão que nós estamos fazendo,
5076 é aprofundar a discussão sobre o problema do racismo, o problema do preconceito
5077 geracional, é discutir as raízes da violência, é enfrentar, é discutir, é botar na roda, é
5078 trazer luz sobre um problema que sempre foi camuflado e foi minimizado. Nós não
5079 estamos dizendo com isso que os policiais foram mais ou menos preparados, nós
5080 queremos ir qualificando de fato, a possibilidade da nossa ação, melhorando essa
5081 discussão sobre os conceitos, enfrentando esse problema do racismo em todas as
5082 instituições, não é só nos policiais. A matriz curricular dos policiais é uma parte dessa
5083 estratégia de qualificar toda essa discussão sobre os direitos humanos e o enfrentamento
5084 ao preconceito no nosso país. Aprofundar a questão dos dados, nós concordamos com
5085 vocês, se fosse discutir ainda mais a fundo a questão dos indicadores, teríamos
5086 dificuldade para chegar a um plano, são vários indicadores, são várias questões, mas
5087 vocês têm razão nisso, além de obviamente os indicadores que são causados pela
5088 polícia, nós queremos investigar como eu falei no início, o nosso foco não é culpar a
5089 polícia, culpar a sociedade, é um problema que envolve várias áreas, vários fatores, e
5090 todas elas precisam vir para a roda. Inclusive, o nosso problema, como bem falou o
5091 Marcos, cada um de nós na sociedade, não é individualizando ou criando os culpados, é
5092 colocando esse problema na roda e pensando coletivamente essas alternativas. Essa
5093 questão que o Elder sugeriu de quantificar as metas, nós temos algumas ações que já
5094 têm metas definidas, infelizmente, na hora a apresentação caiu, nem todas estão, então,
5095 o Mais Educação, por exemplo, tem as suas propostas, mas tem outras ações que nós
5096 não temos, então, além de quantificar o que nós pretendemos atingir do ponto de vista
5097 das políticas, tem uma questão que é de tentar quantificar melhor o impacto que nós
5098 queremos ter, porque não é só o jovem que vai participar do Usina Cultural, isso
5099 envolve uma rede de articulação e multiplicação que nem sempre é fácil de mensurar.
5100 Mas acho que é uma questão que nós podemos pensar muito junto, vamos precisar da
5101 ajuda de vocês para também pensar como nós podemos definir melhor essas metas mais
5102 de impacto não só dos jovens envolvidos no processo. O orçamento previsto até 2014
5103 no Alagoas, o que apresentei no início, oitenta e sete milhões para o estado de Alagoas,
5104 agora definindo a estratégia de implementação nos demais estados, é um trabalho
5105 bastante denso para nós. Os ministérios disponibilizaram um conjunto de ações, quando
5106 nós discutimos a implementação no estado, nós discutimos quanto daquela ação vai para
5107 aquele município, para aquele estado, então, tem uma média geral da agenda, mas vai
5108 depender também do nível de implementação daquele local. Mas o bom, Marcos, é que
5109 nós não estamos inventando nada do zero, as ações que estão previstas na agenda são
5110 ações que existem, são orçamentos que existem, o que nós queremos obviamente é que
5111 à medida que a agenda crie corpo e fique grande, é que esse orçamento vá muito além

5112 disso que nós podemos ter na mão hoje. Mas está garantido efetivamente que não
5113 estamos inventando orçamento, nem ação nova. (*intervenções fora do microfone*) É nos
5114 quatro municípios de Alagoas, porque é isso que eu falei, depende agora da definição da
5115 implementação nos outros locais para nós definirmos quantos por cento vai dessas ações
5116 para cada Estado, nós não vamos passar para o governo de Alagoas oitenta e sete
5117 milhões, faça o plano lá, Usinas Culturais têm um valor, o Estação da Juventude tem
5118 outro, o Mais Educação tem outro, então, é a somatória desse conjunto de ações. Essa
5119 questão da Campanha do Desarmamento, nós temos total concordância, no estado de
5120 Alagoas já foi feita uma campanha, inclusive no dia do lançamento do plano Juventude
5121 Viva lá foi feita a destruição, depois da atividade de lançamento, na medida em que
5122 nacionalizamos a campanha, nós queremos retomar, porque já existiu, e é extremamente
5123 importante, as mortes são por arma de fogo, concordo contigo, então, isso está no nosso
5124 foco, mas como nós priorizamos aqui mais além do conceito do Juventude Viva como
5125 um todo, priorizamos a apresentação das ações do estado de Alagoas. Além disso, a
5126 questão da campanha para os meios de comunicação, Elder, para reversão dos
5127 estereótipos, não vai ser com essa nossa campanha agora que nós vamos conseguir fazer
5128 isso, a ideia dessa campanha que nós vamos lançar no dia vinte e sete é muito em torno
5129 da mobilização para o plano e da discussão desses conceitos que nós passamos aqui,
5130 mas nós achamos que esse tem que ser um segundo momento, envolve uma discussão
5131 maior sobre comunicação, nós achamos que é importante, discutimos isso nas oficinas,
5132 nos fóruns, mas existe uma estratégia específica para isso, não vou te enrolar hoje
5133 efetivamente se não tivermos pernas para conseguir colocar isso na agenda ainda.
5134 Estamos estudando a possibilidade do lançamento de um disque específico, 138,
5135 provavelmente serpa esse número, com a Sepir ou com algum ministério parceiro, a
5136 Sepir assumiu esse compromisso da construção de um módulo dentro de uma ouvidoria
5137 sobre igualdade racial para ter um espaço também para denúncias de qualquer tipo de
5138 violação desses jovens negros, acho que vale reforçar que essa é uma ação importante e
5139 sobre essa participação mais geral da nossa juventude, dos jovens negros, nós temos
5140 concordância que é extremamente importante, tanto é que o nosso governo defende a
5141 questão das cotas, defende cada vez mais a inserção não só dos nossos jovens negros,
5142 mas a superação desses problemas históricos da população negra no Brasil, queria dizer
5143 para você, Marcos, que lá na secretaria não tem só jovenzinhos brancos como os que
5144 vieram aqui, nós temos jovens negros, temos jovens negras, temos homossexuais, temos
5145 heterossexuais, não é critério para compor a secretaria ainda, mas a secretaria é bem
5146 representativa do que é essa realidade da juventude brasileira que é diversa, que tem
5147 várias caras, então não são jovens brancos falando para jovens negros, nós também
5148 temos, mas queremos que cada vez mais jovens brancos incorporem isso, defenda essa
5149 pauta, assim como amplie cada vez mais a participação dos jovens negros nos espaços,
5150 seja de governo, seja de participação social, seja com acesso ao mercado de trabalho e
5151 tudo o mais. Eu queria muito agradecer pelo espaço, gente, desculpa se eu não consegui
5152 responder a todas as questões, mas queria deixar muito claro que não encerra aqui, que
5153 nós topamos uma volta para poder discutir com mais tranquilidade, nós vamos
5154 disponibilizar a apresentação para vocês e quem quiser conhecer com mais
5155 profundidade o que está rolando, acompanhem o nosso hot site e ficamos no aguardo aí
5156 das sugestões de vocês, além de se comprometer com a nossa volta para cá. Obrigada.

5157 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
5158 **Brasil)** – Queremos agradecer a Secretária Severine Macedo, Secretária Nacional de
5159 Juventude, ficamos agradecidos. A nossa reunião alcançou um nível de sensibilidade
5160 que nos leva agora para o *coffe break*, senão nós não recarregamos a energia, então

5161 vamos para o coffe break e voltamos para a finalização da reunião. Os informes,
5162 atenção conselheiros, vamos iniciar os informes, Conselheiro Gandra.

5163

5164

INFORMES

5165

5166 **O Sr. Jânio Bosco Gandra (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais**
5167 **Civil – COBRAPOL)** – Pessoal, o informe é que nós solicitamos uma pauta para ser
5168 discutida aqui sobre os grandes eventos que vão acontecer no nosso país e, portanto, a
5169 nossa preocupação era exatamente com o legado que esses eventos deixam para as
5170 instituições envolvidas, instituições policiais, secretaria de segurança, apoio logístico,
5171 viaturas, tecnologia, que é mais importante, que eu acho que seria muito importante
5172 para a segurança pública no nosso país, à princípio nessas cidades onde sediarão os
5173 grandes eventos. Mas, por conta de não termos condições de tratar desse tema tão
5174 importante ao nosso entender, porque a Presidência da República disse que quem vai
5175 fazer o evento, a segurança pública pode ser as Forças Armadas, mais especificamente,
5176 o Exército, nessas grandes cidades. A nossa preocupação é saber se os soldados que
5177 ficam apenas um ano, são jovens de dezoito anos de idade, sem nenhum preparo na
5178 segurança pública, como esses soldados, esses jovens vão poder tratar essa questão de
5179 segurança pública? Então, essa seria a nossa preocupação, sr. presidente e colegas que já
5180 são poucos. Então, eu proponho que ela seja tratada na próxima reunião porque é muito
5181 importante nós definirmos qual o posicionamento do Conselho até para aconselhar o
5182 Ministério da Justiça nessa questão que é tão emblemática também, mas ela tem um
5183 fundo muito maior do que só passar para as Forças Armadas a segurança dos eventos.
5184 Muito obrigado.

5185

5186 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
5187 **Brasil)** – Como a hora agora é dos informes de proposta, mas como o tema dos
5188 **Grandes Eventos foi o não priorizado hoje nessa reunião, ele terminou sendo por**
5189 **inserção, o que não foi tratado, certamente, será da pauta da próxima reunião,**
5190 **pode ter certeza de que será o primeiro, porque não foi tratado por último.**

5191

5192 **O Sr. Luiz Gonzaga (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
5193 **Estaduais – ANASPRA)** - Na verdade, já que houve a manifestação de que vai estar na
5194 pauta da próxima reunião, eu sinto contemplado porque essa seria a reivindicação, mas
5195 só uma consideração que não é uma questão apenas pelo legado. Direcionar a segurança
5196 dos grandes eventos para as Forças Armadas, primeiro o caminho da discussão do papel
5197 das polícias mesmo, e segundo, há três anos nós estávamos discutindo bolsa copa, bolsa
5198 olimpíada que era um incentivo à Polícia Militar e Corpo de Bombeiro que iam
5199 trabalhar na Copa, ou seja, o governo federal precisa ter uma linha mais definida e o
5200 Conselho é importante manifestar. E só a título de informe novamente, eu quero voltar à
5201 abordagem que eu fiz desfocadamente naquela hora com relação à manifestação da dra.
5202 Regina, com todo o respeito que eu tenho pela capacidade dela, naquilo que diz respeito
5203 ao tema que foi abordado na audiência pública, ela fez uma bela de uma confusão, e
5204 deixou o Conselho numa situação ridícula na minha avaliação, eu acho que o Conselho
5205 precisa de alertá-la e acho que merece da parte dela também uma avaliação de como ela
5206 está encarando essa discussão que não é uma discussão desfocada da temática nacional,
5207 que é modelo de polícia, que é uma questão séria.

5208

5209 **O Sr. Marcos Dias dos Santos (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
5210 **Federais – Fenaprf)** – Eu só queria contribuir com a fala do Luiz Gonzaga e dizer

5211 também que nós ficamos perplexos diante daquela reportagem publicada onde a
5212 secretária Regina fala sobre a audiência pública, sobre a desmilitarização realizada pelo
5213 CONASP. Onde ela cita inclusive um relatório e nós buscamos esse relatório, e até onde
5214 chegou o nosso conhecimento não existe nenhum relatório, este Conselho e nem a
5215 secretaria-executiva do Conselho produziu nenhum relatório com referência à audiência
5216 pública sobre a desmilitarização. Então, fica registrada aí a nossa manifestação com
5217 relação a isso.

5218

5219 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos**
5220 **Periciais do Brasil)** - Presidente, boa-tarde a todos, eu queria mais uma vez e pedir o
5221 empenho da presidência e da nossa secretária em relação àquela portaria de nomeação
5222 dos membros para a questão da perícia, e que já está lá, eu queria que pudesse haver
5223 uma cobrança para que pudesse publicar porque nós já passamos muito tempo e
5224 precisamos desse estudo para dar continuidade à parte de legislação da perícia no Brasil.
5225 Obrigado.

5226

5227 **O Jânio Cândido Simões Neri (Defensoria Pública – Bahia)** – Eu agradeço
5228 muitíssimo esse espaço aqui , mas eu quero fazer uma comunicação que a Defensora
5229 Pública Geral da Bahia, que é a titular aqui, ela está agora no CONDEJ, uma reunião do
5230 CONDEJ que está acontecendo no Rio Grande do Sul, e fizemos uma reunião agora há
5231 pouco por telefone, e ela está encaminhando ao CONDEJ, fazendo um encaminhamento
5232 lá para que seja saído do CONDEJ uma recomendação para todos os Defensores
5233 Públicos Gerais dos Estados, da Defensoria Pública da União e do Distrito Federal para
5234 que dê apoio em todas as ações que sejam aprovadas pelo CONASP nos Estados
5235 respectivos, aonde eles aconteçam. Que as Defensorias Públicas do Brasil, em todos os
5236 níveis apoiem as recomendações, as audiências públicas, enfim, todas as ações oriundas
5237 aqui do CONASP . Então, era esse informe que eu queria fazer e queria que deixasse
5238 registrado.

5239

5240 **O Sr. Geraldo Soares Wanderley (Pastoral Carcerária Nacional – ASAAC)** – Eu
5241 gostaria de dar um informe de que a Pastoral Carcerária Nacional vai se reunir nos dias
5242 23, 24 e 25 aqui em Brasília, todos os estados brasileiros na nossa assembleia que nós
5243 fazemos de dois em dois anos, exatamente o momento em que nós vamos tratar de
5244 diversos assuntos importantes da nossa atuação e também a CNBB iniciou, já fizemos a
5245 segunda reunião, um trabalho com todos os seus conselheiros em Conselhos Nacionais,
5246 quer dizer, um trabalho que vai dentro dessa política de trabalhar interativamente, então
5247 nós já fizemos duas reuniões nacionais aqui na CNBB com os Conselheiros da CNBB
5248 que atuam nos diversos conselhos nacionais, nas diversas políticas públicas e está sendo
5249 uma experiência muito proveitosa e que nós queremos naturalmente, nós já partilhamos
5250 de tudo que acontece nesse espaços, nós também passamos para lá e isso está sendo
5251 uma experiência muito positiva. E a nossa reunião do dia 23, que eu gostaria que Almir
5252 pudesse pautar um pouco sua agenda para ver a possibilidade de você estar conosco lá
5253 no Rio Grande do Norte, na nossa audiência pública. No demais, eu acho que a reunião
5254 foi muito boa, muito cheia de debates e animação, então, acho que foi muito proveitosa.

5255

5256 **O Sr. José de Ribamar de Araújo e Silva (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia**
5257 **– FNOP)** - Bom, eu cheguei aqui nessa reunião com a missão de fazer um pouco a
5258 minha despedida, porque o ouvidor do Maranhão, a exemplo dos ouvidores da
5259 Defensoria Pública, são ouvidores externos indicados em lista tríplice e nomeados no
5260 caso lá pela governadora. Não aqui no caso, estou falando do exemplo da ouvidoria do

5261 Maranhão e tem mandato, e o meu mandato expira em novembro, no máximo até
5262 dezembro eu devo estar sendo substituído, mas numa conversa de bastidores com os
5263 meus pares ex-ouvidores, entre eles o presidente da comissão eleitoral, embora já tenha
5264 sinalizado isso com a que me sucedeu, já fiz questão de passar porque quem tem
5265 mandato tem que honrar o mandato e não se apegar a ele, então a coordenação do
5266 Fórum Nacional de Ouvidores nós já fizemos a transição e já temos a nova
5267 coordenadora que é a Ouvidora do Rio Grande do Sul, e tinha combinado com ela que
5268 aqui me despediria para favorecer o processo de inserção dela, mas estou convencido e
5269 entre todos os conselheiros, ouvir os conselheiros ex ouvidores de que nesse momento
5270 de transição, com mais uma reunião pela frente, eu acho que seria um pouco até na crise
5271 que nós estamos vivendo, e eu tenho uma visão positiva de crise, não seria muito bem-
5272 vinda essa transição. Então, por conta disso, só estou comunicando que com a anuência
5273 da Presidência, na próxima reunião talvez nós a tenhamos como convidada às expensas
5274 do governo estadual, eu já tinha sinalizado isso para ela, para que ela vá se sintonizando
5275 com o nosso debate e ela deverá ser, esse ano reconduzido o Fórum Nacional de
5276 Ouvidores, que eu espero que seja, a nova representante do Fórum Nacional de
5277 Ouvidores, é o informe que eu queria dar. Tratarei de informá-la da agenda positiva que
5278 desse debate caloroso nós geramos para o próximo período eleitoral e toda a transição
5279 da CONSEG e do CONASP.

5280

5281 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
5282 **Brasil)** - O Conselho se sente honrado com todo o tempo que você passou aqui,
5283 Ribamar. Eu só queria solicitar gentilmente, respeitosamente ao Conselheiro Humberto
5284 Pontes, meu amigo Humberto Pontes, que explicitasse melhor a demanda, qual seria o
5285 alcance dela, a sua demanda que foi apresentada.

5286

5287 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos**
5288 **Periciais do Brasil)** - Aquela resolução, a resolução 6, tirada aqui deste Conselho, ela
5289 recomenda ao governo, ao Ministério da Justiça que seja formado um grupo de trabalho
5290 para fazer um estudo da perícia na parte de legislação. Eu não lembro os termos, mas é
5291 Resolução 06, é questão de autonomia: “A recomendação, resolve: Fazer as seguintes
5292 recomendações aos gestores da segurança pública nos níveis federal e estadual, ao
5293 Ministério da Justiça. I - A União, os Estados e o DF promovem efetivamente a autonomia
5294 e a modernização dos órgãos periciais de natureza criminal, instituto de criminalística,
5295 instituto de identificação, laboratórios forenses e medicina legal, por meio de orçamento
5296 próprio e financeiro como forma de incrementar a sua estruturação, assegurando a
5297 produção isenta e qualificada do laudo pericial, bem como o princípio da ampla defesa e
5298 do contraditório e o respeito aos direitos humanos. II – o Ministério da Justiça crie o mais
5299 breve possível um grupo de trabalho envolvendo os trabalhadores e gestores dos órgãos
5300 periciais, bem como a sociedade civil com o objetivo de elaborar formas legislativas e
5301 administrativas pertinentes.

5302

5303 **O Sr. Marcos Rezende (Coletivo de Entidades Negras)-** Eu queria registrar aqui, já
5304 que se tocou na questão dos Grandes Eventos Esportivos e a segurança, que pudesse
5305 registrar em ata, que no Batalhão do Pelourinho, no centro histórico de Salvador, tem
5306 sido feito um excelente trabalho pelo Comandante do Décimo Oitavo Batalhão, o
5307 Coronel Anselmo e o Capitão Muniz, com os setecentos policiais que estão sob os
5308 cuidados deles, é com relação ao Batalhão do centro histórico para poder receber
5309 aqueles visitantes e também como tratar aqueles que já são da própria cidade nos
5310 grandes eventos públicos de segurança. E o Capitão Muniz tem uma tese que ele

5311 defendeu, da pós-graduação, que é voltada para este tema, e eu queria então fazer com
5312 que se fosse possível chegasse através desse Conselho, quem sabe talvez um convite
5313 para a participação dele na próxima audiência, até para que ele possa apresentar talvez,
5314 em breves dez minutos ou quinze, essa proposta desse trabalho que eles têm feito no
5315 Pelourinho, afinal de contas, a Bahia, também Salvador vai ser sede da Copa, e é um
5316 trabalho que eu acho que vale à pena ser apresentado aqui com relação a esse tema, haja
5317 visto que o debate é comprido e longo por conta do exército que estará fazendo a
5318 segurança e como a Polícia Militar também tem se sentido acerca desse tema. Ao
5319 mesmo tempo, já peço a minha licença porque vou ter que me retirar.

5320

5321 **O Sr. Elder Costa Santos (Fórum Nacional de Juventude Negra – FONAJUNE) –**
5322 Eu vou pegar um gancho aí no informe do Marcos, que é quem trata da Bahia, a Polícia
5323 Militar abriu um concurso público que pela primeira vez colocou o tema Relações
5324 Étnico-Raciais como tema que vai ser cobrado no concurso, então, todas as pessoas que
5325 vão prestar o concurso vão ter que estudar a respeito, inclusive os módulos que as
5326 editoras estão vendendo são módulos que tiveram que ser atualizados e colocar essa
5327 questão das relações étnicos raciais na sociedade brasileira, então gostaria de dar esse
5328 informe e aproveitar e parabenizar a Polícia Militar do Estado da Bahia pela iniciativa,
5329 iniciativa essa, fruto de luta do movimento social, nós sabemos.

5330

5331 **O Sr. Nilton Edemar Pfeifer (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e**
5332 **Identificação – FENAPPI) -** Eu só gostaria de agradecer a todos aí, eu estou
5333 participando como titular nessa reunião, a Simone se encontra fazendo o procedimento
5334 de operações padrão lá com relação a perícia, a instituição da perícia na força nacional.
5335 Agradecer essa oportunidade de ouvir um debate bastante qualificado, dizer que naquele
5336 programa que foi apresentado aqui eu não vi alguma coisa com relação à redução ao uso
5337 de drogas, ou alguma coisa assim, eu acredito que em outra oportunidade nós
5338 poderíamos abordar isso aí, porque eu acho que é o que causa muita violência, um
5339 número muito grande de homicídios no nosso país, é o uso de drogas, em especial o
5340 crack, que é nós sabemos que é compulsivo, a sua utilização ela se torna compulsiva, ela
5341 não é recreativa, e daí vem um índice de violência muito grande em torno desse tipo de
5342 droga. No mais agradecer a todos vocês, eu vim com o intuito muito mais de ouvir, para
5343 aprender, para me qualificar para poder participar desse debate. Muito obrigado a todos.

5344

5345 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Rede Desarma**
5346 **Brasil) -** Bem, nós queremos agradecer a presença de todos e de todas, agradecer à
5347 Secretaria-Executiva, perguntar se tem alguma coisa para falar, agradecer o trabalho da
5348 equipe de som, de informática, à Luciana, que nos ajudou o tempo todo, à Cíntia, a toda
5349 a equipe e até a próxima reunião.